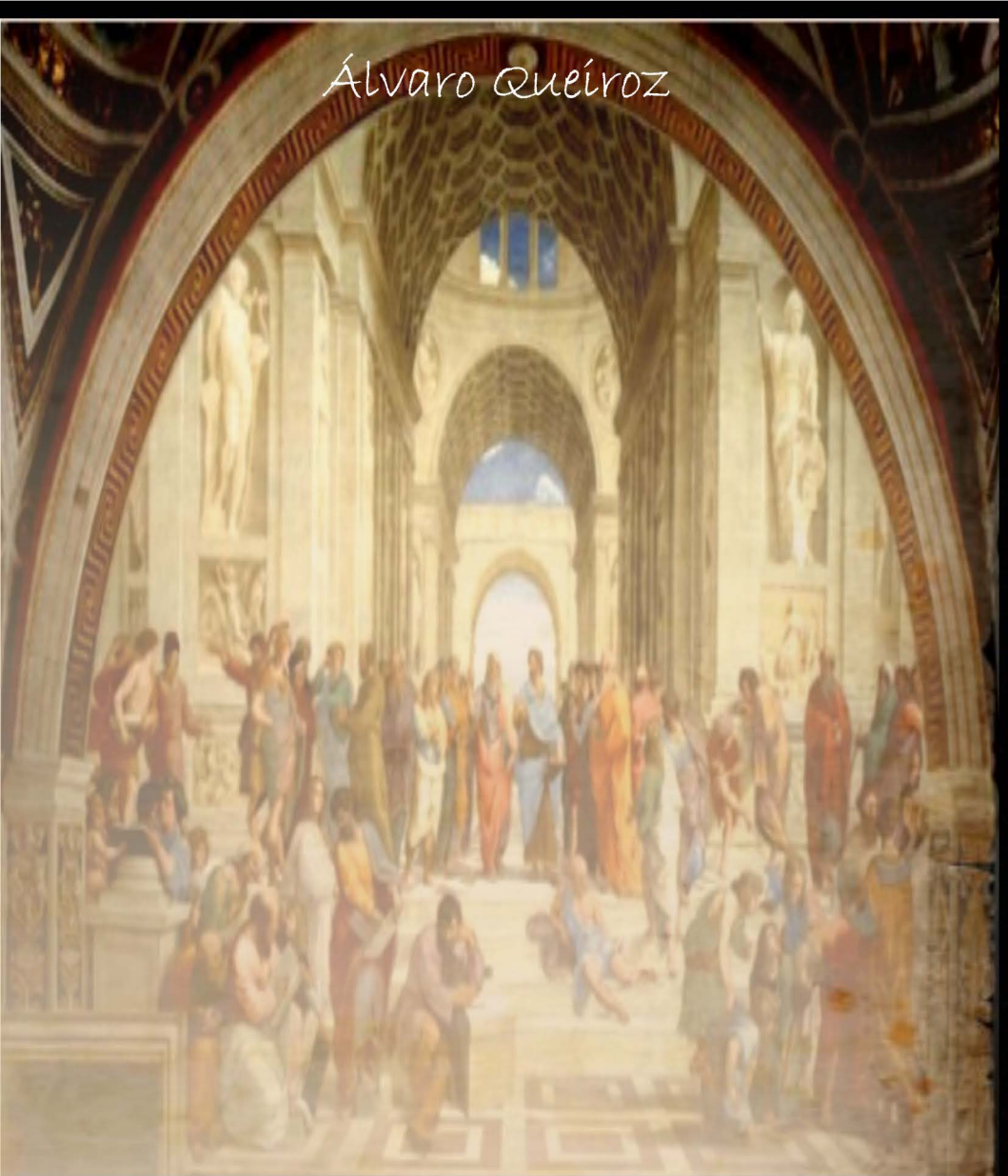


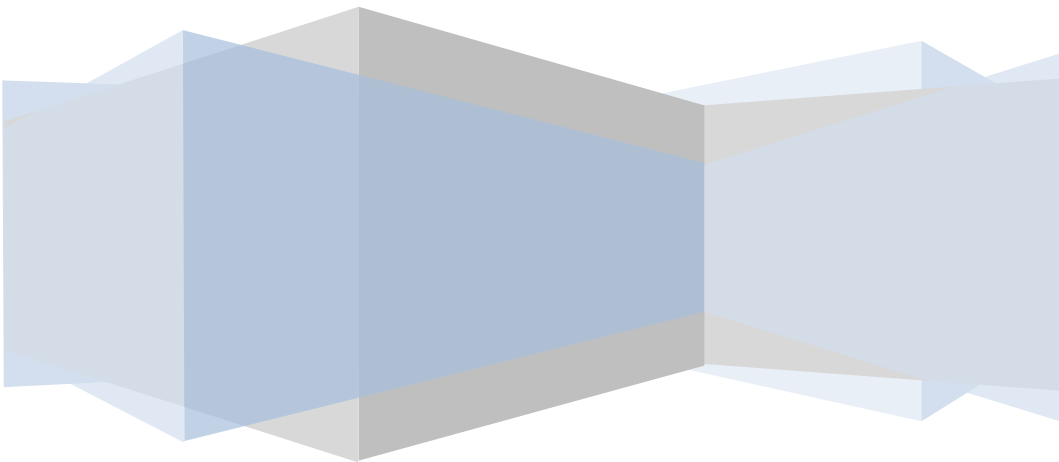
Álvaro Queíroz



PÁGINAS DE FILOSOFIA

Páginas de Filosofía

Álvaro Queiroz



Reitor

Sérgio Teixeira Costa

Conselho Executivo de Publicações

Presidente

Jonison Alves

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Carlos Henrique Almeida Alves

Diretoria Executiva revista EDUCTE

Cícero Julião da Silva
Júnior

Pro-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

José Jonas de Melo Alves

Diretoria de Publicações

Cléber Nauber dos Santos

Pró-Reitoria de Extensão

Altemir João Secco

Pró-Reitoria de Ensino

Luiz Henrique de Gouvêa Lemos

Revisora de Normas Técnicas/Bibliotecária

Eunícia Maria Canuto Torres

Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Wellington Spencer Peixoto

Produtor Gráfico/Arte Capa

Gilton José Ferreira da Silva

Produtor Gráfico

Fernando de Carvalho Pedrosa Jr.

Imagem da Capa

Escola de Atenas, afresco de Rafael, 1509-1510/Stanza della Segnatura, Palácio Apostólico, Vaticano.

Revisão de Texto

Maria Tereza Vasco T. de Lyra
Maria Luzimar dos Santos

Q3 Queiroz, Álvaro

Páginas de Filosofia / Álvaro Queiroz. – Maceió: IFAL, 2013.

ISBN 978-85-64320-05-5

1. Filosofia. I – Título. II – Instituto Federal de Educação de Alagoas.

CDD 101

Apresentação

*É com grande satisfação e elevada honra que o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) apresenta à comunidade acadêmica e ao público em geral o livro *Páginas de filosofia*, de autoria do já consagrado escritor Álvaro Queiroz.*

O autor, que dispensa comentários, pertence aos quadros do nosso querido Instituto Federal, na qualidade de professor efetivo de História, no campus Satuba. Mas, ainda é docente do Centro Universitário CESMAC, tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

Intelectual proficiente e de reconhecidos méritos, o professor Álvaro já conseguiu inscrever definitivamente o seu nome entre os gigantes das letras e das ciências em nosso Estado, destacando-se no mundo acadêmico por sua admirável erudição e vasta produção. De fato, são 11 (onze) livros, além de inúmeros artigos, crônicas e ensaios. Este é o seu décimo segundo livro publicado.

Páginas de filosofia é uma obra que nasceu como fruto da prática docente do autor, que ensina filosofia há, aproximadamente, três décadas. Isso significa que o livro apresenta um caráter didático. Porém, ao mesmo tempo, revela o rigor metódico e a profundidade exigidos de todo trabalho acadêmico.

O livro se apresenta dividido em 10 (dez) capítulos, que tratam acerca dos mais variados e empolgantes problemas filosóficos. Entre os temas abordados, encontram-se: lógica, teoria do conhecimento, epistemologia ou filosofia da ciência, ontologia, antropologia, psicologia, ética, política e história da filosofia.

Com um estilo simples e envolvente, o autor consegue prender a atenção e despertar o interesse para os assuntos desenvolvidos nos seus textos. A linguagem é clara, objetiva e acessível a todos os públicos. Trata-se, portanto, de uma leitura agradável e fácil. É um livro que deve ser apreciado atentamente.

Está de parabéns o professor Álvaro Queiroz por mais um livro de sua autoria e pelo trabalho de toda uma vida dedicada inteiramente à educação no Estado de Alagoas. O IFAL sente-se deveras honrado em ter nos seus quadros um educador tão laureado e um intelectual da sua envergadura.

Sérgio Teixeira Costa
Reitor do IFAL

Palavras do diretor

Em primeiro lugar, tenho a honra de felicitar o autor, Álvaro Queiroz da Silva, Alagoano de Maceió. Ele que é educador, filósofo, teólogo, historiador e escritor com um requinte que lhe é peculiar, por este seu mais recente trabalho filosófico e cultural, que de forma muito gentil agracia a sociedade brasileira e em especial o povo alagoano.

Na sequência, quero aproveitar para agradecer e parabenizar o Instituto Federal de Alagoas pela aposta na publicação deste livro: Páginas de filosofia. E também pela forma como tem dado visibilidade a outros autores que de outro modo dificilmente a teriam.

A palavra filosofia é de origem grega e significa amor à sabedoria. Ela surge a partir do momento em que o homem iniciou uma reflexão em relação ao funcionamento da vida e do universo, buscando uma solução para as grandes questões da existência humana. Essa obra, portanto, intitulada como Páginas de filosofia, entrelaça conhecimentos de diversas áreas do saber, razão pela qual a torna relevante para os leitores que apreciam esse tema.

Se não bastassem esses aspectos, ela foi idealizada por um educador e escritor por excelência, que tive a oportunidade de conhecer quando do seu ingresso como servidor no Instituto Federal de Alagoas - Campus Satuba, em fevereiro de 2010, e desde então tenho acompanhado sua trajetória, além de desfrutar de sua amizade. Essa obra é uma demonstração da sua sabedoria e amor pela educação.

Em algum momento da vida, todos nós já apreciamos alguma literatura que, para além de nos obrigar à reflexão da nossa própria existência, nos faz relembra episódios, cenários, personagens e visualizar situações que, em geral, estão fora do nosso cotidiano. Neste mesmo sentido, a filosofia, como aqui revelada, não só consegue passar imagens através das suas palavras, como também nos faz sentir na pele uma miríade de emoções, para as quais raramente nos encontramos plenamente preparados.

Isso ocorre porque estamos perante um autor que sabe utilizar como ninguém o seu poder criativo, para fazer despertar as consciências e abrir os olhos de muita gente para algumas situações de índole social, que, infelizmente e apesar da carga negativa que as envolve, ainda grassam nas sociedades atuais. Falo de questões como ética, violência e quimiodependência, entre outras.

Portanto, caríssimos leitores desta obra, podem ter a certeza que embarcarão numa viagem emocionante, qual montanha russa, através das

sensações provocadas pelas palavras do autor e simultaneamente usufruir da possibilidade de descobrirem as suas próprias sensibilidades culturais. Tenho a convicção de dizer que serão raros os que não se surpreenderão pelas descobertas que farão a partir da apreciação desse trabalho.

Para terminar, quero deixar registrado neste mais recente livro do amigo Álvaro Queiroz da Silva, que a cada dia aumenta a minha admiração pela forma como você vê a educação e trata a nossa cultura.

*Anselmo Lúcio Aroucha Santos
Diretor Geral – IFAL Câmpus Satuba*

IN MEMORIAM

Aos meus dois grandes, queridos e inesquecíveis mestres de filosofia, que também foram os maiores filósofos cristãos das Alagoas no século XX, Pe. Teófanés Augusto de Araújo Barros e Pe. Hélio Lessa Souza. A eles dedico postumamente este livro, bem como o respeito, a admiração, a gratidão e a saudade.

Sumário

Capítulo 1

Breve Introdução ao Saber Filosófico

Capítulo 2

Noções de Lógica

Capítulo 3

Alguns Princípios de Gnosiologia ou Teoria do Conhecimento

Capítulo 4

Iniciação ao Estudo de Epistemologia ou Filosofia da Ciência

Capítulo 5

Aspectos Gerais de Ontologia

Capítulo 6

Principais Concepções sobre o Homem

Capítulo 7

Tópicos de Psicologia

Capítulo 8

Fundamentos de Ética ou Filosofia Moral

Capítulo 9

Elementos de Filosofia Política e Social

Capítulo 10

Introdução à História da Filosofia

Capítulo 1

BREVE INTRODUÇÃO AO SABER FILOSÓFICO

1.1 Conceituação

O termo *filosofia* é de origem grega e significa literalmente “amor à sabedoria” ou “amigo da sabedoria”. Em grego, φίλος (*philo*) = amor de amigo, amizade, e σοφία (*sophia*) = sabedoria. A palavra φίλος deriva do vocábulo φιλία (*philia*), que, em língua grega, traduz a expressão **amor**; na verdade, um dos sentidos da palavra amor, a amizade, o amor de amigo, amor fraterno. Segundo alguns autores, a palavra foi inventada por Pitágoras, pensador grego, que, certa vez, ouvindo alguém chamá-lo de sábio e considerando esse título muito elevado para si mesmo, pediu que o chamassem simplesmente de *filósofo*, φίλος (*philo*) = amigo e σοφός (*sophos*) = sabedoria, saber, sábio, isto é, amigo da sabedoria ou amante do saber.

Mas, o que é a *sabedoria*, a célebre *sophia* dos gregos?

A palavra *sophia* pode significar simplesmente a Verdade - aquilo que os gregos chamavam ἀλήθεια (*alétheia*). Outros entendem a sabedoria como a arte do bem viver. Enfim, a sabedoria como o sentido das coisas e de tudo, a razão existencial dos seres.

O filósofo Sócrates entendia a filosofia como a arte de bem viver, numa definição pragmática, eivada de moral, como todo o restante de sua doutrina, que está voltada para a realização plena do ser humano, a felicidade, fim supremo ao qual se destina.

O seu discípulo Platão afirmava que a admiração é o fundamento do processo filosófico e que a primeira virtude do filósofo é admirar-se, pois a admiração é a condição de onde deriva a capacidade de problematizar, o que marca a Filosofia como busca permanente da Verdade.

Já Aristóteles, gênio científico e sistematizador, definia a Filosofia como “*o estudo das causas últimas de todas as coisas*”, ou seja, a Filosofia não se contenta com a superficialidade, mas desce à profundidade e procura exaurir o tema abordado.

Descartes, filósofo francês da corrente racionalista, como matemático e estudioso da Lógica, reduziu a Filosofia à esfera da Lógica, quando afirmava que aquela “*ensina a raciocinar bem*”.

Para Kant, filósofo alemão do século XVIII, “*não há filosofia que se possa aprender, só se pode aprender a filosofar*”, o que significa dizer que a Filosofia é, sobretudo, uma atitude, um pensar permanente, um conhecimento instituinte, no sentido de questionar o saber instituído.

E, para encerrar esta série de definições, convém citar o filósofo contemporâneo Merleau-Ponty, para quem “*a verdadeira Filosofia é reaprender a ver o mundo*”, isto é, a Filosofia é uma reflexão (do latim *reflectere* = fazer retroceder, voltar atrás), através dela se consegue retomar o próprio pensamento, pensar o já pensado, voltar-se para si mesmo e colocar em questão o que já se conhece.

1.2 Natureza da filosofia

O natural desejo de saber, fonte das ciências, constitui a natureza mesma da Filosofia. O desejo de saber é essencial ao homem e universal no tempo e no espaço. Diz Aristóteles que “*todo homem está naturalmente desejoso de saber*”. E esse desejo se manifesta desde que nasce o ser humano.

De fato, se um bebezinho pudesse falar, na certa ele diria alguma coisa sobre o novo e estranho mundo a que chegou, depois de alguns meses vividos na barriga da mãe. Pois, apesar de a criança ainda não saber falar, pode-se ver como ela olha tudo ao seu redor e quer tocar com curiosidade em todos os objetos que vê. Mais tarde, vem a linguagem e a formulação dos “*porquês*” e dos “*como*”, que a criança não cessa de fazer. Infelizmente, quando crescem um pouco mais,

parece que essa capacidade de questionar vai desaparecendo. Ou será que vai sendo tolhida? Que pena!

Para as crianças, o mundo – e tudo que nele há – é uma fascinante novidade, algo que desperta a admiração. Lamentavelmente, nem todos os adultos veem as coisas dessa forma. Na verdade, a maior parte das pessoas vive tão absorvida pelo cotidiano que a admiração pela vida acaba sendo completamente reprimida. Elas simplesmente se acomodam diante da realidade, tornam-se apáticas e indiferentes. A maioria dos adultos vivencia o mundo como algo absolutamente normal.

É precisamente nesse ponto que os filósofos constituem uma louvável exceção. Os filósofos e as crianças têm uma importante característica em comum. Pode-se dizer que um filósofo permanece, a sua vida toda, tão receptivo e sensível às coisas quanto um bebê. Um filósofo, portanto, nunca é capaz de se habituar completamente com este mundo. Para ele, o mundo continua a ser um enigma, um segredo, objeto de sua admiração. Ele será eterno questionador, crítico, inquieto, sonhador...

1.3 Objeto

A Filosofia é um conhecimento, uma forma de saber que, como tal, tem uma esfera própria de competência, a respeito da qual procura adquirir informações válidas, precisas e ordenadas.

Mas, enquanto é fácil dizer qual é o objeto de estudo das várias ciências particulares, o mesmo não se dá com a Filosofia. Sabe-se, por exemplo, que a astronomia estuda os astros, a botânica, os vegetais, a química, as substâncias, a sociologia, o fato social, a psicologia, o comportamento humano etc. Quanto à Filosofia, o que ela estuda? No dizer dos filósofos, ela estuda todas as coisas. Deve-se, então, concluir que a Filosofia estuda tudo?

Sem dúvida, de um ponto de vista material, Ciência e Filosofia se aplicam ao mesmo objeto: o mundo e o homem.

Mas, evidentemente, cada ciência particular estuda esse objeto comum sob um aspecto que lhe é próprio (objeto formal). Assim, cabe a Filosofia conhecer a natureza profunda das coisas, suas causas supremas e seus fins derradeiros.

1.4 Método

Denomina-se método ao conjunto de processos empregados para chegar ao conhecimento ou à demonstração da Verdade.

A Filosofia se utiliza, a um só tempo, do método experimental e do método racional. O ponto de partida da Filosofia será normalmente tomado na experiência. É de fato, pelas propriedades das coisas, que se conhece sua natureza e é pela experiência que se descobre essas propriedades.

No entanto, a Filosofia quer ir além da experiência sensível e chegar até às causas primeiras, as quais não podem ser vistas nem tocadas e só podem ser atingidas por uma faculdade superior aos sentidos. Dessa forma, a Filosofia solicita o auxílio da razão, aquilo que os gregos chamaram “*logos*”, a fim de ultrapassar o meramente empírico. Seu critério de verdade é a evidência do seu objeto. Eis por que o método filosófico é também um método racional.

1.5 Filosofia e ciências particulares

Todas as coisas podem ser examinadas no nível científico e também no filosófico. Isso significa dizer que o mesmo objeto (o mundo, o homem) pode ser analisado por uma ciência particular e pela Filosofia. Como?

Pense em um pesquisador, um biólogo, que estuda a vida. Após muita investigação, ficará conhecendo todas as classificações dos seres vivos, as leis da genética e da embriologia, mas ainda poderá ser atormentado por perguntas sobre a vida, tais como: O que é viver? Que sentido tem a vida?

Vale a pena viver? Aí já não é a Biologia que responde, pois a indagação é de outro nível do conhecimento; a sua resposta não depende de pesquisa experimental, mas da reflexão filosófica.

De mais a mais, dois aspectos distinguem a Filosofia das ciências particulares. Primeiro, as ciências particulares se aquartelam na determinação das leis dos fenômenos, enquanto a Filosofia busca os primeiros princípios de tudo, a natureza profunda das coisas, suas causas e seus fins. Eis porque uma explicação científica não é uma explicação filosófica, nem uma explicação filosófica uma explicação científica: o encadeamento dos fenômenos, como a ciência os visa a descobrir, deixa intacta a questão da natureza profunda das coisas (das essências), do seu valor e seu fim. Segundo, enquanto as ciências particulares estudam esta ou aquela dimensão da realidade, a Filosofia estuda o todo, a totalidade, o universo tomado globalmente.

1.6 Divisão

Costuma-se dividir a Filosofia em três grandes partes: Lógica, Filosofia Especulativa e Filosofia Prática. A Lógica comporta dois tratados: a Lógica Formal ou Menor, que visa determinar as condições universais de um pensamento coerente consigo mesmo, e a Lógica Material ou Maior (Metodologia), que se aplica a definir os processos ou os métodos exigidos em cada disciplina particular.

A Filosofia Especulativa se subdivide em duas partes: Filosofia da Natureza e Metafísica. A Filosofia da Natureza comporta dois tratados: Cosmologia – que se refere ao mundo material como tal – e Psicologia – que visa a conhecer a natureza humana. A Metafísica é constituída por três tratados: Teoria do Conhecimento, Ontologia e Teodiceia. O primeiro estuda o valor de nossa faculdade de conhecer, a Ontologia tem por objeto o conhecimento do ser enquanto ser, do ser em geral ou do ser em si (essência do ser), e a Teodiceia trata acerca da existência e da natureza de Deus.

Por fim, a Filosofia Prática comporta dois tratados: Filosofia da Arte e Ética. A Filosofia da Arte tem por objeto o belo e as artes, ou seja, as manifestações estéticas. A ética ou Filosofia Moral trata a respeito da ação humana e suas relações com o bem e o mal.

Em resumo:

Partes da Filosofia	Tratados	Objetos
Lógica	Formal Material	Leis do pensamento. Métodos Particulares.
Filosofia Especulativa 1 Filosofia da Natureza 2 Metafísica	Cosmologia Psicologia Teoria do Conhecimento Ontologia Teodiceia	Mundo material como tal. O homem. Valor da razão. O ser em geral. Existência e natureza de Deus.
Filosofia Prática	Filosofia da Arte Filosofia Moral	O belo e as artes. A ação humana.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 16. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

Capítulo 2

NOÇÕES DE LÓGICA

2.1 Definição e Divisão

Entende-se por Lógica a parte da Filosofia que estuda as leis do pensamento, ou regras do raciocínio, e a arte de aplicá-las corretamente à procura e à demonstração da Verdade. O termo lógica tem sua origem no vocábulo grego “*logos*” (λόγος), que significa originalmente *palavra*, mas pode ser também traduzido por *razão*. Afinal, a palavra é a expressão do pensamento. Portanto, raciocinamos através de palavras, ideias ou conceitos.

O filósofo grego Aristóteles, gênio fundador do pensamento ocidental, é considerado, comumente, o “pai” ou criador da Lógica. O seu objetivo precípua era criar um instrumento racional seguro para a Ciência e a Filosofia na sua busca pela Verdade. A Lógica de Aristóteles talvez seja o seu maior título de glória. Ele foi o primeiro a investigar cientificamente as leis do pensamento e formulá-las com tal exatidão, que nada lhe acrescentaram ou corrigiram os filósofos posteriores.

O estagirita escreveu seis tratados sobre o assunto. São eles: *Categorias* (ou *Praedicamenta*), *De interpretatione*, *Analytica priora* (primeiros analíticos), *Analytica posteriora* (segundos analíticos), *Tópicos* e *De sophisticis elenchis* (refutações sofísticas).

No livro das *Categorias*, ele estuda os conceitos como termos da proposição, classificando-os em 10 (dez) gêneros supremos ou categorias, a saber: substância, quantidade, qualidade, relação, ação, paixão, ubicação (lugar), duração, posição e hábito.

No *De interpretatione*, considera o juízo e a proposição que o exprime, distinguindo-lhe as diferentes espécies segundo

a sua quantidade, qualidade e modalidade e tratando da sua oposição e conversão.

Nos *Analytica priora*, estuda o raciocínio, dividindo-o em dedutivo e indutivo. Nos *Analytica posteriora*, empreende o estudo da demonstração apodítica, que parte de princípios certos, imediatamente evidentes e indemonstráveis e gera a certeza.

Nos *Tópicos*, Aristóteles trata da argumentação dialética ou problemática, que leva a uma conclusão provável. Finalmente, no *De sophisticis selenchis*, o objeto estudado é o raciocínio sofisticado, bem como os meios de evitá-lo e desmascará-lo.

Na época bizantina, esses seis livros foram reunidos numa única obra sob o título de *Órganon* por constituírem o instrumento necessário para a aquisição da ciência.

A Lógica se apresenta dividida em dois tratados: Lógica Formal ou Menor e Lógica Material ou Maior. A Lógica Formal é o tratado da Lógica que estabelece a forma correta das operações intelectuais. Já a Lógica Material é o tratado da Lógica que determina as leis particulares e as regras especiais que decorrem da natureza dos objetos a conhecer. É a Lógica Maior que define os métodos das ciências particulares, daí porque se denomina também de Metodologia.

2.2 As operações do intelecto

A Lógica Clássica ou aristotélica estabelece as condições de conformidade do pensamento consigo mesmo. Por essa razão, inicia pelo estudo das três operações do intelecto humano: apreensão, juízo e raciocínio.

a) Apreensão

Apreender significa apanhar, tomar. Apreender é conceber uma ideia. Do ponto de vista lógico, a apreensão é o ato pelo qual o intelecto concebe uma ideia, sem nada afirmar

ou negar sobre ela. A apreensão, portanto, é a concepção de uma ideia. Pode também ser chamada de abstração. A ideia – também conhecida como conceito – é a simples representação intelectual de um objeto. À expressão verbal da ideia ou conceito denomina-se termo. Exemplos: Deus, o homem, os brasileiros, a casa, a árvore, o livro, os alunos etc.

Classificação das ideias

Quanto à compreensão, as ideias podem ser simples ou compostas. A ideia é simples quando compreende apenas um elemento; por exemplo: Deus, o homem, a árvore etc.. A ideia é composta quando compreende mais de um elemento; por exemplo: Deus Pai Criador, o homem alto e magro, a árvore de copa frondosa etc..

Do ponto de vista da extensão, distinguem-se ideias singulares, particulares e universais. Ideia singular é a que só pode ser aplicada a um indivíduo; por exemplo: João, esta árvore, esta casa etc.. Ideia particular é aquela que se aplica apenas a uma parte de uma espécie ou de uma classe; por exemplo: algumas árvores, algumas casas, alguns alunos etc.. E ideia universal é a que convém a todos os indivíduos de um gênero ou espécie; por exemplo: os brasileiros, os alunos, os livros etc..

b) Juízo

Define-se juízo como o ato pelo qual o intelecto humano estabelece uma relação entre ideias. Essa relação pode ser de afirmação ou negação. À expressão verbal do juízo denomina-se proposição. Exemplos: Deus é misericordioso, o homem é mortal, os brasileiros não têm dinheiro, a árvore é muito alta, alguns alunos não estudaram a lição etc..

Classificação das proposições

Podem-se classificar as proposições do ponto de vista da quantidade e do ponto de vista da qualidade. Do ponto de vista da quantidade, distinguem-se:

- proposições universais – aquelas cujo sujeito é um termo universal;
- proposições particulares – aquelas cujo sujeito é um termo particular.

Do ponto de vista da qualidade, distinguem-se:

- proposições afirmativas – aquelas que afirmam a afinidade do predicado com o sujeito;
- proposições negativas – aquelas que negam a afinidade do predicado com o sujeito.

Visto que toda proposição possui uma quantidade e uma qualidade, existem quatro espécies de proposições, designadas, respectivamente, pelas vogais maiúsculas A, E, I e O. São elas:

- universal afirmativa (A). Exemplos: Todo homem é mortal, os alunos gostam de ler etc.;
- universal negativa (E). Exemplos: Os brasileiros não têm dinheiro, nenhum aluno faltou à aula etc.;
- particular afirmativa (I). Exemplos: Certas árvores são altíssimas, alguns homens são calvos etc.;
- particular negativa (O). Exemplos: Alguns alunos não compareceram hoje, certos profissionais não têm um comportamento ético etc.

c) Raciocínio

Pode-se definir o raciocínio como a operação que consiste em tirar, de dois ou mais juízos, outro, contido logicamente nos primeiros. Ou ainda, é a operação pela qual o intelecto, de duas ou mais relações conhecidas, conclui outra relação, que destas decorre logicamente. À expressão verbal do raciocínio denomina-se argumento. Exemplo:

Os brasileiros não têm dinheiro.
Ora, eu sou brasileiro.
Logo, eu não tenho dinheiro.

Classificação dos Raciocínios

Basicamente há três modalidades de argumentação ou raciocínio: dedução, indução e analogia.

- **Raciocínio Dedutivo**

É a marcha do pensamento que parte do universal para uma conclusão particular. Ou ainda, a dedução é uma inferência que vai dos princípios para uma consequência logicamente necessária. Exemplo:

Todo ser humano é racional.
Ora, eu sou humano.
Logo, eu sou racional.

Dentre as ciências diversas, sobretudo a Matemática usa processos de raciocínio dedutivo. É o chamado método da demonstração (demonstrativo). Uma proposição matemática é demonstrada quando é deduzida de proposições já admitidas como verdadeiras e quando fica demonstrado que a conclusão decorre necessariamente das proposições colocadas anteriormente. Exemplo:

Considere $x = 4 + 3$, $y = 5 + 2$ e $z = 6 + 1$.
Ora, $x = y$ e $y = z$.
Logo, $x = z$.

- **Raciocínio Indutivo**

É uma argumentação em que, a partir de dados singulares, suficientemente enumerados, infere-se uma verdade universal. Ao contrário da dedução, a indução chega a uma conclusão a partir da experiência sensível dos dados particulares. Exemplo:

O cobre conduz eletricidade; o ferro também,
e o zinco, e o bronze, e o ouro...

Ora, o cobre, o ferro, o zinco, o bronze e o ouro são metais.
Logo, todo metal conduz eletricidade.

- **Raciocínio Analógico**

É uma comparação ou um raciocínio por semelhança. Exemplo:

Paulo curou sua dor de cabeça com este remédio.
Logo, João também curará a sua com este mesmo remédio.

É claro que a analogia fornece apenas uma probabilidade e não uma certeza. Mas desempenha papel importante na descoberta ou na invenção. Grande parte das conclusões a que as pessoas chegam diariamente baseia-se no raciocínio analógico.

2.3 O Silogismo

Na sua genialidade, Aristóteles concebeu um tipo de raciocínio para servir à Ciência e à Filosofia, ao qual denominou de silogismo. A teoria aristotélica do silogismo é o coração da Lógica, pois é a teoria das demonstrações ou das provas, da qual depende o pensamento científico e o filosófico. Pode-se definir silogismo como sendo um argumento pelo qual, de um antecedente que une dois termos a um terceiro, tira-se um consequente, que une esses dois termos entre si. Exemplo:

Todo homem é livre.
Ora, Pedro é homem.
Logo, Pedro é livre.

O silogismo categórico é um raciocínio composto de três proposições, sendo duas premissas e uma conclusão. Entende-se por premissa todo princípio que serve de base a um

argumento. Em um raciocínio silogístico, as duas primeiras proposições, que compõem coletivamente o antecedente, chamam-se premissas, e a terceira proposição, conclusão. Observe o exemplo:

1ª Premissa → Os mamíferos são vertebrados.

2ª Premissa → Ora, as baleias são mamíferos.

Conclusão → Logo, as baleias são vertebrados.

No silogismo, três termos são comparados dois a dois. Esses termos são:

- o termo maior → aquele que tem maior extensão, representado pela letra maiúscula **T**;
- o termo menor → o que tem menor extensão, sendo representado pela letra minúscula **t**;
- o termo médio → o que é o intermediário entre o termo maior e o menor, representado pela letra maiúscula **M**.

Das duas premissas, a que contém o termo maior se chama maior. A que contém o termo menor se denomina premissa menor. Veja a aplicação no exemplo a seguir:

M	T
A virtude é amável.	→ <i>Premissa maior</i>
t	M
Ora, a caridade é uma virtude.	→ <i>Premissa menor</i>
t	T
Logo, a caridade é amável.	→ <i>Conclusão</i>

O silogismo científico não admite premissas contraditórias. Suas premissas são universais e necessárias. Sua conclusão não admite discussão ou refutação, mas exige demonstração. Por esse motivo, em um silogismo científico, as premissas devem ser:

- a) verdadeiras, nem prováveis ou possíveis, nem falsas;
- b) primárias ou primeiras, isto é, indemonstráveis;

c) mais inteligíveis do que a conclusão, pois a verdade desta última depende inteiramente da absoluta clareza e compreensão que tenhamos das suas condições;

d) causa da conclusão, isto é, devem estabelecer os fatos que causam a conclusão e que a explicam, de tal maneira que, ao conhecê-las, está se conhecendo às causas da conclusão.

Para Aristóteles, a última regra é da maior importância, porque, segundo ele, conhecer é conhecer as causas ou pelas causas. Seguem alguns exemplos:

I
Todo vegetal é um ser vivo.
Ora, a alface é um vegetal.
Logo a alface é um ser vivo.

II
As estrelas são corpos celestes que têm luz própria.
Ora, o sol é uma estrela.
Logo, o sol tem luz própria.

III
Os seres vivos são constituídos por células.
Ora, as algas são seres vivos.
Logo, as algas são constituídas por células.

Como se pode notar, no silogismo científico, as premissas e conclusões são **apodíticas**, isto é, universais e necessárias. Assim, o silogismo científico é aquele que se refere ao que é de uma maneira e não pode deixar de ser tal como é, ao que acontece sempre, e sempre acontece da mesma maneira, ou seja, é aquele que se refere ao que é universal e necessário.

2.4 O Sofisma

Dá-se o nome de sofisma a um raciocínio errado que se apresenta com as aparências da verdade. Os sofismas são

raciocínios formalmente incorretos ou falsos raciocínios. O termo sofisma é derivado de sofista. Os sofistas eram mestres ambulantes de Filosofia, que vendiam, por determinado preço, seus conhecimentos. Levando em consideração os interesses dos alunos, davam aulas de retórica e de sagacidade mental. Expunham conhecimentos úteis para o sucesso dos negócios públicos e privados. Ensinavam a arte de argumentar em público para conseguir persuadir as assembleias e, muitas vezes, fazer prevalecer seus interesses individuais e de classe.

Etimologicamente, o termo sofista significa “sábio”. Entretanto, com o decorrer do tempo, ganhou o sentido de “impostor”, devido, sobretudo, às críticas de Platão. Desde então, a arte dos sofistas passou a ser considerada apenas uma atitude viciosa, uma arte de manipular raciocínios, de produzir o erro, de iludir os ouvintes, sem qualquer amor pela verdade. Daí a razão por que se emprega o termo sofisma para uma argumentação falsa. Afinal, sofisma é um argumento de sofista. Seguem, abaixo, exemplos de sofismas:

I

O cão late.

Ora, o cão é uma constelação.

Logo, uma constelação late.

II

Os índios são nômades.

Ora, todo índio é homem.

Logo, todo homem é nômade.

No primeiro caso, ocorre um sofisma de palavra, um sofisma verbal, denominado *equivoco ou ambiguidade*, que consiste em utilizar, no raciocínio, uma mesma palavra com vários sentidos diferentes. Observe que, na primeira premissa, a palavra “cão” é usada para indicar o animal, enquanto na segunda premissa a mesma palavra indica a constelação.

Já no segundo exemplo, ocorre um sofisma de extensão, o qual consiste em atribuir ao termo menor ou ao maior uma extensão maior na conclusão do que nas premissas. Veja que o termo “homem” é tomado particularmente na menor e universalmente na conclusão.

2.5 Outros tipos de lógica

a) Lógica Kantiana

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724 – 1804) foi um dos maiores pensadores do Iluminismo. Ele desenvolveu um exame crítico da razão, denominado de “**criticismo**”. Esse exame está contido em sua *Crítica da razão pura*. Kant começa por distinguir três espécies de juízos:

a) juízo analítico → é aquele em que o predicado exprime uma noção já contida no sujeito; apesar de universal e necessário, esse tipo de juízo tem pouca utilidade para o progresso da ciência, por não ser extensivo, mas apenas explicativo do saber, servindo apenas para tornar mais claro, para explicitar aquilo que já se conhece do sujeito. Exemplos: o triângulo tem três ângulos, a bola é redonda etc..

b) juízo sintético a posteriori → é aquele cujo predicado não está contido na ideia do sujeito, mas lhe é atribuído em virtude de uma experiência; particular e contingente, o juízo a posteriori não tem nenhum alcance científico, possuindo uma validade sempre condicionada ao tempo e ao espaço em que se deu a experiência. Exemplos: este livro tem capa azul, aquela cadeira é de madeira, o meu carro é veloz, etc.

c) juízo sintético a priori → é aquele que não depende de quaisquer dados sensoriais, é anterior a experiência sensível, nascendo puramente de uma operação racional; sintético, porque não se achando a noção do predicado encerrada na compreensão do sujeito, a união dos dois termos se faz por uma verdadeira síntese mental; a priori, por ser universal e necessário, e como tal não poder provir da experiência singular e contingente. A esta última espécie de juízos pertencem todas as proposições científicas. Exemplos: duas linhas paralelas jamais se encontram no espaço, a circunferência é uma figura cujos pontos estão à igual distância de um ponto chamado centro etc..

Por fim, em sua *Analítica transcendental*, Kant assevera que os dados captados pela sensibilidade são organizados pela razão de acordo com as **categorias a priori** do entendimento, que são “conceitos puros” existentes na mente humana, tais como a ideia de causa, de necessidade e outras, as quais servirão de base para a formulação de juízos sobre a realidade. Para ele, tantas serão as categorias quantas forem as ligações naturais de quantidade, qualidade, relação e modalidade entre o sujeito e o predicado.

b) Lógica Dialética

A lógica dialética surgiu no século XIX com o filósofo idealista alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831), autor da célebre obra *Fenomenologia do espírito*. Esse tipo de lógica parte do princípio da contradição, segundo o qual a realidade é essencialmente processo.

Hegel ressalta que a realidade não é estática, mas dinâmica, e em seu movimento apresenta momentos que se contradizem entre si, sem, no entanto, perderem a unidade do processo, que leva a um crescente enriquecimento. Para ele, a realidade é um contínuo “**devir**”, no qual um momento prepara o outro, mas, para que esse outro momento aconteça, o anterior tem de ser negado.

O movimento da realidade se explica pelo antagonismo entre dois momentos, a “**tese**” e a “**antítese**”, cuja contradição deve ser superada pela “**síntese**”. Esta, tornando-se nova tese, gera sua antítese, que é superada por nova síntese e assim por diante. Desse modo, a lógica dialética contrapõe-se à lógica aristotélica, que se baseia no princípio de identidade.

c) Lógica Simbólica

A lógica simbólica ou matemática surgiu na virada do século XIX para o XX, como consequência das especulações de uma corrente de pensamento denominada de Filosofia Analítica, que procurava esclarecer o sentido das expressões e seu uso no discurso linguístico pela análise lógica da linguagem.

Johann Gottlob Frege (1848 – 1925) foi o pioneiro e a inspiração do movimento analítico. Fundador da “Nova Lógica”, suas ideias como filósofo da linguagem são influentes até hoje. Percebendo que a linguagem comum contém expressões geradoras de equívoco, Frege propôs a constituição de uma linguagem formal, uma “conceitografia”, que restringisse os inconvenientes e imprecisões da linguagem comum.

Desde então, começou a se firmar a ideia de que linguagens formais, linguagens com uma estrutura rigorosamente especificada, são instrumentos muito mais valiosos para a investigação científica e filosófica do que a linguagem comum, com todos os seus defeitos.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, o filósofo britânico Bertrand Russell (1872 – 1970) concluiu que muitos dos problemas filosóficos seriam simplesmente frutos de equívocos e imprecisões da linguagem comum. Ele elaborou a teoria do “**atomismo lógico**”, segundo a qual, a cada proposição simples, que ele chama de **proposição atômica**, corresponde um fato simples, **o fato atômico**. Exemplo: “a bola é vermelha”. Essa é uma proposição atômica, pois consiste num enunciado simples, que indica que determinada coisa tem determinada propriedade ou está em determinada relação.

Na linguagem, essas proposições podem se articular, formando as **proposições moleculares** ou **compostas**. Exemplo: “a bola é vermelha e pertence a Pedro”. De acordo com Russell, o grande problema dessa linguagem é a sua aplicação na relação de causalidade.

Quando se formulam proposições causais, pode acontecer que, embora as duas proposições estejam corretas, isso não significa que uma seja a causa da outra. Exemplo: “a casa pegou fogo, porque alguém dormiu com o cigarro aceso”. Necessariamente, não se pode concluir que a segunda proposição seja a causa da primeira. Na concepção dele, isso revela a deficiência da linguagem comum.

Outro pensador que se debruçou sobre essa temática foi o filósofo austríaco, naturalizado britânico, Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951). No seu *Tractatus logico-philosophicus*, ele intensificou a busca de uma estrutura lógica que pudesse dar conta do funcionamento da linguagem. A estrutura da linguagem deveria corresponder à realidade dos fatos. Noutros termos, a verdade de uma proposição deve ser verificada na experiência do mundo real.

Porém, num segundo momento, ele se afasta dessa compreensão, afirmando a impossibilidade de uma redução legítima entre um conceito lógico (linguagem) e um conceito empírico (realidade). Para Wittgenstein, na sua segunda fase, o termo linguístico não pode ser explicado por meio de uma análise lógica, mas apenas a partir de seu uso social. Na sua obra *Investigações filosóficas*, ele assevera que “a linguagem é como uma caixa de ferramentas”. Não se trata mais de considerá-la falsa ou verdadeira, mas de saber usá-la. E nisso consiste a tarefa da Filosofia.

Referências

ARISTÓTELES. *Órganon*. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2010.

COPI, Irving Marmer. *Introdução à lógica*. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção **Os Pensadores**)

MARITAIN, Jacques. *A ordem dos conceitos: lógica menor*. In: **Elementos de Filosofia II**. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção **Os Pensadores**)

Capítulo 3

ALGUNS PRINCÍPIOS DE GNOSIOLOGIA OU TEORIA DO CONHECIMENTO

3.1 Definição

O conhecimento é um dado primitivo da realidade e, enquanto tal, indefinível. Todavia, emprega-se, com frequência, o termo conhecimento (como também a palavra latina *cognitio*= cognição), em sentido muitíssimo amplo, para designar qualquer ato vital em que um ser espiritual ou sensitivo, como sujeito cognoscente, "se dá conta de" um objeto.

A palavra *gnosilogia* é de origem grega, e significa, etimologicamente, discurso (estudo) sobre o conhecimento. Em grego, γνῶσις (*gnosis*) = conhecimento. Em sentido lato, a teoria do conhecimento compreende tanto as investigações psicológicas sobre a produção e essência do conhecimento humano, quanto as investigações crítico-cognitivas acerca da validade do mesmo. Sendo assim, a teoria do conhecimento é a investigação filosófica da aptidão de nossa razão para a Verdade e, ao mesmo tempo, dos limites do conhecimento.

A teoria do conhecimento é fundamental para todas as ciências e também para as demais partes da Filosofia, porque investiga as condições de validade de todas elas. Além de ser denominada de gnosilogia, a teoria do conhecimento recebe igualmente os nomes de: *noética* (=doutrina do pensamento) e *criteriologia* (=doutrina dos critérios, isto é, dos sinais característicos da verdade).

3.2 Elementos do processo do conhecimento

Distinguem-se, no processo do conhecimento, dois elementos: o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. O

sujeito cognoscente é aquele que conhece (o homem), isto é, que realiza o ato, a operação do conhecimento. Já o objeto conhecido é aquilo que se conhece, ou seja, tudo aquilo sobre o qual o homem lança a luz de sua inteligência.

O processo de conhecimento dá-se por assimilação da essência do objeto. Isso significa dizer que, ao perceber o objeto, o homem retém e apreende a sua essência, formando assim uma ideia universal e abstrata do mesmo.

3.3 Tipos de Conhecimento

Existem basicamente, três tipos de conhecimento: o sensitivo, o intelectual e o intuitivo.

O conhecimento sensitivo (sensorial) é aquele que se realiza através das sensações, dos sentidos. Há oito espécies de sentidos, sendo cinco externos (visão, audição, tato, olfato e paladar) e três internos (percepção, memória e imaginação).

O conhecimento intelectual (racional) é aquele que se processa pela razão, o intelecto. Através das operações intelectivas do raciocínio (dedução, indução, comparação) o ser humano conhece a Verdade.

O conhecimento intuitivo é aquele que se realiza através da intuição. A intuição é um tipo de conhecimento imediato, isto é, feito sem mediação, sem intermediário, um pensamento atualmente presente ao espírito. A intuição é, portanto, uma visão súbita. Enquanto o raciocínio é um conhecimento mediato (por meio de mediação, como conceitos e juízos), a intuição é um conhecimento imediato; enquanto o raciocínio é discursivo e se faz por meio da palavra, a intuição é inefável, inexprimível.

3.4 Níveis de Conhecimento

Há quatro níveis de conhecimento: o empírico, o

científico, o filosófico e o teológico.

O nível empírico ou senso comum é o conhecimento vulgar, espontâneo, fruto da experiência vivida ou do ato espontâneo do espírito. Por vezes, falta-lhe a objetividade e se forma ao acaso, por generalização prematura, sem ordem nem método. Por exemplo: o conhecimento sobre a utilidade medicinal de ervas e raízes, o conhecimento do pescador sobre marés etc. Os conhecimentos empíricos, no entanto, constituem a base da ciência e, por isso, não devem ser desprezados.

O nível científico prima pela objetividade e visa a substituir o empirismo por enunciados precisos, gerais e sistematizados metodicamente. Isso equivale a dizer que a ciência busca verdades válidas para todos os casos, em todos os tempos e lugares, e ligadas entre si por suas causas e princípios.

O nível filosófico visa, pela razão, às causas primeiras de todas as coisas, ao que está além da experiência e tem por fim descobrir as causas mais universais.

Por fim, o nível teológico, que se apoia, como sobre seus primeiros princípios, nas verdades reveladas. Enquanto a Filosofia apela unicamente às luzes da razão e tem como critério da verdade, a evidência do objeto, a Teologia se fundamenta na Revelação e tem como critério da verdade a autoridade de Deus revelador.

3.5 Principais correntes gnosiológicas

a) Ceticismo

Escola filosófica, fundada pelo grego Pirro (365? A.C.-275 A.C.), que questiona as bases do conhecimento metafísico, científico, moral e, especialmente, religioso. Nega a possibilidade de se conhecer, com certeza, qualquer verdade e recusa toda afirmação dogmática – aquela que é aceita como verdadeira, sem provas. O termo deriva do verbo grego *sképtomai*, que significa "olhar, observar, investigar".

Para os céticos, uma afirmação para ser provada exige outra, que requer outra, até o infinito. O conhecimento, para eles, é relativo: depende da natureza do sujeito e das condições do objeto por ele estudado. Costumes, leis e opiniões variam segundo a sociedade e o período histórico, tornando-se impossível chegar-se a conceitos de real e irreal, de correto e incorreto. Condições como juventude ou velhice, saúde ou doença, lucidez ou embriaguez influenciam o julgamento e, conseqüentemente, o conhecimento.

Por isso, os seguidores de Pirro defendem a suspensão do juízo, o total despojamento e uma postura neutra diante da realidade. Se é impossível conhecer a verdade, tudo se torna indiferente e equilibrado. Para eles, o ideal do sábio é a indiferença.

Ainda na Antiguidade, o grego Sexto Empírico (século III?) e os empiristas veem o ceticismo como um modo de obter-se o conhecimento pela experiência. Não excluem a ciência, mas procuram fundamentá-la sobre representações e fenômenos encontrados de modo indiscutível e inevitável na experiência.

Esse ceticismo positivo tem papel fundamental no pensamento do escocês David Hume (1711-1776), um dos maiores expoentes da filosofia moderna. Derrubando dogmas metafísicos e religiosos, a filosofia moderna baseia-se nas relações terrenas e coloca o homem como dono de seu próprio destino.

b) Dogmatismo

Termo usado pela Filosofia e pela religião, dogmatismo (do grego, *dogmatikós*, que se funda em princípios) é toda doutrina ou atitude que afirma a capacidade do homem de atingir a verdade absoluta e indiscutível. Na religião, corresponde ao conjunto de dogmas – crenças que não admitem contestação – considerado a palavra de Deus. Na Filosofia, é o pensamento contrário à corrente do ceticismo, que contesta a possibilidade de conhecimento da verdade. O dogmatismo filosófico pode ser entendido de três formas: a possibilidade de se conhecer a verdade, a confiança nesse

conhecimento e a submissão a essa verdade sem questionamentos.

Desde a Antiguidade, existem filósofos dogmáticos – como Parmênides (515 A.C. – 440 A.C.), Platão (427 A.C. – 347 A.C.?) e Aristóteles (384 A.C. – 322 A.C.) – e céticos, que se recusam a crer nas verdades estabelecidas. No século XVIII, o dogmatismo racionalista prega a confiança na razão depois de submetê-la à experiência.

Com Immanuel Kant (1724 –1804), o termo adquire novo sentido. Em *Crítica da razão pura*, o filósofo faz uma oposição entre o criticismo – doutrina que estuda as condições de validade e os limites do uso da razão – , o dogmatismo e o empirismo, que se diferencia daqueles por reduzir conhecimento à experiência. Para Kant, o dogmatismo é "toda atitude de conhecimento que consiste em acreditar na posse da certeza ou da verdade antes de fazer a crítica da faculdade de conhecer".

O antagonismo entre dogmatismo e ceticismo aparece também na obra de Augusto Comte (1798-1857), que considera que a vida humana existe em estado dogmático ou estado cético. Este último, segundo ele, não é mais do que uma passagem de um dogmatismo anterior a um novo dogmatismo.

Para os filósofos de tradição marxista, o termo dogmático é usado para a tendência de se manter uma teoria com fórmulas estereotipadas, tirando-a da prática e da análise concreta. Segundo Friedrich Engels (1820 – 1895), "o marxismo não é um dogma, mas um guia para a ação".

c) Empirismo

Nome genérico das doutrinas filosóficas em que o conhecimento é visto, principalmente, como resultado da experiência sensível. De modo geral, limita o conhecimento à vivência, só aceitando verdades que possam ser comprovadas pelos sentidos. Por isso, rejeita os enunciados metafísicos, baseados em conceitos que extrapolam o mundo físico, devido à impossibilidade de teste ou controle. A noção de gravidade,

por exemplo, faz parte do mundo sensível, enquanto o conceito de bem é do mundo metafísico.

O empirismo provoca uma revolução na ciência. A partir da valorização da experiência, o conhecimento científico, que antes contentava-se em contemplar a natureza, passa a querer dominá-la, buscando resultados práticos.

O inglês Francis Bacon (1561 – 1626) é o precursor do empirismo moderno: alia teoria e experiência. John Locke (1632-1704), também inglês, funda a escola empirista, considerada a segunda mais importante da Filosofia Moderna – a primeira é o cartesianismo.

Apesar de partir do cartesianismo, Locke discorda de Descartes (1596 – 1650) sobre a existência de ideias inatas, nascidas com o espírito, do tipo “penso, logo existo”. Para Locke, as ideias vêm da experiência externa, pela sensação, ou da interna, via reflexão. São também simples ou compostas. A ideia de comprimento, por exemplo, é simples: vem da visão. A doença, fruto da associação de ideias, é composta.

No século XVIII, o escocês David Hume (1711 – 1776) procura introduzir o método experimental nas ciências morais. Leva a elas o ceticismo, que descarta a investigação do que não pode ser observado. Para o empirismo contemporâneo, também chamado de positivismo lógico, representado pelo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951), a Filosofia deve limitar-se à análise da linguagem científica, expressão do conhecimento baseado na experiência.

d) Racionalismo

Doutrina que afirma que tudo que existe tem uma causa inteligível, mesmo que não possa ser demonstrada de fato, como a origem do Universo. Privilegia a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento. Considera a dedução como o método superior de investigação filosófica. René Descartes (1596 – 1650), Spinoza (1632 – 1677) e Leibniz (1646 – 1716) introduzem o racionalismo na Filosofia Moderna, segundo

Friedrich Hegel (1770 – 1831). O racionalismo é baseado nos princípios da busca da certeza e da demonstração, sustentados por um conhecimento a priori, ou seja, a razão.

Na passagem do século XVIII para o XIX, Immanuel Kant (1742 – 1804) revê esta tendência de associar o pensamento à análise pura e simples e inaugura o neoracionalismo. A nova doutrina aceita os conceitos sustentados pela razão, mas identifica a necessidade de relacioná-los aos dados da experiência, ou da razão prática, como forma de ampliar o conhecimento.

O racionalismo dos séculos XVII e XVIII influencia a religião e a ética até hoje. Está presente nas várias facções do protestantismo, que dispensam a autoridade e a revelação religiosa em virtude dos princípios da existência a priori de Deus. Influencia, também, a conduta moral que atribui à razão e aos princípios inatos de bondade, entre outros, a capacidade humana de se bem conduzir.

e) Realismo

O realismo crítico procura conservar o que o empirismo sensualista e o racionalismo idealista apresentam de verdadeiro. Assim, sustenta que o nosso conhecimento tanto tem sua origem nos dados sensíveis, quanto admite também que a razão compõe, a partir destes dados, um universo inteligível ou universo de ideias que equivale às ideias (formas ou essências) imanentes aos objetos da experiência.

Etimologicamente, realismo significa opinião que defende a realidade. Em sentido geral gnosiológico-metafísico, realismo é a concepção que afirma que o ente real existe "em si", independentemente de nosso conhecimento; que, por conseguinte, o ser não é mera produção do sujeito pensante; que o sentido de nosso conhecimento é adequar-se, assimilar-se ao ente, apreendê-lo como ele é em si, e que tal objetivo se pode alcançar, ao menos dentro de determinados limites.

Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edipro, 2006.

BUNNIN, Nicholas; e TSUI-JAMES, E. P. (Org.). *Compêndio de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2002.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 16.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

Capítulo 4

INICIAÇÃO AO ESTUDO DE EPISTEMOLOGIA OU FILOSOFIA DA CIÊNCIA

4.1 Conceituação

Epistemologia é o estudo crítico do conhecimento científico em seus vários ramos. É também denominada de **Filosofia da Ciência** ou **Crítica da Ciência** por tratar-se de uma reflexão crítica sobre a ciência. O termo epistemologia é de origem grega e significa estudo ou tratado a respeito da ciência. Em grego, επιστήμη (*epistémē*) = conhecimento científico ou ciência, e λογία (*logia*) = tratado ou estudo. Em outras palavras, a Filosofia da Ciência é uma reflexão sobre os pressupostos fundamentais e os procedimentos gerais da pesquisa científica; ela procura saber como os cientistas atingem sua pretendida meta (se é que atingem), isto é, como se faz ciência.

Mas, o que é ciência?

Praticamente, toda pessoa de nível escolar médio tem noção aproximada de ciência. Algum elemento importante do conceito está, quase sempre, presente em qualquer explicação que se dê de ciência. Os mais frequentes são: certeza, previsão e lei científica. Por exemplo: as condições climáticas e a previsão do tempo, através do calor, dos ventos, da umidade do ar e das nuvens; ou a lei da gravidade, que explica a queda dos corpos.

Várias têm sido as definições de ciência, porém todas coincidem na indicação de alguns quesitos indispensáveis para sua compreensão. Dessa forma, pode-se definir ciência como o conjunto de conhecimentos obtido através da investigação sistemática, objetiva e metódica. Isso equivale a dizer que, em primeiro lugar, a ciência forma um sistema (sistemática) de vários conhecimentos vinculados entre si, constituindo uma teoria que está sempre sendo posta à prova; segundo, a investigação visa à verdade e retrata fielmente o objeto ou

fenômeno estudado (objetiva); e terceiro, a teoria científica ou conjunto de conhecimentos é fruto de investigação criteriosa, dentro da coerência lógica (metódica).

Mormente, via de regra, a ciência estuda os fenômenos a partir de suas causas. Entende-se por fenômeno toda realidade que se apresenta à consciência racional, aquilo que se mostra, que se revela, que se manifesta, que está presente. E causa é todo fator que provoca ou produz um fenômeno, aquilo que determina a existência de um fenômeno. O conhecimento científico se ocupa com a relação **causa/efeito ou causa/fenômeno**, uma vez que toda causa produz um efeito (fenômeno), ou vice-versa, todo efeito (fenômeno) é produzido por uma causa. Por isso, para a ciência, nada existe ou acontece por acaso, todo fenômeno é provocado por alguma causa, e cabe aos pesquisadores investigar a fim de descobrir.

4.2 Características da Ciência

A ciência apresenta algumas características marcantes, as quais a distinguem de outras formas de saber. Nem todo conhecimento é científico e, para chegar ao “*status*” de ciência, o conhecimento deve apresentar alguns aspectos essenciais. Aqui serão elencadas essas características fundamentais do conhecimento científico.

a) Objetividade

Toda ciência é objetiva – ou, pelo menos, tenta ser. Isso equivale a dizer que a ciência deve estar centrada no seu objeto, no fenômeno, na realidade estudada. O critério da Verdade é a evidência do seu objeto. A verdade é aquilo que é. Ela se evidencia por si mesma. Não é uma mera opinião pessoal ou pública. Quem estuda ciência objetivamente deve adequar-se à realidade, adequar a inteligência à coisa estudada, afinal “*veritas est adequatio intellectus et rei*”. Esta característica opõe-se à subjetividade do senso-comum.

b) Metodicidade

A ciência é metódica, isto é, baseada em métodos rigorosos de pesquisa. Portanto, toda pesquisa ou trabalho no campo da ciência deve ser regulada pelos critérios da metodologia científica. Já o conhecimento espontâneo ou empírico é ametódico.

c) Sistematicidade

O conhecimento científico é sistemático, ou seja, organizado, estruturado. A pesquisa na ciência tende a formar um corpo de sistemas ou teorias, que é catalogado e organizado num cabedal do saber humano. O conhecimento vulgar, ao contrário, é assistemático.

d) Universalidade

A ciência é universal, é um conhecimento geral, válido em toda parte, universalmente. Uma tese defendida na USP (Brasil) ou em Harvard (EUA) logo se incorpora ao patrimônio científico mundial, universalizando-se no meio acadêmico internacional. As observações feitas para alguns fenômenos são generalizadas e expressas pelo enunciado de uma lei. Contrariamente, o senso-comum é particular, restrito a uma pequena amostragem da realidade, a partir da qual são feitas generalizações, muitas vezes, apressadas e imprecisas.

e) Criticidade

O conhecimento científico é crítico por se colocar como problema. Ao observar um fenômeno, o cientista elabora o enunciado de um problema, isto é, o objeto observado é problematizado, estudado criticamente, questionado. Nesse sentido, a ciência desenvolve também o senso-crítico das pessoas, na medida em que desperta a capacidade de questionar. Por sua vez, o conhecimento popular é ingênuo, não se questiona enquanto saber.

Portanto, qualquer saber ou trabalho de pesquisa,

para receber o título de científico, deve apresentar essas cinco características essenciais. Como diversos conhecimentos não revelam tais marcas criteriológicas não devem, conseqüentemente, receber o “*status*” de ciência.

4.3 Classificação das Ciências

A primeira classificação das ciências é do filósofo grego Aristóteles, datada do século IV a. C.. Ele admite as ciências teóricas e as práticas. As teóricas seriam a Física, a Metafísica e a Matemática; e as ciências práticas, a Lógica e a Moral.

Muito tempo depois, na Época Moderna, o filósofo britânico Francis Bacon, que viveu na passagem do século XVI para o XVII, divide as ciências segundo as faculdades empregadas no conhecimento: ciências de memória, de imaginação e de razão.

Já o matemático e físico francês, André Marie Ampère, na virada do século XVIII para o XIX, admite ciências de natureza (cosmológicas) e ciências de espírito (noológicas).

Por sua vez, o fundador do Positivismo, no século XIX, o filósofo francês Augusto Comte, baseia-se num princípio mais rigoroso. Ele classifica as ciências segundo sua complexidade crescente e sua generalidade decrescente, o que resulta no seguinte: Matemática, Mecânica, Física, Química, Biologia e Sociologia.

Apesar de essas classificações serem consideradas superadas, a verdade é que, dependendo dos critérios adotados, existem diversas formas de classificar as ciências. A classificação aqui adotada é hoje uma das mais largamente aceitas na comunidade científica, embora não seja perfeita, nem completa, nem única. Ela tem como fundamento principal o critério do objeto estudado.

Conforme esse critério, classificam-se as ciências em dois grandes grupos: ciências abstratas e ciências factuais. As primeiras trabalham com entidades abstratas, que não têm

existência concreta, mas apenas existem na mente humana. Exemplos: Lógica e Matemática. De fato, tais ciências têm como objeto abstrações mentais, estudam realidades do tipo ideias, conceitos, juízos, raciocínios, números, letras, figuras, palavras.

Já as ciências factuais recebem essa designação por lidarem com realidades concretas, fatos ou fenômenos experienciados pelos seres humanos. As ciências factuais se dividem em duas espécies: ciências naturais e ciências sociais ou humanas.

As ciências naturais são aquelas que estudam os fenômenos da natureza, como os astros ou corpos celestes (Astronomia), o reino vegetal (Botânica), o reino animal (Zoologia), as substâncias (Química) etc.; enquanto as ciências sociais ocupam-se dos fenômenos humanos, isto é, fatos produzidos pelos seres humanos ou que ocorrem com eles, como a cultura (Antropologia), a sociedade (Sociologia), o comportamento relacionado à vida interior (Psicologia) etc.

Para melhor compreensão, observe o quadro abaixo.

GRUPOS	CIÊNCIAS	OBJETOS DE ESTUDO
Abstratas	a) <i>Lógica</i> b) <i>Matemática</i>	- Regras do raciocínio, números, símbolos, figuras, letras, palavras etc.
Factuais	a) <i>Ciências Naturais: Astronomia, Botânica, Zoologia, Química etc.</i>	- Corpos celestes, vegetais, animais, substâncias etc.
	b) <i>Ciências Sociais ou Humanas: Antropologia, Sociologia, Psicologia etc.</i>	- Cultura, sociedade, comportamento e vida interior etc.

4.4 A questão do método

Método é uma palavra de origem grega que significa “caminho a seguir”, “vereda a ser percorrida” ou “seguir na direção de algo”. As duas palavras gregas que deram origem ao termo método são: *metá* + *odós*, com o sentido de guia, orientação, modo de agir para se atingir uma meta. Desta forma, método significa meio, instrumento, estratégia, modo

de fazer, recurso operacional, técnica etc..

Em ciência, método é a maneira ou o modo como se faz a pesquisa científica, como se procede para chegar à conclusão, à tese, à lei; é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um dado fim. Assim, pode-se definir método como sendo o caminho a seguir para atingir a Verdade nas ciências.

Em geral, o método empregado numa ciência depende da natureza do objeto desta ciência. As ciências abstratas – como a Matemática – utilizam o chamado método demonstrativo (demonstração), também designado de método dedutivo.

A natureza da demonstração consiste em dois processos: processo analítico e processo sintético. O processo analítico (análise) é aquele que parte da proposição complexa a demonstrar e a relaciona a uma proposição mais simples, da qual é uma consequência necessária. Esse processo é empregado para a solução de problemas. O processo sintético (síntese) é aquele que parte de verdades gerais e tira daí, por via da consequência, outras proposições mais complexas. Tal processo é empregado para a demonstração de teorias.

Os elementos da demonstração são: definições, axiomas e postulados. As definições podem ser essenciais e genéticas. As definições essenciais são aquelas que fornecem as propriedades de um objeto; por exemplo: *“a circunferência é uma figura cujos pontos estão a igual distância de um ponto chamado centro”*. As definições genéticas são aquelas que formulam a lei de construção de um objeto; por exemplo: *“a esfera é o volume gerado por um semicírculo, que gira em torno de seu diâmetro”*.

Os axiomas são princípios imediatamente evidentes, que resultam da aplicação do princípio de identidade na ordem da quantidade; por exemplo: *“duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si”*.

Enfim, os postulados são juízos indemonstráveis, cuja evidência é inferior a dos axiomas e, por vezes, são provisórios; por exemplo: *“de um ponto tomado fora de uma reta, sempre se pode traçar uma paralela a esta reta e não se*

pode traçar mais que uma". Este é o chamado **Postulado de Euclides**.

Por sua vez, as ciências factuais utilizam um método baseado em quatro etapas ou processos: observação, hipótese, experimentação e tese (conclusão). O primeiro passo da pesquisa científica é a observação. Ela é comum a todas as ciências factuais, tanto as naturais quanto as sociais, independentemente de ser possível ou não a experimentação. A observação consiste em fixar a atenção num fenômeno, a fim de melhor conhecê-lo.

Às vezes, a observação é direta. Um sociólogo pode observar um conflito social, como testemunha direta dele, no local onde o conflito se produz. Um físico pode observar o fenômeno da queda livre dos corpos, ao verificar uma laranja madura caindo da laranjeira.

Porém, outras vezes, a observação é indireta. Um historiador pode observar os fatos através de relatos, fontes ou documentos nos quais eles são descritos. Em certos casos, um astrônomo precisa de um telescópio e um químico ou um biólogo de um microscópio para poder observar o seu objeto de estudo.

Destarte, ao observar os fenômenos, o cientista enuncia um problema que o intriga e que ainda não foi explicado pelo conjunto de conhecimentos disponíveis. Nessa etapa, ele deve expor seu problema, com clareza e precisão, e procurar todos os investimentos possíveis para tentar resolvê-lo.

No entanto, apesar da importância fundante da observação, a pesquisa científica não para por aí. Vem a segunda etapa: formulação de uma hipótese. A hipótese é uma explicação provisória do fenômeno observado; consiste na elaboração de uma suposição teórica, uma opinião acadêmica sobre o objeto estudado.

Tentando solucionar o problema, o cientista propõe uma resposta possível, que constitui uma hipótese a ser avaliada na sua investigação. Isso significa que a hipótese é uma resposta não comprovada, que deve ser testada cientificamente.

Segue, então, a terceira etapa, a experimentação ou testes experimentais da hipótese, que consiste no conjunto de processos utilizados para verificar a hipótese. Nessa etapa, o cientista testa a validade de sua hipótese, procurando investigar as consequências da solução proposta. Essa investigação deve ser controlada por ele, para que o fator relevante previsto na hipótese seja suficientemente destacado na ocorrência do fato-problema.

Por fim, chega-se à conclusão ou tese, que é a quarta etapa. A tese consiste na formulação de uma teoria ou lei científica, após comprovar a validade da hipótese. Deste modo, o cientista conclui seu trabalho, corrigindo ou confirmando a hipótese. Corrigindo, se a hipótese não passar pelo crivo dos testes experimentais; em acontecendo isso, ele deve voltar à segunda e à terceira etapas, refazendo sua hipótese e submetendo-a a novos testes. Confirmando, caso a hipótese se sustente.

Seguem, abaixo, dois exemplos do método utilizado pelas ciências factuais.

Exemplo 1

Se um psicólogo deseja estudar a maneira como uma criança raciocina em Matemática, ele a submeterá a testes. Sua fonte de informação são fatos: os testes que a criança faz, seu comportamento durante os testes, seus resultados.

O psicólogo faz, então, a criança somar $4.123+223+89.271$. Porém, o assunto ou objeto do psicólogo não é a Matemática, não é constatar o resultado dessa soma ou como se justifica matematicamente. Sua preocupação é determinar a habilidade intelectual da criança para atingir o resultado final (velocidade, método, número de tentativas, quantidade de erros etc.), supondo que o resultado esteja certo.

Exemplo 2

Um cientista social – historiador, sociólogo ou cientista político – pretende estudar o posicionamento político das classes médias, em épocas de graves crises econômicas. Baseado em observação indireta dos fatos, ele induz a hipótese

de que, em tempos economicamente difíceis, as classes médias adotam posições mais conservadoras, tendem para a extrema-direita ou para o fascismo.

Como ele testará experimentalmente sua hipótese para confirmá-la ou corrigi-la? Através da indução, que consiste em tirar conclusões gerais de fatos particulares. Todavia, essa indução é um pouco diferente, pois se baseia em exemplos históricos.

Então, ele observa que a classe média italiana na década de 1920, a classe média alemã na década de 1930, a classe média brasileira na década de 1960, a classe média argentina na década de 1970 etc., perante a crise econômica e a ameaça do caos social, adotaram soluções conservadoras, direitistas, fascistas. Assim, o cientista social conclui que, nos momentos de crise econômica, as classes médias tendem a posições fascistas ou ultra-direitistas.

4.5 Breve olhar retrospectivo

Na Antiguidade, a Filosofia confundia-se com a Ciência, ou melhor, a Ciência não se distinguia da Filosofia, que era considerada como saber universal. Entretanto, no decorrer da história, as diversas ciências que se confundiam com a Filosofia separaram-se como ramos que brotam de um tronco comum.

Muito cedo, ainda na Idade Antiga, ciências como a Matemática – com a Geometria de Euclides – e a Mecânica de Arquimedes libertaram-se da tutela filosófica. Depois, na Época Moderna, a Física, com Galileu e Newton, abandonou totalmente a Metafísica de que dependia. Em seguida, foi a vez da Química, com Lavoisier, que se constituiu em oposição à Alquimia. No século XIX, a Biologia iria conquistar sua independência, anunciada desde 1802 por Lamarck e realizada por Claude Bernard. E assim foram se constituindo as várias ciências, exatamente como se apresentam hoje.

Contudo, no final do século XIX, as concepções clássicas da Ciência foram fortemente abaladas por novos

modelos e descobertas, como, por exemplo, as Geometrias não euclidianas. Como se sabe, os postulados da Geometria foram estabelecidos por Euclides, no século III a. C.. Mas, em fins do século XIX, dois matemáticos, Lobatchevski e Riemann, separadamente, partiram de postulados diferentes dos euclidianos e montaram Geometrias igualmente coerentes e rigorosas.

Esses esquemas operacionais diferentes podem se revelar de grande fecundidade. Só para se ter uma ideia do alcance e do impacto científico desta nova visão, a teoria da relatividade generalizada de Einstein não se explica pela Geometria euclidiana, mas se traduz muito bem na proposta de Riemann.

Outras descobertas revolucionárias ocorreram na década de 1920, no campo da Física Quântica, quando De Broglie considerou o elétron um sistema ondulatório. Isso permitiu a Heisenberg a formulação do **princípio da incerteza**, segundo o qual constitui uma impossibilidade a determinação simultânea e com igual precisão da localização e da velocidade de um elétron. O aparecimento deste “irracionalismo” na Ciência foi um duro golpe para a exaltação positivista, desencadeando uma crise no mundo científico.

Em face dessa crise, ocorre, no início do século XX, uma necessidade de reavaliação do conceito de Ciência, dos critérios de certeza, da relação entre Ciência e realidade, da validade dos modelos científicos. Por conta disso, surge o chamado **Círculo de Viena**, com a intenção de investigar até que ponto as teorias, através da análise de sua estrutura lógica, têm probabilidade de ser verdadeiras.

Formado em 1928 por elementos como Carnap, Schlick, Hahn e Newrath, sofre influência de Wittgenstein e da Lógica Matemática de Russell e Whitehead. Esses autores representam a tendência **neopositivista** ou do **empirismo lógico**. Aí a experiência e a linguagem se completam: a experiência é transcrita em forma de proposições, que são verdadeiras enquanto exprimíveis. E as proposições têm sentido enquanto mensuráveis (o que não é mensurável não tem sentido).

Refletindo a influência positivista, os lógicos do Círculo de Viena têm a convicção de que a Matemática, a Lógica e as ciências empíricas esgotam o domínio do conhecimento possível. Eles estabelecem como condição de validade de uma teoria científica o **critério de verificabilidade**, segundo o qual uma teoria deveria passar pelo crivo da verificação empírica, para ser aceita como verdadeira.

Reagindo a esta postura, Karl Popper tece diversas críticas aos pensadores do Círculo de Viena, não obstante a influência sofrida inicialmente de Carnap e outros integrantes daquele movimento. Para ele, o cientista deve estar mais preocupado não com a explicação e justificação da sua teoria, mas com o levantamento de possíveis teorias que a refutem. Ou seja, o que garante a verdade do discurso científico é a condição de **refutabilidade**.

Já Thomas Kuhn contrapôs sua teoria à de Popper, negando que o desenvolvimento da Ciência tenha sido levado a efeito pelo ideal da refutação. Ao contrário, a Ciência progride pela tradição intelectual representada pelo **paradigma**, que é a visão de mundo expressa numa teoria.

Nas fases chamadas “normais” da Ciência, o paradigma (por exemplo, o newtoniano) serve para auxiliar os cientistas na resolução dos seus problemas, e o progresso se faz por acumulação de descobertas. Mas há situações privilegiadas, de crise, quando o paradigma já não resolve uma série de anomalias acumuladas. Revoluções desse tipo foram operadas por Copérnico, Newton, Darwin, Einstein e Heisenberg.

Posição bem mais radical assume Feyerabend, que cedo abandona o empirismo, classificando-se como um “anarquista epistemológico”. Criticando as posturas positivistas, defende o pluralismo metodológico: as metodologias normativas não são instrumentos de descoberta.

A sua famosa afirmação de que “o único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale” aparece num livro cujo título sugestivo indica sua posição: *Contra o método*. Feyerabend quer dizer que não existe norma de pesquisa que não tenha sido violada, e é mesmo preciso que o cientista faça aquilo que lhe agrada mais. E que deve tornar a teoria

persuasiva por recursos retóricos através da propaganda, a fim de melhor convencer a comunidade científica.

4.6 Considerações críticas

A chamada ciência moderna surgiu a partir do século XVII, com a Revolução Científica, que se caracterizou pela adoção do método científico de Galileu Galilei, fundamentado na experimentação (método empírico) e na matematização (exatidão, precisão).

Diante do advento das ciências modernas, a Filosofia foi, lentamente, perdendo espaço como um conhecimento universal, ao mesmo tempo em que o filósofo foi, gradativamente, relegado a segundo plano, como um pensador da totalidade do saber. Então, o que sobrou para a Filosofia e para o filósofo? Que papel devem desempenhar atualmente? Será que se pode falar de um domínio próprio que lhes pertença?

Evidentemente que sim. O domínio epistemológico e ético, ou seja, a Filosofia da Ciência, a crítica do conhecimento científico, bem como a reflexão acerca dos fins a que se destina a pesquisa e os meios nela empregados para atingir tal fim.

Certamente, é hoje impossível pedir ao filósofo que seja um sábio em todas as especialidades. Pode-se, ao menos, exigir dele uma cultura geral, que não seja uma ignorância enciclopédica. Pode-se ver na Filosofia uma reflexão de conjunto sobre a história das ciências e os problemas suscitados pelo conhecimento científico. Afinal, a Filosofia não é o somatório das ciências, não é a ciência de tudo, mas a ciência do todo.

Por outro lado, a Filosofia da Ciência é imprescindível para um julgamento crítico do método científico: para situar, com precisão, o conhecimento científico dentro do contexto global do saber; para ensinar uma terminologia adequada aos inúmeros passos de uma investigação; para explicitar os processos que o cientista muitas vezes emprega sem plena consciência etc..

É o epistemólogo que sabe a que meta realmente se dirige a pesquisa científica, que possibilidades há de que essa meta seja atingida, que tipos de erros podem ser cometidos ao longo do caminho etc..

Não se pode esquecer também que, muitas vezes, limitado na estreiteza de sua especialidade, o cientista corre o risco de não ter consciência plena dos pressupostos filosóficos que tacitamente aceita e nem dos procedimentos gerais que sua mente elabora ao longo da investigação. É a Filosofia da Ciência que poderá armá-lo com esses conhecimentos. Sem eles, o cientista nem mesmo saberá descrever as regras necessárias e suficientes para desenvolver um bom trabalho científico – isto é, nem mesmo saberá contar, com precisão, como é que realiza todos os processos de seu trabalho.

Ademais, pode acontecer, às vezes, certa instrumentalização ideológica da Ciência. Certos preconceitos podem influir na obtenção de determinados resultados “pretensamente científicos”. Um cientista de “direita” pode chegar a uma conclusão diferente de um cientista de “esquerda”, ao estudarem ambos o mesmo tema, por causa da influência da ideologia por eles seguida.

Mormente a Ciência pode servir a interesses estranhos e escusos: interesses econômicos, militares, políticos etc.. Por exemplo: a pesquisa de um cientista pode estar a serviço da indústria bélica, da indústria farmacêutica, de um governo injusto etc..

Todos têm consciência dos benefícios que acarretam ao ser humano a informática, a biotecnologia e a pesquisa nuclear. Pode-se reduzir o esforço do trabalhador, podem ser encontradas novas técnicas de alimentação e consegue-se dominar doenças graves. Contudo, essas novas descobertas das ciências e muitas outras podem ser usadas para informatizar a guerra, gerar o desemprego através da robotização, produzir transtornos nas espécies biológicas e auxiliar a construção de bombas. É o paradoxo da Ciência provocado pelo livre-arbítrio humano.

Destarte, acredita-se, em geral, que o conhecimento científico parte dos fatos e conduz à Verdade, pois são os fatos

que geram a descoberta. E, como diz o adágio, “*contra fatos não há argumentos*”, desenvolveu-se, assim, o mito de que a Ciência pode tudo explicar e que, por definição, suas explicações são verdadeiras. É o **cientificismo**, que surgiu no século XIX por influência do Positivismo, exaltando a Ciência como a única forma – e a mais perfeita – do saber humano.

A Ciência é apresentada como a grande solução, a saída, a resposta para todos os problemas humanos. Esse “*endeusamento*” da Ciência fez com que surgissem alguns outros mitos, como o do “*especialista*”, segundo o qual apenas os “*iniciados*”, os sábios/cientistas podem emitir com segurança uma opinião sobre certos assuntos. O saber fica restrito aos especialistas nas diversas áreas, que o usam, muitas vezes, para servir a interesses estranhos à causa humana. Isso faz lembrar aquela velha máxima: “*o poder pertence a quem possui o saber*”.

Outro mito gerado pelo cientificismo é o “*mito da tecnocracia*”, de acordo com o qual a tecnologia é a “*salvação*” do gênero humano. Conseqüentemente, à sombra do poder da técnica estão os tecnocratas, burocratas da tecnologia, que, como especialistas, reservam para si todo o poder.

Por último, há o “*mito do progresso*”, em nome do qual são cometidos danos irreparáveis ao meio-ambiente e ao próprio homem, ameaçando a existência da vida no planeta e tornando o convívio social cada vez mais desumanizado.

Após tudo o que foi dito, portanto, fica claro o papel que a Filosofia deve desempenhar em relação ao conhecimento científico. Em suma, cabe a Filosofia investigar os próprios fundamentos da Ciência; descobrir o conceito de “homem” subjacente a cada ciência; exercer uma interdisciplinaridade que recoloca o problema da unidade do saber; enfim, realizar uma análise crítica dos fins e das prioridades a que a Ciência se propõe.

Referências

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Capítulo 5

ASPECTOS GERAIS DE ONTOLOGIA

5.1 Conceito

O vocábulo **Ontologia** foi criado em meados do século XVII. Etimologicamente significa estudo do “ser” – do grego: *οντο(onto)* = ser + *λογία(logia)* = discurso, tratado, estudo. De acordo com isso, poderia coincidir com a **Filosofia Primeira** de Aristóteles, denominada, posteriormente, **Metafísica** (pura ou geral). Contudo, ela não é sinônimo de Metafísica, constituindo apenas a primeira parte desta, a saber, a doutrina do “ser” enquanto tal e do que lhe pertence essencial e imediatamente. Assim, a Ontologia estuda o ser em geral, a natureza última das coisas, o ser em si mesmo, ou seja, a própria essência do ser.

Mas, o que é o “ser”?

Na linguagem filosófica, “o ser” significa a realidade, todas as coisas, tudo que existe ou acontece. Ora, a realidade pode ser concreta ou abstrata. A árvore, a casa, o carro, o livro são realidades concretas; enquanto os sentimentos, os valores, o raciocínio são realidades abstratas. Então, todas essas realidades, na concepção filosófica, são “seres” e como tais são objeto de estudo da Ontologia.

Existem duas maneiras possíveis de entender a Ontologia, ou seja, dois aspectos segundo os quais se pode estudar o ser. O primeiro é o aspecto dito “existencial”: nesse caso, a Ontologia consiste em um saber sobre aquilo que é fundamental ou irreduzível, comum a todos os “entes” singulares. Noutros termos, seria a ciência de um ente primeiro ou primordial em que todos os demais se sintetizam. A segunda maneira de conceber a investigação ontológica refere-se ao aspecto “essencial” do ser e estabelece como meta

a determinação daquelas leis, estruturas ou causas do ser em si.

Para Aristóteles, além das diversas ciências, que se interessam por partes do ser, isto é, que atentam para determinados aspectos da existência, na observação do mundo concreto e de suas circunstâncias contingentes e mutáveis, deveria haver uma abordagem do ser enquanto ser, isto é, do ser em geral, independente das situações em que as coisas ou seres particulares se apresentam. Essa **Filosofia Primeira**, que os filósofos de início chamaram de **Metafísica**, constituiria, segundo Aristóteles, um saber universal, pois se interessaria pelas primeiras causas e princípios de tudo o que existe, ou por aquilo em que tudo pode adquirir existência.

Assim, ao se debruçar sobre o ser, isto é, sobre a realidade, a coisa, o valor, a ideia, o comportamento, a Ontologia faz quatro perguntas fundamentais:

- a) *o que é*, ou seja, qual é a realidade e qual é a significação de algo, não importa o quê;
- b) *como é*, ou seja, indaga como é a estrutura ou sistema de relações que constitui a realidade de algo;
- c) *porque é*, ou seja, porque algo existe, qual é a origem ou a causa de uma coisa;
- d) *para que é*, ou seja, qual é a finalidade da existência de algo.

5.2 Os primeiros princípios

A Filosofia nasceu, na Grécia Antiga, buscando o “*arché*” (ἀρχή), o princípio de todas as coisas. Os primeiros filósofos procuraram, obstinadamente, a substância primitiva, a matéria primeira, o primeiro princípio de tudo o que existe, o “*arché*” da realidade.

Essa investigação foi aprofundando cada vez mais o sentido da realidade existente, a ponto de extrapolar ou transcender a dimensão meramente natural, física, e atingir à metafísica, noutros termos, indo do plano fenomênico ao

ontológico. Por conta disso, a Ontologia fala dos três primeiros princípios do ser, que são: princípio de identidade, princípio de causalidade ou de razão de ser e princípio de finalidade.

a) Princípio de identidade

Também denominado de *princípio da não contradição*. Segundo ele, não existe nada que possa ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo ponto de vista. O ser é ou não é. Noutros termos: cada ser é o que é, cada coisa é o que ela é. Todo ser é de uma natureza determinada que o constitui propriamente.

Enfim, o ser é o ser, o ser não é o não ser. Assim, por exemplo, enquanto se escreve um texto, vê-se diversos seres, como caneta, papel, birô, que têm sua identidade própria e não se confundem entre si: caneta é caneta e não é papel; birô é birô e não é caneta.

b) Princípio de causalidade

Todos os seres captados pelos sentidos são seres *contingentes*, isto é, não possuem, em si próprios, a causa eficiente de suas existências. Desse modo, para existir, o ser contingente depende de outro ser, que representa a sua causa eficiente. A causa eficiente é uma razão de ser extrínseca na qual um ser encontra a inteligibilidade em si da sua posição na existência, encontra o que torna inteligível por si sua posição na existência.

Em vista disso, o princípio de causalidade é um princípio antes de tudo existencial, porque o ser é o efeito próprio de uma causa que é capaz de fazer existir algo. Portanto, pelo princípio de causalidade, todo ser contingente tem causa. Exemplo: a existência de uma bela pintura num quadro tem como causa o artista-pintor.

c) Princípio de finalidade

Todo ser contingente existe em função de uma finalidade, de um objetivo, de uma razão de ser. O ser não

existe por existir somente; ou simplesmente existe para nada. Nenhum ser existe para nada; todo ser existe para um fim. É a chamada razão existencial do ser. Por mais simplório ou desprovido de sentido que possa parecer, o ser existe em função de um fim. Todo ser existe para algo.

Esse *existir para...* constitui princípio fundamental do ser. Para que existe a chave? A chave existe para a fechadura; sem fechadura para abrir não existe chave. Para que existe a cadeira? Para que se possa nela sentar. E esse *para que* não encerra por aí: para que existe a vida? Para que eu existo? E muito mais. Assim, pelo princípio de finalidade, todo ser contingente possui um objetivo para existir, uma razão existencial, um sentido para sua existência.

5.3 O ser como tal

a) Substância e acidentes

Todos os seres existentes constituem-se de substância e acidentes. *Substância* é aquilo que é estrutural e essencial ao ser; corresponde àquilo que mais intimamente o ser é em si mesmo. *Acidente* é aquilo que é atributo circunstancial e não essencial do ser. Os acidentes pertencem ao ser, mas não são necessários para definir a natureza própria de cada ser. Enquanto a substância corresponde à natureza íntima, profunda e essencial do ser, os acidentes correspondem à qualidades e predicados inerentes ao ser, isto é, a substância define o ser, os acidentes não.

Noutros termos, a substância responde a pergunta *o que é*, enquanto os acidentes respondem a pergunta *como é*. Por exemplo: quando se detecta um ser existente e se pergunta – o que é isto? – e obtém-se como resposta – é um carro – significa que se constatou a substância ou essência deste ser (o carro). Se tal carro é de uma determinada marca, se é pequeno ou grande, se é vermelho, verde ou branco, nada disso diz respeito à realidade em si, que é o carro. A marca, o tamanho, a cor e todos os predicados inerentes ao carro são acessórios circunstanciais e não essenciais, ou seja, são acidentes.

O carro pode ser de outra marca, de outro tamanho e de outra cor, mas não deixa de ser o que é - carro. A marca, o tamanho e a cor não definem essencialmente o ser carro, não correspondem à natureza íntima desta realidade e, por isso, são acidentes, não substância. Assim, na existência do ser pode-se distinguir a substância - a essência, propriamente dita, de uma coisa, sem a qual ela não seria aquilo que é - dos acidentes, as qualidades não essenciais, acessórias do ser.

b) Ato e potência

No período pré-socrático, os primeiros filósofos gregos levantaram a controvertida questão acerca da mutabilidade ou não do ser. Quanto a esse problema, surgiram duas posições antagônicas: uma defendendo o caráter estático e permanente do ser e outra, em oposição, propondo o movimento e a transitoriedade das coisas.

A primeira postura foi assumida pela escola eleática, representada por Parmênides e Zenão, os quais advogaram a tese da imutabilidade do ser - *“o ser é, e não deixa de ser”*. A segunda foi elaborada por Heráclito de Éfeso, que esboçou a teoria do *“devir”* e da mudança das realidades existentes: *“tudo flui, tudo passa; ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”*.

No período clássico, Platão tentou solucionar o problema através da sua teoria das ideias, separando o mundo fenomênico e imperfeito das realidades transitórias do mundo perfeito das ideias ou arquétipos, essências permanentes e imutáveis das coisas existentes no mundo real. Mas foi Aristóteles, com sua singular e aguda inteligência, que conseguiu, enfim, resolver a questão, formulando sua teoria do ato e da potência.

Retomando com mais clarividência e profundidade a noção do ser, o estagirita resolveu definitivamente a polêmica propondo uma nova interpretação ontológica, segundo a qual deve-se distinguir no ser o *ato* e a *potência*. O ato é a manifestação ou existência atual do ser, aquilo que já existe, que já está realizado e determinado. A potência representa a capacidade real do ser, as latências existentes e possíveis, aquilo que ainda não se realizou, mas poderá realizar-se, todas

as possibilidades ou potencialidades do ser, aquilo que não é, mas pode vir a ser.

Para Aristóteles, o movimento ou mudança das coisas se resume na passagem da potência para o ato. Exemplo: a semente de uma fruta qualquer é, na atualidade ou em ato, apenas uma semente; porém, em potência, pode se tornar uma árvore frutífera. Ao ser semeada, germinar, nascer, crescer e florir, transforma-se em árvore que produz muitos frutos.

Dessa forma, a semente manifesta em ato aquilo que já continha, intrinsecamente, em potência, ela faz a passagem da potência para o ato, realizando sua capacidade latente, sua possibilidade ou potencialidade inerente. Na linguagem aristotélica clássica, ocorre, assim, a atualização de uma potência.

5.4 As causas

O problema da mudança do ser depende diretamente da questão da causalidade, porque o movimento ou passagem da potência para o ato é sempre provocado por uma causa. Em sua teoria sobre a causalidade, Aristóteles define **causa** como sendo todo princípio que influi na existência de um ser, aquilo que determina a realidade de um ser. Ele distingue quatro tipos fundamentais de causas:

a) Causa material

Refere-se à matéria de que é feita uma coisa. Exemplo: a madeira usada na confecção de uma cadeira.

b) Causa formal

Refere-se à forma, à natureza específica, à configuração de uma coisa, tornando-a “um ser propriamente dito.” Exemplo: uma cadeira em sua forma específica – assento, encosto e pedestal de sustentação.

c) Causa eficiente

Refere-se ao agente que produziu diretamente a coisa. Todos os seres captados pelos sentidos são *seres contingentes*, isto é, não possuem em si próprios, a causa eficiente de suas existências. Portanto, para existir, o ser contingente depende de outro ser que representa a sua causa eficiente, chamado de *ser necessário*. Exemplo: o marceneiro que fabricou a cadeira.

d) Causa final

Refere-se ao objetivo, à intenção, à finalidade ou razão de ser de uma coisa. Todo ser contingente existe em função de uma finalidade, de uma meta; ou, em outros termos, todo ser contingente possui uma causa final. Exemplo: ao fabricar a cadeira, o marceneiro tinha como finalidade usá-la para sentar e conversar com seus amigos.

Segundo o estagirita, por si mesma, a potência não é capaz de formalizar o ser em ato, necessitando, para isto, da intervenção da causa eficiente, guiada pela causa final. Portanto, o movimento da realidade é comandado pela causa final e a causa formal está diretamente subordinada à ela, pois a finalidade de um ser determina o que efetivamente ele é. Em última instância, é pela causa final que as coisas mudam, determinando a passagem da potência para o ato.

5.5 Ontologia Tomista

Com o advento do Cristianismo e da Filosofia Cristã, a Ontologia evoluiu bastante e aprofundou-se sobremaneira pelas veredas da Teologia, servindo de base para a explicação racional dos dogmas da Fé. As questões ontológicas clássicas foram adaptadas à Revelação Cristã, de tal maneira que, a partir da Idade Média, falar em metafísica (ontologia) significava a mesma coisa que falar sobre Deus, ou assuntos

religiosos, dada a perfeita vinculação entre razão e fé, ciência e religião, filosofia e teologia.

No século XIII, o pensamento cristão atinge o seu zênite com a figura exponencial de Santo Tomás de Aquino, considerado o “mais sábio dos santos e o mais santo dos sábios”.

Descendente da nobre estirpe dos condes de Aquino, Santo Tomás nasceu no castelo de Roccasecca, em Nápoles, Sul da Itália, em 1225. Aos 19 anos, ingressou na Ordem de São Domingos de Gusmão, tornando-se frade dominicano. Estudou em Paris e Colônia, sob a orientação de Santo Alberto Magno, outro notável pensador cristão medieval. Em 1257, recebeu o título de **Mestre**, na Universidade de Paris, e, em 1259, o de **Doutor**. Exerceu seu magistério em grandes centros acadêmicos da Europa, como Paris, Orvieto, Roma e Nápoles. Faleceu em 1274, ainda na plenitude dos anos.

Apoiando-se, em grande parte, na filosofia aristotélica, Tomás de Aquino busca nela os elementos racionais, para explicar os principais aspectos da fé cristã, tornando-a um instrumento a serviço da religião, ao mesmo tempo em que a transforma numa síntese original. Na realidade, ele cria um novo sistema filosófico, posteriormente denominado de **Tomismo**.

No que tange propriamente à Ontologia, o doutor angélico escreveu uma obra específica, intitulada *O ente e a essência*. Nela, ele introduz uma distinção entre **ser** e **essência**. Desse modo se exprime com suas próprias palavras:

O ente, tomado no primeiro sentido, é aquilo que significa a substância de alguma coisa (...) Essência significa algo de comum a todas as naturezas através das quais os diversos entes são englobados nos diversos gêneros e espécies, assim, por exemplo, a humanidade (isto é, o fato de ser homem) constitui a essência do homem, e assim por diante (AQUINO, 1996, p. 26).

Ainda segundo ele, os filósofos escolásticos passaram a utilizar o termo latino “*quididade*” (*quidditas*) como sinônimo de essência, que também possui os sentidos de forma e natureza, traduzindo o vocábulo grego “*ousia*”. Fazendo apelo ao princípio do realismo ontológico, o aquinate conclui que a

definição da essência das coisas não implica sua existência e, portanto, elas não existem por si mesmas, mas devido a outra realidade. Assim, a ideia de criação é introduzida no peripatetismo, fundamentando metafisicamente a contingência humana, a partir da distinção real entre essência e existência. Deus é criador de todas as coisas e fundamento de suas existências contingentes.

Santo Tomás divide a metafísica em duas partes: a do ser em geral e a do Ser pleno, que é Deus. Para ele, apenas em Deus há identidade entre essência e existência. Ele é o único ser realmente pleno, no qual o ser e a essência se identificam. Nada pode lhe ser atribuído e nada lhe falta. Deus é ato puro, imóvel e eterno, pois não é possível conceber Nele nenhuma mudança. Nele não há o que se realizar ou se atualizar, pois Ele é completo.

Deus é o Ser que existe como fundamento da realidade das outras essências, que, uma vez existentes, participam de seu Ser. Em suma, é Ele que permite às essências realizarem-se em entes, em seres existentes, pois Ele é Ser necessário.

Portanto, como se pode notar, o doutor angélico não apenas adaptou o pensamento de Aristóteles ao Cristianismo, mas construiu um sistema originalíssimo. A verdade é que, embora se apoie na filosofia do estagirita, o Tomismo contém muitos elementos originais, que são estranhos ao aristotelismo, tais como a noção de Deus único, a ideia de que o vir a ser não é autodeterminado, mas procede de Deus, o conceito de criação do mundo, dentre outros.

5.6 Evolução histórica

A partir da Época Moderna, a Ontologia foi cultivada, como disciplina filosófica, por autores da tradição escolástica e de outras tendências. O pensador alemão Christiano Wolf, no século XVIII, estruturou-a mediante a análise de conceitos como ser, causa, efeito, realidade, qualidade, quantidade e possibilidade, diferenciando-a das demais ciências particulares e atribuindo-lhe caráter dedutivo abstrato.

Mas, as teorias dos empiristas britânicos Locke, Hume, Hobbes, as doutrinas de Spinoza e as teses dos materialistas franceses do século XVIII manifestaram uma tendência oposta. Para esses filósofos, a ideia de Ontologia como filosofia primeira ou disciplina filosófica superior foi abalada pelo conhecimento dos conteúdos objetivos e concretos, propiciado pelas ciências experimentais. Por sua vez, Kant combateu a Ontologia como sistema dedutivo, refutando a chamada “prova ontológica” da existência necessária de Deus.

Já o idealismo clássico alemão, representado principalmente por Hegel, apresentou a Ontologia como vazia de conteúdo e tautológica, sustentando até a sua substituição pela filosofia transcendental kantiana ou pela lógica dialética hegeliana. Todas essas críticas da modernidade culminaram no célebre veto positivista de Auguste Comte a toda espécie de metafísica.

Nos Tempos Contemporâneos, sobretudo no século XX, assistiu-se a uma verdadeira “restauração ontológica”, graças, principalmente, à iniciativa de influentes neotomistas, como Maritain, Gilson e Jolivet, bem como ao surgimento de uma das mais fortes e originais correntes do pensamento atual, a fenomenologia.

O neotomismo trouxe consigo a concepção do realismo crítico, afirmando que o ente real existe “em si”, independentemente de ser conhecido pelo homem; que, por conseguinte, o ser não é mera produção do sujeito pensante; que o sentido do conhecimento humano é adequar-se, assimilar-se ao ente, apreendê-lo como ele é em si, e que tal objetivo se pode alcançar, ao menos, dentro de determinados limites.

Por seu turno, a fenomenologia propôs um retorno à coisa, ao ser, ao fenômeno, afirmando a intencionalidade da consciência. Toda a consciência é sempre tendência para ou direção para algo (*intentio* ou intenção, no sentido escolástico). E essa consciência sempre dá sentido a tudo, pois a realidade percebida e vivenciada está repleta de significações para o sujeito cognoscente, que deve apreender o abstrato no concreto por meio da redução *eidética* (de *eidos* = forma, essência).

Desse modo, como se pode notar, após as influências desnorteadoras do idealismo, do positivismo e do materialismo, a fenomenologia redescobriu algumas das linhas mestras da teoria peripatética. Nesse sentido, tornaram-se significativas a ontologia transcendental, de Husserl, a ontologia fundamental, de Heidegger, e a ontologia crítica, de Hartmann.

E, para concluir, uma última observação. Transitando em raia paralela, Sartre atacou duramente a teoria ontológica da potência, em se tratando do que ele denominou de **ente em-si**, para distinguir do **ente para-si**, ou seja, a existência do ser humano.

Para ele, esse ente em-si é o que é, “*não é ativo nem passivo, nem afirmação nem negação, mas simplesmente repousa em si, maciço e rígido*”. O ser é absolutamente tudo o que pode ser; o ser é necessariamente ato puro. Assim, a doutrina sartreana sobre o ser supõe a exclusão absoluta da noção de potência, fazendo um retorno a Parmênides.

Tal doutrina, contudo, é facilmente refutada pela evidência da mudança da realidade, a qual impõe admitir que o ser não é nunca a totalidade de seu ser. É justamente a potência do ser que torna possível e inteligível a mudança. Ao negar a potência, Sartre tenta fazer do ser em si um pleno absoluto, no qual nenhum movimento é concebível e do qual nada se pode dizer, senão que ele existe.

Referências

AQUINO, Tomás de. *O ente e a essência*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção **Os Pensadores**)

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edipro, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

JOLIVET, Régis. *Tratado de Filosofia III: Metafísica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

MARITAIN, Jacques. *Sete lições sobre o ser*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

SARTRE, Jean Paul. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Capítulo 6

PRINCIPAIS CONCEPÇÕES SOBRE O HOMEM

6.1 Na Grécia antiga

- **Período Pré-Socrático**

a) Pitágoras

De grandíssima importância para o futuro desenvolvimento do pensamento filosófico é a doutrina de Pitágoras sobre a natureza da alma. Para ele, a alma é essencialmente imortal, porque se origina do éter, que é uma substância incorruptível. Na alma do homem, Pitágoras distingue três partes: a inteligência, a razão e o impulso passional. Inteligência e impulso passional encontram-se também nos animais, mas a razão é própria do homem.

A sede da alma estende-se do coração até o cérebro; a parte que reside no coração é o impulso passional, ao passo que a inteligência e a razão estão no cérebro. Imortal é somente a parte racional, as outras duas são mortais. Uma vez arrancadas de sua união com o corpo, as almas vagam no ar sobre a Terra. As mais puras sobem às regiões mais altas; as impuras tendem a recair sobre a Terra.

b) Heráclito

Heráclito, julgando que o homem tem dois instrumentos para o conhecimento da verdade, a saber, a sensação e a razão, considera a primeira não digna de fé, fazendo, por isso, da razão o critério da verdade. Rejeita a sensação, dizendo literalmente: *"Olhos e ouvidos são más testemunhas para os homens"*. E isto é semelhante ao dito: *"Confiar nas sensações irracionais é próprio daquele que tem uma alma de bárbaro"*.

Prosseguindo, ele mostra que a razão é o juiz da verdade; não uma razão qualquer, mas a razão que é comum a todos e divina. Ele pensa de fato que o que nos cerca é lógico e racional.

Todo homem é responsável pelo próprio destino, porque ele é que decide seguir a via ascendente ou descendente. A alma que segue a via descendente, a do prazer, no momento da morte cessa de existir como alma. Mas a alma que percorre a via ascendente, a da razão, no momento da morte, se une novamente ao fogo eterno.

c) Protágoras

A sua doutrina a respeito do homem resume-se no dito famoso: "*O homem é a medida de todas as coisas; das que são, enquanto são, e das que não são, enquanto não são*". O significado dessas palavras é, entretanto, muito discutido.

No *Teeteto*, Protágoras entende por homem o indivíduo. Segue-se disso que o conhecimento varia como os indivíduos. Mas, no *Protágoras*, ele parece entender por homem não o indivíduo, mas a humanidade em geral. Haveria, nesse caso, um conhecimento universal, comum a todos os homens, embora não se possa pretender que esse conhecimento reproduza exata e fielmente a realidade. Trata-se, em ambos os casos, de relativismo: absoluto no primeiro caso, bastante moderado no segundo.

De qualquer forma, é inegável o significado antropocêntrico da doutrina de Protágoras: não existe verdade absoluta; o homem interpreta os dados dos sentidos a seu modo e de acordo com seus interesses. O sábio, isto é, o sofista, usando a arte da persuasão, consegue fazer com que apareçam como melhores não as opiniões mais chegadas à verdade, mas as mais vantajosas.

- **Período Clássico (Socrático)**

a) Sócrates

Sócrates, como os sofistas, mantém-se mais no campo crítico do que no ontológico: não se interessa pelos princípios supremos do universo, mas pelo valor do conhecimento humano.

Sócrates, abstendo-se ao invés da maioria dos outros filósofos, de dissertar sobre a natureza do universo, de indagar a origem espontânea do que os sofistas chamam cosmos e que as leis fatais obedecem aos fenômenos celestes, ia a ponto de demonstrar a loucura dos que se dedicam a semelhantes especulações. Antes de tudo, examinava se eles presumiam ter aprofundado suficientemente o conhecimento humano para se ocuparem de tais assuntos, ou se achavam razoável pôr de parte o que está ao alcance do homem para intrometer-se no que aos deuses pertence. Admirava-se de que não vissem ser tais segredos intangíveis ao homem, de vez que, longe de concordarem entre si, aqueles mesmos que se gabam de melhor falar sobre eles se têm mutuamente na conta de loucos (XENOFONTE, 1972, p. 40-41).

Para Sócrates, a alma é claramente superior ao corpo e encontra-se nele como numa prisão. A morte liberta a alma dessa prisão e lhe abre a porta de uma vida melhor. Deve-se, por isso, cuidar da alma e não temer a morte.

b) Platão

A ruptura introduzida por Platão entre conhecimento intelectual e conhecimento sensitivo reflete-se na natureza mesma do homem, entre alma e corpo. Para Platão, o homem não é uma unidade substancial, mas accidental: essencialmente diversos, a alma e o corpo encontram-se juntos apenas provisoriamente, durante a vida presente.

Na origem e essencialmente o homem era somente alma e existia no mundo das ideias. Segundo Platão, o homem não tem somente uma alma, mas três: a alma racional, a alma irascível e a alma concupiscível. Elas se encontram, respectivamente, na cabeça, no peito e no ventre.

A alma racional é como o cocheiro, as outras são os dois cavalos que puxam o coche, guiados pelo cocheiro. Ora, um dos cavalos é bom e belo (a alma irascível), o outro é mau e feio (a alma concupiscível); o cavalo bom é obediente ao cocheiro, o outro é rebelde, dá muito trabalho ao companheiro de jugo e ao cocheiro.

c) Aristóteles

Segundo Aristóteles, o homem, como todos os seres que têm matéria, é constituído de matéria e forma. No caso do homem, a matéria chama-se corpo e a forma alma. Com essa teoria, dada a profunda união entre a matéria e a forma, Aristóteles consegue superar de um salto o dualismo antropológico de Platão.

Por causa de sua íntima união com o corpo, a alma humana não pode preexistir ao corpo como ensinava Platão, mas constitui com o corpo a "pessoa" humana em sua unidade substancial. Ela não pode nem mesmo identificar-se com os elementos dos quais é composta a matéria orgânica ou inorgânica, porque é irreduzível e inconfundível com eles e com a sua soma. A alma não é o produto das condições fisiológicas, mas a forma do corpo, o qual recebe dela o ser e o operar.

A alma do homem, embora sendo uma só, exerce três funções: vegetativa, sensitiva e intelectiva.

A função vegetativa tem como finalidade a nutrição e a conservação do corpo e da espécie.

A função sensitiva é exercida de dois modos: pelo conhecimento (cinco sentidos externos e três sentidos internos: sentido comum, memória e fantasia) e pelo apetite (irascível e concupiscível).

A função intelectiva é exercida de três modos: pela abstração, pelo juízo e pela argumentação.

- **Período Pós-Socrático**

a) Zenão e o Estoicismo

O homem, como todos os seres, é constituído de um fragmento do *Logos* (alma) e de uma parte de matéria (corpo).

Quando o fragmento do *Logos* se separa do corpo, o homem morre. O indivíduo constituído pela união deste fragmento do *Logos* com esta parte de matéria é mortal; mas o fragmento do *Logos* não será jamais destruído.

O homem pode ser imortal somente se procurar identificar-se com o *Logos*, isto é, se procurar superar a sua individualidade, separando-se da matéria. Desse modo, embora não podendo obter a imortalidade pessoal, ele pode gozar de uma espécie de eternidade.

A prática da virtude, segundo os estoicos, consiste na apatia (*apátheia*), isto é, na anulação das paixões e na superação da própria personalidade. Somente superando a si mesmo é que o homem pode unir-se ao *Logos*. Para isso é necessário libertar-se das paixões, que são as cadeias que ligam a alma ao corpo e impedem-na de unir-se ao *Logos*. Para conseguir essa liberdade de espírito, o homem deve ser indiferente as contingências da vida quotidiana e a tudo o que não está em seu poder.

O estóico não é um solitário, ao contrário, ele tem um sentimento muito vivo de solidariedade humana, porque concebe o indivíduo como parte do *Logos*. Todos os homens têm a mesma origem e a mesma missão, todos estão sujeitos a mesma lei, são cidadãos de um mesmo Estado e membros de um mesmo corpo.

Todos, enquanto homens, têm direito à benevolência. Também os escravos e os bárbaros inimigos. Sêneca chamava os escravos de *humiles amici* (humildes amigos), condenando os jogos de gladiadores e as guerras, porque todo homem é sagrado para outro homem: "*homo res sacra homini*" (o homem é coisa sagrada para outro homem) e porque todos somos

membros de um mesmo corpo: "*membra sumus corporis magni*" (somos membros de um grande corpo).

c) Epicuro e o Epicurismo

A felicidade ou o bem supremo do homem, segundo Epicuro, consiste no prazer (*hedoné*). "*Nós dizemos que o prazer é o princípio e o fim da vida feliz, porque reconhecemos que, entre todos os bens, o prazer é o primeiro e o mais conatural a nós*". É sempre pelo prazer que escolhemos fazer ou evitar alguma coisa.

Todos os prazeres são bons justamente em virtude de sua natureza. Mas nem por isso merecem ser escolhidos (. . .) Por isso, quando dizemos que o prazer é o bem supremo, não queremos referir-nos aos prazeres do homem corrompido, que pensa só em comer, em beber e nas mulheres (Apud MONDIN, vol. I, 1982, p. 115).

O prazer no qual, para Epicuro, consiste a felicidade é a vida pacífica, a paz da alma (*tranquillitas animi*, tranquilidade da alma), a ausência de qualquer preocupação: a "ataraxia" (*atarksia*). O prazer é entendido, portanto, como ausência de dor e não como satisfação das paixões.

A virtude é o meio para se conseguir o verdadeiro prazer. Virtuoso é aquele que aproveita todo deleite com moderação e medida e que limita o seu desejo àqueles prazeres que não perturbam a alma.

6.2 Na Idade Média

a) Agostinho

Agostinho define o homem como "*alma racional que se serve de um corpo mortal, terrestre*". Para ele, como para Platão, o homem é, sobretudo, alma.

Como Platão, também Agostinho sente apaixonadamente o problema da espiritualidade e da imortalidade da alma; mas só consegue resolvê-lo depois de longo período de trabalho interior, e não através do

raciocínio, mas como que por intuição. Depois procura confirmar a solução por meio do raciocínio.

b) Tomás de Aquino

Das muitas coisas que Tomás disse sobre o homem merecem particular atenção as seguintes doutrinas: união substancial entre alma e corpo, autossuficiência do conhecimento humano, espiritualidade e imortalidade da alma, liberdade, lei moral.

- **União substancial de alma e corpo.** Tomás define o homem como sínolo (síntese, conjunto) de alma e corpo. Essa definição não é nova; fora dada por Aristóteles e retomada pela escola franciscana. Mas a doutrina tomista sobre a constituição do homem afasta-se tanto da de Aristóteles quanto da dos franciscanos.
- **Autossuficiência do conhecimento humano.** Afirmando decididamente a autossuficiência do conhecimento humano, Tomás rejeita qualquer intervenção extraordinária de Deus em sua produção.
- **Imortalidade da alma.** Para o cristão, o problema da imortalidade da alma nem se põe, sendo ele uma das condições transcendentais de sua fé.

6.3 Na Época Moderna

a) Descartes

A essência do homem consiste no pensamento, ou seja, na alma. Descartes chega a essa conclusão mediante o princípio infalível do *cogito*: “penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*). Vê-se do exame do *cogito* que o seu ser é pensante, é ser de algo que pensa: o seu ser revela-se como pensamento. Só o pensamento lhe é essencial para ser.

Mas, se a essência do homem é a alma, qual é a relação

dela com o corpo?

Descartes considera o corpo uma substância completa, existente por si, diversa da alma e oposta a ela: o corpo é constituído pela *res extensa* (coisa extensa), ao passo que a alma é constituída pela *res cogitans* (coisa pensante). No homem essas duas substâncias, se bem que radicalmente diversas, encontram-se unidas.

Nem todas as ideias se originam das coisas ou da fantasia; ideias como "perfeito", "infinito", "eterno" e semelhantes não podem ser explicadas segundo esses modos e, por isso, devem ser tidas, em última análise, como ideias inatas.

b) Spinoza

Segundo Baruch Spinoza, a alma não age sobre o corpo, nem o corpo sobre a alma. Mas tudo o que acontece no corpo acontece paralelamente na alma e vice-versa. Tudo o que acontece no objeto da ideia, que constitui a mente humana, deve ser conhecido pela mente; deve encontrar-se na mente a ideia daquela coisa, isto é, se o objeto da ideia que constitui a mente do homem é o corpo, nada pode acontecer no corpo que não seja notado também pela mente.

Uma das teses características e básicas do sistema de Spinoza é a negação da liberdade da vontade humana. Em favor dessa tese são aduzidos vários argumentos, como o de que a liberdade é uma ilusão, fruto da ignorância das verdadeiras causas.

O motivo verdadeiro não é, porém, de ordem psicológica, mas ontológica: a vontade não pode ser livre porque não é propriamente uma faculdade, mas uma modalidade do pensamento e, como tal, tem como causa o pensamento. Não pode, por isso, ser livre.

c) Thomas Hobbes

Os ideais do homem, na visão de Hobbes, concordam

perfeitamente com seus conhecimentos; e, sendo esses de ordem essencialmente sensitiva, também os ideais não podem ultrapassar a esfera dos prazeres corpóreos. De fato, toda sensação determina no sujeito um sentimento de prazer ou de dor. É bom o que causa prazer; mau o que faz sofrer. Bom e mal variam de pessoa para pessoa, porque a mesma sensação pode ser agradável a um e desagradável a outro. O fim supremo do homem é a procura do maior número possível de prazeres. Concluindo: o hedonismo e o egoísmo são os princípios últimos sobre os quais se funda a ética de Hobbes.

Mas, sendo a sua natureza egoísta, cada um busca satisfazer os próprios instintos, sem nenhuma consideração pelos outros: segue-se uma luta de todos contra todos, na qual cada homem se porta em relação aos outros como um lobo: *homo homini lupus* (O homem é o lobo do homem).

d) Rousseau

Segundo Rousseau, o homem nasce bom: é a sociedade que o corrompe. Quando o homem se insere na sociedade, as iniquidades da ordem constituída o tornam mau, impelindo-o para o mal; isso porque a sociedade é organizada de modo tal que torna difícil, senão impossível, a vida virtuosa. A causa da corrupção dos homens é, pois, a sociedade, não enquanto tal, mas enquanto inquinada por uma civilização artificial, fundada não na natureza humana, mas no predomínio da razão.

A raiz última da corrupção encontra-se nos fenômenos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da razão com prejuízo das outras faculdades, principalmente do sentido, e tais são, em primeiro lugar, a propriedade privada, depois a instituição da magistratura e, finalmente, a transformação do poder legítimo em poder arbitrário. À primeira deve-se o estado de riqueza e de pobreza, à segunda de poder e fraqueza, e à terceira o de senhorio e a escravatura, que são os últimos graus da desigualdade social.

6.4 Nos tempos contemporâneos

a) Marx e o Marxismo

Na concepção de Marx, o ponto de partida da história e a situação fundamental do homem é a relação dialética: homem-natureza, relação que domina todo o devir histórico. Nessa relação elementar, o homem aparece como ser de necessidade, ou seja, um complexo de necessidades orientadas para a satisfação, e a natureza como possibilidade de satisfação dessas necessidades. Há entre os dois termos oposição, mas também intencionalidade mútua, como é normal na oposição dialética.

A mediação é dada pelo trabalho, que suprime a oposição e realiza a intencionalidade. Com efeito, pelo trabalho o homem estabelece a relação certa entre si e a natureza. Ele, sujeitando-a e moldando-a; a natureza, servindo o homem, tornando-se humana, seja porque se torna apta a satisfazer a necessidade do homem, seja pelo fato de que se molda segundo a ideia do *homo faber* que a trabalha.

O homem, humanizando a natureza pelo trabalho, se cria ele mesmo homem, se torna produtor de si mesmo. Há aqui um prenúncio da teoria existencialista de que a existência precede a essência? Sem dúvida, o conceito é derivado do *Fausto* de Goethe e da fenomenologia de Hegel. Só que Hegel toma em consideração quase exclusivamente o trabalho espiritual, enquanto Marx exalta, sobretudo, o trabalho manual.

O marxismo é uma doutrina humanista. Sabe-se que Marx repetia frequentemente a seus familiares que ele não tinha outro ideal senão trabalhar pela humanidade. Às suas filhas, que um dia lhe perguntaram qual sua máxima predileta, respondeu: "*Nada de humano me é estranho*". A aspiração de toda a obra de Marx, desde os incíos até os últimos capítulos de *O Capital*, é a da libertação do homem das alienações econômicas, sociais, políticas, filosóficas e religiosas. Uma vez libertado de todas essas servidões, o homem conseguirá sua expansão e realização e poderá comunicar-se com os outros de

forma autêntica. Então, no dizer de Marx, “cada um trocará amor por amor, confiança por confiança.”

b)Existencialismo Cristão

Kierkegaard é considerado o iniciador do existencialismo, embora à distância de quase um século. O existencialismo, pois, nasceu cristão. Nesse sentido, o existencialista que mais se aproxima das origens kierkegaardianas é Gabriel Marcel (1889-1973).

É em Gabriel Marcel que o princípio característico do existencialismo - “a existência precede a essência”- assume o sentido preciso que lhe foi dado desde o começo. O homem está sempre por fazer-se. Ele é, num certo sentido, artífice de si mesmo e de sua própria essência. Mas a existência, seu impulso para o crescimento e desenvolvimento foram recebidos de Deus e a mais alta realização de si que homem possa efetuar é exatamente reconhecer-se e tornar-se aquele “EU” que é por vocação diante de Deus. É assim que foi entendido por Kierkegaard e, muito antes dele, pelos pensadores da Renascença, o princípio do homem criador de si.

Quando Sartre afirma que somente numa visão ateísta aquele princípio assume todo o seu valor e coerência, ele altera e converte em sua contraditória a proposição original do existencialismo.

À semelhança de Kierkegaard, que distinguiu três estágios de vida, atribuindo a existência autêntica só ao terceiro, assim Marcel coloca como fundamental a distinção entre duas esferas ou planos: o plano do ter e o plano do ser.

O plano do ter é o plano da objetividade, da problematicidade, da técnica, e, portanto, o plano da alienação, da angústia, do desespero. É nesse plano que o homem é degradado a simples objeto. É o plano em que o homem, quanto mais possui, tanto mais é possuído pelas coisas. Escravizado aos objetos que não têm nenhuma consistência e garantia, o homem sente-se inseguro, desamparado, angustiado e se – como acontece frequentemente – chegar um infortúnio maior:

a morte de uma pessoa querida, uma doença, um fracasso, etc., ele cai em desespero, que, atingindo certo clímax, pode conduzir ao suicídio.

O plano do ser, pelo contrário, é o plano da subjetividade, da intimidade, daquelas experiências pessoais em que o homem se reencontra a si mesmo, vive sua existência autêntica, realiza suas potencialidades.

c) Sartre e o Existencialismo Ateu

Sartre afirma: "*o existencialismo ateu, que eu represento, é mais coerente*". Declara ele que, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede à essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito, e que este ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade humana.

Que significa então que a existência precede à essência? Significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente é nada. Só depois será, e será tal como a si próprio se fizer.

Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para conceber. O homem é somente não apenas como ele se concebe, mas como ele se quer, e como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após esse impulso para a existência: o homem não é mais do que aquilo que ele se faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.

O homem, antes de tudo, é o que se lança para o futuro e o que é consciente de se projetar no futuro. O homem é, sobretudo, um projeto que se vive subjetivamente, em vez de ser um creme ou uma podridão ou uma couve-flor; nada existe anteriormente a esse projeto; nada há no céu inteligível; e o homem será, antes de mais nada, o que tiver projetado ser.

Referências

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2003.

DALLE NOGARE, Pedro. *Humanismos e anti-humanismo: introdução à antropologia filosófica*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GARVEY, James; STANGROOM, Jeremy. *Os grandes filósofos*. São Paulo: Madras, 2009.

MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia* .4. ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Antropologia filosófica*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1992.

XENOFONTE. *Ditos memoráveis de Sócrates*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Coleção **Os Pensadores**)

Capítulo 7

TÓPICOS DE PSICOLOGIA: NOÇÕES GERAIS

7.1 Conceituação

Na sua etimologia, o termo Psicologia pode ser traduzido como estudo da alma. Do grego: ψυχή (*psyché*) = alma + λογία (*logia*) = estudo ou tratado. Assim, pode-se definir a psicologia como a parte da Filosofia que estuda a alma no que diz respeito à sua existência e à sua natureza. Trata-se, efetivamente, de um estudo acerca dos fundamentos filosóficos da Psicologia, visando determinar a natureza mesma do ser humano e, a partir dessa natureza, o seu fim.

Convencionou-se chamá-la também de Ontopsicologia ou de Psicologia Racional ou Psicologia Filosófica, para distingui-la da Psicologia Experimental ou Descritiva, que é o estudo do conjunto dos fenômenos psíquicos e das leis que os regem.

7.2 Objeto

O estudo da alma. Eis o objeto material da Ontopsicologia. Admite-se o uso dessa definição sem nenhum constrangimento, desde que se compreenda que a alma não pode ser encontrada e conhecida “num tubo de ensaio” ou “na ponta de um bisturi”. Conhecemos apenas as diversas manifestações de sua atividade. E o objeto formal da Psicologia Filosófica consiste em definir a natureza, as faculdades e as propriedades do sujeito psicológico.

Dessa forma, concluímos que a Psicologia Racional procura desenvolver um estudo a respeito do homem como um todo – corpo e alma. Afinal, a alma está intrinsecamente unida à matéria como princípio vivificante. Quem vê matéria viva, vê corpo e alma unidos para formar um único princípio

substancial ou uma única natureza humana nas suas três vertentes: inteligência, vontade e sensibilidade.

7.3 Método

Entende-se por método a marcha racional do espírito para chegar ao conhecimento ou à demonstração da verdade. Em língua grega, a palavra método significa “caminho a seguir ou a percorrer”. Talvez, por essa razão, Descartes tenha afirmado que *“método é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências”*.

No seu campo específico de estudo, a Psicologia Filosófica se utilizará tanto do método experimental quanto do método racional. O primeiro se apoia na experiência com base na observação dos fatos. Já o segundo procede por dedução ou indução, em virtude das exigências unicamente lógicas e racionais.

7.4 Divisão

Há muitas maneiras de proceder uma divisão da Psicologia Racional. Esta apresentada aqui é uma delas. O princípio da divisão tem como base a fração da Ontopsicologia em quatro grandes partes: a primeira, que trata do ser humano como sujeito psicológico; a segunda, que estuda a vida sensível (sensibilidade); a terceira, que aborda o aspecto volitivo (vontade); e, finalmente, a quarta parte, que se ocupa da vida intelectual (inteligência).

7.5 O ser humano: sujeito psicológico

a) Consciência Psicológica

Costumamos observar o mundo que nos cerca. Observamos uma árvore ou uma pedra: elas existem, sem nenhuma dúvida, logo são “seres”, por que um “ser” é tudo

aquilo que existe. Todavia, apesar de existirem, a árvore e a pedra não sabem que existem, isto é, não têm consciência da sua existência. Consciência, portanto, é o conhecimento que o ser tem de si próprio. Ter consciência é conhecer, ou melhor, conhecer-se.

Noutras palavras, a consciência é o que distingue o ser humano do mundo que o cerca. É a força que impede que a pessoa se confunda com o mundo, é a força que leva o homem a agir em face do mundo. A consciência é o “EU”, e o resto do mundo é o “NÃO-EU”. A consciência é o mundo interior, o mundo que existe dentro de cada um de nós, o mundo de pensamentos, de desejos, de instintos e de sentimentos.

Dessa forma, a consciência psicológica é a consciência de si mesmo, é a intuição que o homem tem da sua vida psicológica, é o conhecimento imediato que a pessoa humana tem de si mesma, dos seus pensamentos e dos seus atos.

É, assim, possível distinguir uma **consciência espontânea**, que é a simples presença do sujeito a si próprio (tenho fome e afirmo que tenho fome, assim provando ter consciência da minha sensação), e uma **consciência refletida ou reflexiva**, que é o conhecimento e a análise daquilo de que tenho consciência (procuro ter uma clara consciência dos sentimentos que me animam neste importante momento da minha vida).

Para a Filosofia Clássica, a consciência supõe que o sujeito consciente se conheça inteiramente, que seja “transparente” a si próprio. Ora, a Filosofia Contemporânea tem posto em dúvida, de vários pontos de vista, essa onipotência do sujeito sobre si próprio.

F. Nietzsche, antes de qualquer outro, mostrou que o sujeito pode cegar-se a si próprio quanto aos fins que persegue, por covardia ou por hipocrisia (pretendo ser piedoso, mas, no fundo, quero, sobretudo, envergonhar o ímpio e ter uma boa consciência).

K. Marx, por seu lado, examinou os interesses políticos que orientam as ideias e os desejos dos sujeitos (a consciência é determinada pela situação de classe).

Enfim, S. Freud combateu a tese de que a consciência reina sobre a totalidade do nosso espírito e formulou a ideia de um inconsciente que lhe escapa.

b) Natureza Humana

Entende-se por natureza o conjunto das propriedades que definem uma coisa ou ser. Natureza é, portanto, sinônimo de essência, ou seja, aquilo que define a coisa ou ser.

A natureza humana é formada por um todo substancial, constituído de corpo e alma. Convém ressaltar que o espírito está intrinsecamente unido à matéria como princípio vivificante. De tal maneira que, quem vê uma pessoa viva, vê corpo e alma unidos para formar um único princípio substancial ou uma única natureza, a natureza humana nas suas três vertentes: inteligência, vontade e sensibilidade.

Para os filósofos de formação cristã, como Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Descartes, Leibniz e Maritain, a natureza humana foi criada por Deus. Diz Santo Tomás:

Entre todas as coisas, a criatura racional está submetida à Divina Providência de uma maneira mais excelente, na medida em que é participante dessa providência, sendo providente sobre si e os demais. Portanto, o homem participa da razão eterna, pela qual possui uma inclinação natural para a ação e para o fim devidos (Apud LOBO, s/d, p. 115).

Ideia oposta é expressa por Jean-Paul Sartre, para quem é ao homem que cabe escolher e definir a sua própria pessoa. Na concepção do existencialismo ateu, o homem existe e só depois é que ele próprio escolhe a sua essência. Diz Sartre: *“O homem não é mais do que ele se faz”*.

c) Personalidade Ontológica

Efetivamente, todos os fenômenos psicológicos supõem um sujeito, de que procedem, e que manifestam empiricamente. De fato, não é a inteligência que pensa, nem a vontade que quer, mas o homem que pensa pela inteligência e

quer pela vontade. Por isso, no ser humano, o “eu objeto” se torna o “eu sujeito”. A Ontopsicologia não se restringe à descrição desse eu objeto empírico e de suas condições. Ela quer saber qual é natureza desse sujeito, a sua personalidade ontológica. Trata-se, portanto, de definir o sujeito metafísico da vida psicológica, isto é, a alma humana.

O vocábulo “alma” pode sugerir as mais diversas ideias na mente de cada pessoa. Via de regra, utiliza-se esse conceito com o significado de “espírito”, realidade imaterial distinta da matéria (ou, como diriam alguns, “alma penada”). Na verdade, a palavra “alma” provém do vocábulo latino *anima* e do seu equivalente grego *psyché* (ψυχή), e significa o princípio vital ou o princípio animador (vivificante) de um corpo organizado. Isso quer dizer que todo ser vivo é dotado de alma.

Distinguem-se tantos tipos de alma quantos são os tipos de vida. Ora, há três tipos de vida: a vida vegetativa, cujas funções são nutrição, crescimento, reprodução e irritabilidade; a vida sensitiva, cujas funções são as da vegetativa, acrescidas da capacidade de conhecer seres concretos e singulares mediante os sentidos; e a vida intelectiva ou racional, que realiza as tarefas da vida vegetativa e da sensitiva e ainda é dotada do conhecimento de noções universais, abstratas, distinguindo o essencial e o acidental, para chegar a definições tão precisas quanto possível. Em consequência, distinguem-se a alma vegetativa, que leva todos os seres vivos a alimentarem-se, crescerem e reproduzirem-se; a alma sensitiva, que pertence aos animais e aos homens, permitindo-lhe sentir; e a alma racional, apenas possuída pelos homens, dando-lhes a faculdade de pensar.

Para o pensamento europeu, progressivamente, a alma é definida como imaterial e imortal, realidade distinta do corpo, à qual se atribui o poder de fazer viver ou pensar o corpo. Tais concepções já podem ser encontradas em Platão e depois reforçadas em alguns setores da tradição filosófica cristã.

Essa maneira de pensar constitui o **dualismo**, ou seja, a separação radical da alma e do corpo. Vamos, por exemplo, encontrar uma expressão bem clara dessa doutrina em R. Descartes. A separação da alma e do corpo leva imediatamente

ao problema das suas relações no homem. Isso porque alguns estabelecem uma dicotomia radical entre corpo e alma, enquanto outros defendem a teoria da união substancial formando um princípio único, um todo, a natureza humana como tal.

Outro aspecto importante a ser aqui abordado é o do EU ou EGO, extremamente relevante nesta questão da personalidade ontológica. Usado como substantivo, o EU designa o sujeito que pensa ou que age.

De acordo com Kant, o EU acompanha todas as nossas representações: eu penso, eu creio etc.. Com o mesmo sentido, usa-se o termo latino EGO. Num texto filosófico, o uso do EU é impessoal.

O autor que escreve “eu penso, logo existo” não está a falar de si mesmo como indivíduo particular – René Descartes –, mas de todos os sujeitos, de qualquer homem que, adotando o pensamento de Descartes, poderia dizer por sua vez a mesma frase.

Segundo Littré, o EU é a pessoa humana enquanto tem a consciência dela própria. O EU exprime um conceito subjetivo: o que eu sou por mim, o que tenho consciência de ser. O EU é, enfim, a representação que cada um faz de si próprio.

Em Freud, o EGO (*das ich*) designa a parte da personalidade que assegura por si mesma as funções conscientes (percepção, juízo e raciocínio). Todavia, o EU ou EGO é, também ele, capaz de processos inconscientes, quando se trata de defender a pessoa contra acontecimentos e situações angustiosas. Por exemplo, é ao EU que Freud atribui os processos de resistência que se produzem quando uma pessoa começa uma análise: esquecimento das entrevistas, impedimentos múltiplos ou, ao contrário, melhoria repentina.

Por vezes, opõe-se o EGO ao EU: o primeiro seria mais profundo e o segundo superficial. Mas confundem-se quase sempre e designam o sujeito ou a consciência.

7.6 A Vida Sensível

Dentro da Ontopsicologia, passamos agora a abordar um capítulo de grande importância, tanto para a Filosofia, quanto para a própria Psicologia, em virtude do seu desdobramento. Trata-se da Vida Sensível ou Sensibilidade.

Entende-se por Vida Sensível o conjunto dos fenômenos cognitivos cujo objeto específico é algum aspecto concreto das realidades materiais.

Do mundo onde vive e dos objetos que o rodeiam, o homem recebe, constantemente, estímulos de cor, luz, som, temperatura, excitantes que vão determinar respostas dos seus órgãos sensoriais. A essas respostas chamamos, pois, sensações.

- **Sensação**

A sensação é um estado de consciência consecutivo a uma impressão feita sobre um dos nossos órgãos sensoriais, ou seja, é a impressão de uma excitação no cérebro. A excitação é o resultado da ação de um estímulo sobre um órgão dos sentidos. Segundo Locke, a sensação é uma *“experiência externa que nos dá as ideias de objetos fora de nós”*.

Distinguem-se na sensação 3 (três) elementos:

- a) um elemento físico – o excitante (luz, som, peso);
- b) um elemento fisiológico – o órgão dos sentidos, sistema nervoso;
- c) um elemento psicológico – a sensação propriamente dita.

Como se pode observar, a sensação é um fenômeno psicológico que se acha no termo de um processo que tem no primeiro momento um fenômeno de natureza físico-química: a excitação e, por segundo e terceiro momentos, fenômenos de natureza fisiológica: a impressão e a condução do influxo nervoso.

Tem-se procurado determinar certas leis para as sensações. Destacam-se 3 (três) tipos de leis: psicofísicas, psicofisiológicas e psicológicas.

- **Leis psicofísicas**

a) lei do limiar – segundo a qual “há uma intensidade mínima abaixo da qual nenhum excitante produz sensação”. É o que se chama limiar da sensação.

b) lei do limiar diferencial – também chamada Lei de Weber, para quem *“existe uma relação constante, para cada espécie de sensação, entre qualquer excitante sensorial e o aumento mínimo que lhe é preciso dar para que a diferença seja sentida”*.

c) lei do crescimento não proporcional – que, partindo da lei anterior, ganhou uma forma matemática, dada pelo psicólogo Fechner: *“enquanto a excitação cresce em progressão geométrica, a sensação correspondente cresce apenas em progressão aritmética”*.

A lei psicofisiológica já estabelecida com segurança é a lei de Müller: - *“uma mesma excitação aplicada a sentidos diferentes produz sensações diferentes, e, inversamente, excitantes diferentes aplicados ao mesmo sentido provocam a mesma sensação”*.

Finalmente, as leis psicológicas são:

a) lei da relatividade – a qual defende o princípio de que uma sensação qualquer não tem valor absoluto para o indivíduo: aumenta ou diminui de intensidade conforme está junto da outra sensação mais fraca ou mais forte do que ela.

b) lei da persistência – segundo a qual uma sensação qualquer persiste em nosso cérebro, mesmo depois do desaparecimento do estímulo que a gerou.

c) lei da fusão das sensações – que surge do fenômeno da persistência da imagem. Com efeito, uma sensação persiste em nosso cérebro durante algum tempo. Se durante esse tempo nova sensação surgir, em presença da que ainda persistia,

fundir-se-á com aquela. Surgirá, assim, uma terceira imagem, resultante da fusão das duas outras.

d) lei dinâmogênica – afirma que as várias espécies de excitantes despertam no indivíduo diferentes cargas de energia.

Há na Psicologia Experimental, um tratado denominado de Psicometria, que é o estudo da medida das sensações. Basicamente, a Psicometria estuda a velocidade da sensação e a velocidade da reação.

Ademais, convém ressaltar que o termo sensibilidade pode designar não só uma função de conhecimento (faculdade de ter sensações), mas também a faculdade de sentir o prazer ou a dor. De acordo com os estudiosos, existem três tipos de sensibilidade:

a) sensibilidade exteroceptiva – é a que registra as impressões de origem exterior, como o tato e o paladar.

b) sensibilidade interoceptiva – formada de sensações internas ou orgânicas, que nos vêm das vísceras e que constituem a sensibilidade geral do corpo.

c) sensibilidade propioceptiva – formada pelas sensações estáticas, de equilíbrio, bem como as que provêm das articulações, dos músculos e dos tecidos.

No que diz respeito ao aspecto cognitivo, ao focar o conhecimento sensitivo, a Ontopsicologia estabelece uma divisão entre sentidos externos e sentidos internos. Os primeiros são, por assim dizer, as janelas pelas quais o mundo exterior entra em nós. Citam-se, comumente, cinco: visão, audição, olfato, tato e paladar.

Já os sentidos internos nos fazem perceber as sensações, distingui-las umas das outras, revolvê-las e combiná-las entre si. Geralmente, destacam-se três: percepção, imaginação (fantasia) e memória. Note-se que o objeto específico dos sentidos externos são qualidades **físicas**, ao passo que o dos sentidos internos são qualidades **psicológicas**. Aqui, em nosso estudo, interessa-nos, particularmente, os sentidos internos.

- **Percepção**

Pode-se definir a percepção como sendo a representação do mundo exterior a partir das impressões sensíveis. É a objetivação das sensações. Essa objetivação precisa de uma série de operações intelectuais (recordações, associações de ideias) e não se obtém senão progressivamente pela educação dos sentidos.

Segundo M. Gex, a percepção é um *“sistema de sensações elaboradas e interpretadas depois de terem sido comparadas com recordações de sensações”*. Para W. James, é a *“consciência que possuímos do objeto logo que se apresenta ao órgão sensorial”*. Já Charlotte Buhler a entende como *“fenômeno complexo, através do qual o mundo exterior é apreendido e interpretado como sendo ordenado em totalidades”*.

Assim, a percepção é um complexo de sensações, uma síntese mental. Perceber é associar, distinguir, reconhecer. Afinal, conhecer é interpretar. Toda realidade é interpretada (ou deturpada) pela pessoa que conhece. Um objeto é bonito ou feio, segundo o sujeito que o contempla.

Dessa forma, para que uma vaga sensação se transforme em percepção, é preciso que sobre ela eu concentre minha atenção. Enquanto eu não presto atenção, os sons chegam aos meus ouvidos de maneira vaga e indefinida: eu os estou ouvindo, mas não escutando. Eis, portanto, a diferença entre ouvir e escutar, olhar e ver.

Cada percepção é um conjunto de fatores. Sempre que um fator se altera, também nossa percepção se altera. Tendemos a perceber sempre aquilo que desejamos perceber. A isso dá-se o nome de **ilusões da percepção** (ilusão de ótica, ilusão auditiva, etc.).

Todas as “ilusões da percepção” são momentâneas, quando, porém, assumem caráter permanente, passam a ser casos de **patologia da percepção**, cuja causa pode ser uma lesão cerebral, um choque psíquico violento, um fenômeno de desagregação mental. Os casos patológicos mais comuns são três:

a) alucinação – é o fenômeno de vermos e ouvirmos o que não existe.

b) Agnósia – é ver sem saber o que está vendo, ouvir sem saber o que está ouvindo. Têm-se sensações do objeto, mas não a percepção do mesmo. A pessoa vê, mas não sabe dizer o que está vendo; escuta, mas não entende o que está escutando; toca num objeto, mas não consegue dizer em que está tocando.

c) Disjunção do real – é quando ocorre o fenômeno de desintegração das percepções internas, isto é, os casos de desagregação do EU. A pessoa perde o esquema do EU, dado pelo conjunto das percepções do seu próprio corpo e do seu psiquismo.

- **Imaginação ou Fantasia**

Denomina-se imaginação a faculdade de criar imagens ou de representar os objetos ausentes. Em Psicologia, chama-se imagem à representação mental de uma percepção anterior, ou à combinação nova de elementos de percepções passadas.

Pode-se dizer com H. Pieron, que imagem é a *“representação visual minemônica ou construída na ausência de estímulos visuais”*. Ou simplesmente afirmar com M. Gex que é *“a recordação de uma sensação”*. Imaginar é, pois, voltar a recordar e a combinar, entre elas, recordações de sensações. Trata-se aqui não apenas de sensações visuais, mas também de imagens táteis, gustativas etc.. A imagem é sempre singular, ela reproduz um objeto físico preciso e bem determinado, ou uma propriedade deste objeto físico (imagem de certo barco, imagem de um odor determinado).

De acordo com J. Mill, a imaginação é o caso mais simples da associação de ideias, porque *“enquanto a consciência é o nome dos nossos sentimentos tomados um a um, a imaginação é o nome de uma série de sentimentos ou de ideias”*.

Distinguem-se dois tipos de imaginação:

a) Imaginação reprodutora – quase não se diferencia da memória. Ela evoca ou restitui as imagens dos acontecimentos passados.

b) Imaginação criadora – é a faculdade de construir, com dados fornecidos pela imaginação reprodutora, representações novas. Ela é uma verdadeira iniciativa intelectual, certa liberdade relativamente à experiência, o poder de abstração e de comparação. É essencialmente humana; está na origem de todas as artes, das grandes e pequenas invenções. Na ciência, sugere as hipóteses e faz encontrar os meios de verificá-las. É, enfim, a própria fantasia.

- **Memória**

A memória é a faculdade de conservar e experimentar de novo estados de consciência passados, reconhecendo-os como passados. O fenômeno da memória, para ser perfeito, supõe quatro fases:

a) Fixação – é a impressão que produzem em nosso espírito as percepções, as emoções etc. que experimentamos.

b) Conservação – é o poder que tem o espírito de guardar cuidadosamente os fatos que registrou.

c) Evocação – é a faculdade de lembrar-se, de fazer voltar ao foco da consciência os fatos registrados e conservados, isto é, as “lembranças”.

d) Localização – é o mecanismo que situa no tempo e no espaço os fatos registrados e conservados.

A Psicologia fala de memória pura (ou memória lembrança), memória hábito (ou memória motriz) e memória eidética. A **memória pura** situa-se no passado, conserva o acontecimento na sua totalidade, sem o dividir: consiste em “lembrar-se de”, isto é, reconhecer um fato passado como pertencendo-nos, porque continuamos a vivê-lo atualmente.

Já a **memória hábito**, segundo Bergson, é a aptidão de reproduzir um texto ou uma ação aprendida de cor. Tem todos os caracteres do hábito corporal; adquire-se pouco a pouco

pelo exercício; tende ao inconsciente; consiste numa série de movimentos encadeados numa ordem fixa; tem a sua sede no corpo, sobretudo no cérebro, cujos centros motores dirigem o desenrolar dos atos; reproduz exatamente, no presente, a mesma ação.

Por fim, a **memória eidética**, que consiste numa aptidão, possuída por certas pessoas, descreverem perfeitamente o que viram nos seus mais ínfimos pormenores, após a apresentação rápida de uma cena única, a página de um livro ou um simples objeto, como se na sua mente fosse gravada a cena em fotografia.

A memória varia de pessoa para pessoa, não só quanto à sua maior ou menor eficiência, mas também quanto ao tipo. Elencaremos, a seguir, seis tipos de memória:

- a) Tipo visual – é aquele tipo de memória que retém com facilidade as coisas que vê.
- b) Tipo auditivo – é aquele que guarda, sobretudo, as imagens sonoras, isto é, os sons.
- c) Tipo motor – é aquele que guarda mais facilmente os “movimentos”, os atos.
- d) Tipo afetivo – é quando se guarda principalmente os fatos emotivos, as palavras agradáveis ou desagradáveis, as ações boas ou más que nos são dirigidas.
- e) Tipo locativo – é aquele que guarda, sobretudo, os lugares das coisas.
- f) Tipo nominativo – é aquele cuja facilidade maior é para guardar nomes, palavras.

Finalmente, convém salientar um último aspecto. A memória é uma faculdade natural. Basta estarmos acordados para irmos guardando os fatos, as impressões, as coisas que fazemos, ouvimos ou vemos. Mas há condições que facilitam a impressão dos fenômenos em nosso espírito: tais condições são as chamadas “leis da memória”, em número de cinco.

- a) Lei da repetição – guardamos uma impressão ou um fato qualquer tão melhor quanto mais vezes repetimos.

b) Lei da atenção – um fenômeno se fixa em nossa consciência tão mais depressa quanto maior for a atenção com que o examinamos.

c) Lei da emoção – um fato qualquer se fixa em nossa consciência tão mais facilmente quanto maior for a emoção que nos desperte.

d) Lei do interesse – guardamos melhor um fato na memória quando ele nos interessa mais.

e) Lei da estrutura – é sempre mais fácil guardar um fato na memória estruturando-o com os anteriores.

7.7 Vontade

Define-se vontade como sendo a faculdade que causa ações; como o poder de se determinar a si mesmo por certas razões ou certos motivos (a vontade que me anima). Mormente pode ser considerada como a disposição moral para escolher o bem ou o mal (boa ou má vontade).

Segundo Duns Scoto, *“a vontade, nossa faculdade mestra, é uma força autônoma ou essencialmente livre que realiza o melhor para nós: a posse do real”*. Já para Taine, *“é a possibilidade permanente de decisões”*.

A vontade é uma forma de atividade pessoal que comporta, na sua forma completa, a representação do ato a produzir, uma paragem provisória da tendência para esse ato, a concepção das razões para o realizar ou para não o realizar, o sentimento do valor dessas razões, a decisão de agir em conformidade com o que elas indicam e o desfecho na execução ou na abstenção definitiva.

O mesmo que se passa com o ato de memória, acontece com o ato de vontade: parece ser simples, quando é composto. No ato voluntário podem-se distinguir três fases:

- Deliberação – momento de hesitação, no qual o espírito examina o problema a resolver, em seus diversos aspectos.

- Decisão – reduz-se inteiramente ao “eu quero”, que encerra definitivamente a deliberação.
- Execução – consiste em realizar a escolha e o “eu quero” da decisão.

O ato volitivo, no ser humano, tanto pode ser fruto de sua liberdade inalienável, como do dinamismo da sua atividade sensível (instintos, emoções, sentimentos, paixões). Por essa razão, iniciaremos nosso estudo pela atividade sensível.

- **Instinto**

Denomina-se instinto ao conjunto das tendências naturais, que derivam das necessidades fundamentais ou primárias do ser vivo. É um comportamento que, sem ter sido aprendido, é realizado involuntária, automática e uniformemente por todos os indivíduos de uma mesma espécie, sem conhecimento quer do fim para que tende, quer da relação existente entre esse fim e os meios empregados para o atingir.

De acordo com W. James, instinto *“é uma atividade que realiza os seus fins sem os prever, graças a uma coordenação de atos que não é resultado da educação”*.

Cuvier e Jussien declaram que o instinto é:

- a) irrefletido – a abelha a que se rompeu o favo de mel não continua o seu trabalho inútil;
- b) especial – ele é adaptado a certos fins e não a outros;
- c) específico – ele é o mesmo entre todos os indivíduos da mesma espécie;
- d) imutável – os favos de mel são hoje o que eram quando se construíam as pirâmides.

Partindo do princípio de classificação baseado nas necessidades fundamentais do ser, distinguem-se três espécies de instintos primários: o instinto alimentar, o instinto sexual e o instinto gregário.

- **Emoção**

A emoção é toda perturbação violenta e passageira do tônus afetivo. É um sentimento complexo ligado a ideias, sendo essas evocadas ou não por sensações. Há, basicamente, dois tipos de emoção: emoção-choque (violenta, desaparece logo) e emoção-sentimento (menos violenta, permanece mais). Já os elementos da emoção são três: a representação de um objeto inesperado, a alteração do tônus afetivo e as perturbações orgânicas.

Segundo P. Foulquié, a emoção é um *“estado psicofisiológico de uma tonalidade afetiva intensa ligada à brusca ruptura do equilíbrio do composto humano”*.

Geralmente, a emoção está integrada na personalidade. Em alguns casos, dizem Delay e Pichot no seu *Manual de psicologia*, o organismo é incapaz de realizar essa integração de um modo normal. A expressão imediata desaparecerá, mas a sua ação continuará a fazer-se sentir sob a forma de distúrbios psíquicos, de sintomas, cujo aspecto não permitirá relacioná-los com a emoção que lhes deu origem. Essa origem poderá, entretanto, ser descoberta por uma pesquisa psicológica profunda, com utilização do método psicanalítico ou técnicas de exploração com agentes farmodinâmicos.

- **Sentimentos**

Costuma-se dizer que os sentimentos são estados afetivos mais duráveis que as emoções, porém menos violentos que estas. A emoção é súbita e passageira, o sentimento é de elaboração lenta, mas duradoura. Aquela é mais violenta, este mais calmo.

Segundo Ribot, *“o sentimento é uma emoção transformada. Essa transformação pode ser por evolução, por parada de desenvolvimento ou por composição”*.

Tradicionalmente, os sentimentos são classificados de acordo com três gêneros: sentimentos egoístas, sentimentos altruístas e sentimentos religiosos. Já para Titchener, a

classificação seria a seguinte: sentimentos religiosos, sentimentos éticos (sociais), sentimentos estéticos e sentimentos intelectuais (lógicos).

Os sentimentos são profundamente importantes, porque dão colorido à vida, dão realidade e humanidade à inteligência. Toda atividade é pouco frutífera se não é comandada por um sentimento. Por trás de todas as grandes criações e movimentos da história humana existe sempre um sentimento: amor, ódio, ambição, vingança, fé, glória. O homem pensa com a cabeça, mas age com o coração.

- **Paixões**

A paixão é a inclinação tornada violenta e impetuosa. Entende-se por inclinação ou tendência a predisposição natural do ser em direção a determinado objeto. É um movimento afetivo forte e complexo. A inclinação exagerada se transforma em paixão. Aquela é mais calma e estável. A paixão, mais forte. Diz Reid:

Entendo por paixão não uma certa classe de princípios de ação, distintos das afecções e dos desejos, mas um certo grau de veemência ao qual as afecções e os desejos podem ser levados e que produz sobre o corpo e o espírito certos efeitos (Apud LOBO, s/d, p. 120).

Para Ribot, a paixão é uma *“inclinação que se exagera, que se instala com permanência, se converte no centro de tudo, subordina a si todas as outras inclinações e as arrasta consigo”*.

Enfim, Bossuet assevera que paixão *“é o movimento da alma que, tocada pelo prazer ou pela dor, ressentida ou imaginada num objeto, o persegue ou se afasta dele”*.

- **Liberdade**

No sentido mais geral, a liberdade é a capacidade que o ser humano tem de decidir e de realizar atos cuja iniciativa é sua, que não são determinados por causas físicas externas. A liberdade é, pois, o fato de escapar ao determinismo. Ela é considerada como essencial ao homem por quase todos os

filósofos, especialmente pelos existencialistas. *“Aquilo a que chamamos liberdade é impossível de distinguir do ser da realidade humana”*, escreve Sartre.

A questão da liberdade foi posta com nitidez por Aristóteles na sua *Ética a Nicômaco*, onde mostrou que o mérito ou demérito não podem ser atribuídos senão a certos atos que se é livre de executar ou de nunca executar. Para os estóicos, a liberdade humana é uma adesão espontânea à necessidade natural. Leibniz chama liberdade a toda a espontaneidade racional; e Kant afirma a liberdade do *“eu-noumeno”* como exigência da razão prática.

Para Santo Agostinho, a liberdade é o *“poder que o homem tem de, como senhor, produzir os seus próprios atos”*. Segundo Locke, *“é o poder de agir ou impedir-se de agir; é o que se chama libertas a coactione”*. Diz Kant, por sua vez, que a liberdade *“é a qualidade de um ato que se leva a efeito sem qualquer influência estranha”*.

Por fim, é primordial distinguir liberdade e livre arbítrio. A liberdade tem aceção mais indeterminada, mais ampla e mais funda. Pode assim falar-se de uma liberdade divina e, mais moderadamente, de uma liberdade potencial no seio da natureza. Já o livre arbítrio é uma determinação específica da liberdade, circunscrita ao homem e à consciência humana. Tem caráter subjetivo, está ligado à razão, ao querer e à vontade, não a mais profunda intuição ou instinto, e supõe necessariamente escolha e opção.

7.8 A vida intelectual

Costuma-se dizer que o homem se distingue dos outros seres por ser racional. Isso significa dizer que o ser humano, além da sensibilidade e dos seus aspectos volitivos, possui uma vida intelectual, é capaz de pensar, de transcender. É justamente esta atividade racional que passaremos a estudar agora. Enfocaremos aqui as 3 (três) principais operações intelectivas: apreensão, juízo e raciocínio.

- **A Apreensão**

Apreensão – também chamada ideação – é a faculdade ou capacidade de formar ideias. Ideia ou conceito (= essência) é a simples representação mental de um ser.

Para John Locke, *“ideia é tudo o que é objeto do nosso entendimento quando pensamos.”* A ideia ou conceito distingue-se da percepção dos objetos concretos e mesmo da imagem genérica, que é uma espécie de fotografia compósita obtida por eliminação dos traços distintivos e conservação dos traços comuns a vários indivíduos. A ideia é um produto da abstração porque é ordinariamente geral.

Os mecanismos da ideação são 2 (dois): a abstração, que consiste em só considerar os caracteres comuns a determinados seres, e a generalização que consiste em atribuir esses caracteres a todos os seres da mesma espécie.

- **O Juízo**

Juízo é a operação pela qual se estabelece relações entre ideias. É também denominado de proposição. Segundo M. Gex, *“o juízo é o ato mental pelo qual se afirma ou nega uma relação entre dois conceitos, ou, nos juízos compostos, uma relação entre dois juízos”*.

De acordo com a Filosofia Clássica, os juízos podem ser:

- Universal afirmativo (A) – “Todos os vertebrados têm esqueleto interno”.
- Universal negativo (E) – “Os brasileiros não têm dinheiro”.
- Particular afirmativo (I) – “Alguns mamíferos vivem no mar”.
- Particular negativo (O) – “Poucos alunos não estudaram o assunto”.

Na época Moderna, o filósofo alemão Kant estabeleceu uma outra classificação para os juízos:

- Juízo analítico – juízo atributivo no qual o predicado está contido no sujeito. Exemplo: “O triângulo tem três ângulos”.
- Juízo sintético a posteriori – quando a razão, que faz atribuir ao sujeito um predicado estranho, é unicamente a experiência atual. Exemplo: “Esta água está quente”.
- Juízo sintético a priori – quando a razão, que faz atribuir ao sujeito o predicado estranho, é, além da intuição sensível, uma condição pressuposta, independente da experiência e que lhe é sobreajuntada para a revestir de necessidade e de universalidade. Exemplo: “Todo ser contingente tem uma causa”.

Na concepção de Kant, todas as proposições científicas pertencem à categoria dos juízos sintéticos a priori, uma vez que os juízos analíticos não são extensivos, mas apenas explicativos do saber, e os sintéticos a posteriori são particulares e contingentes.

- **O Raciocínio**

A terceira operação do intelecto é o raciocínio, que consiste em estabelecer relações entre proposições conhecidas e delas tirar uma conclusão. O raciocínio é uma “inferência mediata”, ou seja, a partir de juízos determinados somos conduzidos a uma conclusão. Portanto, há sempre a mediação no raciocínio.

Via de regra, distinguem-se 3 (três) tipos de raciocínio:

a) Dedução – quando a argumentação marcha do geral para o particular. Exemplo: “Todos os homens são mortais. Ora, eu sou homem. Logo, eu sou mortal”.

b) Indução – quando o raciocínio marcha do particular para o geral. Exemplo: “O calor dilata os corpos”. O raciocínio indutivo consiste em generalizar uma propriedade ou uma relação verificada num certo número de casos particulares por todos

os casos análogos. A indução permite passar do conhecimento dos fatos ao das leis que os regem.

c) Analogia – quando o argumento se baseia em certas semelhanças entre os seres ou as relações. Exemplo: “Marte possui uma atmosfera como a Terra; ora, na Terra, há seres vivos; logo, nós podemos supor a existência de seres vivos em Marte”. O raciocínio por analogia não pode conduzir senão a uma probabilidade.

- **A Intuição**

A intuição é a visão direta do concreto e real. É instintiva e, por isso, opõe-se a reflexão. A Psicologia Moderna define-a como *“insight”*.

A intuição é um tipo de conhecimento imediato, isto é, feito sem intermediários, sem mediação, um pensamento atualmente presente ao espírito. É uma espécie de visão súbita. Ao contrário do raciocínio, que é um conhecimento mediato, no sentido de que se faz por meio de conceitos e juízos que, encadeados, levam a uma conclusão. Enquanto a intuição é inefável, inexprimível, o raciocínio é discursivo e se faz por meio da palavra.

7.9 Breve histórico

- **Na Grécia Antiga**

Anaxágoras

Obra: *Sobre a natureza.*

Doutrina:

Opõe a inteligência simples e imaterial, que tudo percebe, aos sentidos, instrumentos fracos, mas não enganadores do conhecimento.

Sócrates

Doutrinas:

- *“Conhece-te a ti mesmo”* é o lema em que Sócrates cifra toda a sua vida de sábio. O

perfeito conhecimento do homem, através da introspecção, é o objetivo de todas as suas especulações, o centro para o qual convergem todas as partes da sua filosofia.

- Professa a espiritualidade e a imortalidade da alma.
- Distingue as duas ordens de conhecimento, sensitivo e intelectual, mas não define o livre-arbítrio, identificando a vontade com a inteligência.

Platão

Obras: *República e Fedon*.

Doutrinas:

- O homem é composto de alma e corpo.
- A alma, princípio de vida, consta de três partes: a racional, com sede no cérebro; a irascível, residindo no peito; e a apetitiva, localizada nas entranhas.
- A parte superior da alma ou racional é livre, espiritual e imortal.
- O conhecimento é uma reminiscência ou recordação, o que explica a maiêutica de Sócrates.

Aristóteles

Obras: *De anima, De sensu et sensato, De memoria et reminiscência e De vita et morte*.

Doutrinas:

- A vida é atividade imanente. Princípio da vida é a alma, “*enteléquia*” ou forma substancial do ser vivo.
- Distinguem-se três funções na alma, correspondentes aos três graus de vida: vegetativa, sensitiva e intelectual.
- No homem, a alma é o princípio radical de todos os fenômenos vitais. Os instrumentos de sua atividade chamam-se faculdades, que são de cinco espécies: nutritiva, apetitiva, sensitiva, locomotiva e racional.

- Distinguem-se duas ordens de conhecimento: o sensitivo, que ele divide em externo e interno, e o intelectual, cujo objeto é o universal.
- A origem das ideias universais é explicada por meio da abstração, que é o processo pelo qual o intelecto, considerando as imagens sensíveis das coisas particulares, forma os conhecimentos universais.
- Para o processo de abstração são necessários dois intelectos: o ativo (ou agente) e o passivo (ou paciente). Compete à inteligência ativa a função de iluminar os dados sensíveis, produzindo assim a ideia; o intelecto passivo tem a função de recolhê-la e conservá-la.

- **Na Idade Média**

Agostinho

Obras: *De civitate Dei, Contra academicos, De libero arbitrio, De immortalitate animae e De quantitate animae.*

Doutrinas:

- Distingue 3 operações: dos sentidos, da razão inferior e da razão superior.
- A sensação é uma atividade exercida pela alma através do corpo: "*Sentire non est corporis, sed animae per corpus*" (o sentir não é do corpo, mas da alma por meio do corpo).
- O conhecimento das verdades eternas é obtido pela razão superior, através da iluminação divina.

Tomás de Aquino

Obras: *Summa theologica, De veritate, De anima e De ente et essentia.*

Doutrinas:

- União substancial entre alma e corpo (sínolo = síntese, conjunto).

- Sustenta firmemente que no homem há somente uma alma (alma racional), a qual desempenha também as funções de alma vegetativa e sensitiva.
- Autossuficiência do conhecimento humano, porque o homem tem em si um intelecto agente, que tem a capacidade de abstrair as ideias e formar os juízos.

Boaventura de Bagnoregio

Obras: *Itinerarium mentis in Deum* (Itinerário da Mente para Deus) e *Breviloquium* (Breve Entretenimento).

Doutrinas:

- Dualismo psicofísico: corpo e alma estão na relação de cavalo e cavaleiro.
- Sustenta tanto a doutrina aristotélica da abstração quanto a doutrina agostiniana da iluminação. (A 1ª serve para a apreensão das ideias, a 2ª para o conhecimento da verdade do juízo).
- Voluntarismo: primado da vontade em relação ao intelecto. Para ele, a faculdade humana mais importante é a vontade.

Duns Scoto

Obras: *Theoremata, Quaestiones disputatae de rerum principio* e *Grammatica speculativa*.

Doutrinas:

- Intuicionismo psicológico, que afirma um conhecimento intelectual direto e imediato dos indivíduos, acentuando a objetividade da inteligência com a intuição das existências, mas complicando a explicação psicológica do contato da alma com o singular.
- O Voluntarismo, que sublinha fortemente a atividade da vontade, defendendo-lhe a total liberdade mesmo diante do bem completo e outorgando-lhe a primazia de nobreza sobre a inteligência.

- **Na Época Moderna**

René Descartes

Obras: *Discurso sobre o método, Meditações e Paixões da alma.*

Doutrinas:

- Atribui a alma 3 (três) faculdades: sensação, imaginação ou fantasia e razão.
- Divide as ideias em 3 (três) grandes grupos: adventícias (as que dependem dos sentidos), fictícias (as que dependem da fantasia) e inatas (as que dependem exclusivamente da razão e que, não podendo ser produzidas pela experiência, necessariamente são inatas).
- Nem todas as ideias se originam da experiência ou da fantasia; ideias como “perfeito”, “infinito”, “eterno”, “justiça” e semelhantes não podem ser explicadas segundo esses modos e, por isso, devem ser tidas, em última análise, como ideias inatas.

John Locke

Obras: *Tratado de governo civil e Ensaio sobre o conhecimento humano.*

Doutrinas:

- Por ocasião do nascimento, a mente humana é como uma folha em branco, na qual não há absolutamente nada gravado (teoria da “Tabula Rasa”).
- Só quando o homem começa a ter experiências, a perceber o mundo externo com os sentidos, é que alguma coisa se registra em seu espírito, pois nada há no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos.
- As ideias simples que decorrem diretamente da percepção dos sentidos são meramente os alicerces do conhecimento. Elas devem

integrar-se e fundir-se em ideias complexas. Esta é a função da razão ou do entendimento.

- Tanto a sensação como a razão são indispensáveis; a primeira para fornecer ao espírito as matérias-primas do conhecimento, a segunda para dar-lhes forma significativa.

George Berkeley

Obras: *Tratado dos princípios do conhecimento humano* e *Três diálogos entre Hylas e Philonous*.

Doutrinas:

- A natureza das coisas consiste em ser pensada: “*esse est percipi*” (existir é ser percebido).
- As ideias impressas nos sentidos pelo Autor da natureza são chamadas “coisas reais”; as que são excitadas pela imaginação, sendo menos regulares, vivas e constantes, são chamadas mais propriamente “ideias” ou “imagens” de coisas copiadas ou representadas por ela.

David Hume

Obras: *Tratado sobre a natureza humana* e *Ensaio sobre o intelecto humano*.

Doutrinas:

- O espírito humano é um mero feixe de impressões, derivadas exclusivamente dos sentidos e ligadas umas às outras por hábitos de associação.
- Aprendemos pela experiência a associar o calor ao fogo e a alimentação ao pão. Se nunca tivéssemos experimentado concretamente a sensação de calor, nenhuma faculdade raciocinadora de nosso espírito seria capaz de nos levar à conclusão de que o fogo produz calor.
- Portanto, o conhecimento se reduz a impressões e associações.

- **Nos Tempos Contemporâneos**

Arthur Schopenhauer

Obras: *O mundo como vontade e representação* e *A vontade da natureza*.

Doutrinas:

- Defende um “voluntarismo” radical.
- A realidade suprema, origem de todas as coisas, não é a ideia, a razão, o pensamento, mas uma vontade cega; é nela que têm origem todas as coisas e todos os acontecimentos; isso explica o seu caráter extremamente pessimista.
- Para conseguir os seus fins, a vontade se serve, nos seres inferiores, do instinto; no homem, da razão; a razão do homem está a serviço da irracionalidade da vontade universal, e, por isso, a racionalidade que o homem aprende nas coisas é totalmente ilusória.

Soren Kierkegaard

Obras: *Temor e tremor*, *O conceito de angústia*, *Estágios do caminho da vida* e *Migalhas de Filosofia*.

Doutrinas:

- Lançou as bases da filosofia existencial.
- O homem tem como seu modo de ser a existência, estando, por isso, em contínuo devir: ele não é perfeito, totalmente acabado, mas está em fase de feitura, de aperfeiçoamento e ele mesmo é responsável por essa operação.
- No devir do homem distinguem-se 3 (três) estágios: estético, ético e religioso.
- No estágio estético, não tem compromissos nem finalidade, a fantasia predomina sobre a realização e a vontade; no estágio ético, vive com compromissos, com seriedade e

honestidade; o estágio religioso é o da fé, como risco e incerteza.

- Resumindo: a existência estética é essencialmente divertimento, a existência ética, luta e vitória, a existência religiosa é essencialmente sofrimentos.

Edmund Husserl

Obras: *Investigações lógicas, Ideias sobre uma fenomenologia pura, Lógica formal e transcendental e Meditações cartesianas.*

Doutrinas:

- Contribuiu na elaboração rigorosa e sistemática do método fenomenológico.
- A fenomenologia quer estudar o objeto como ele se manifesta na sua rigorosa realidade, absolutamente pura, livre de qualquer mistura.
- Refutou a doutrina gnosiológica imanentista do empirismo, do empiriocriticismo e do cartesianismo e mostrou que o conhecimento tem caráter essencialmente intencional.
- Distingue no conhecimento 3 (três) elementos principais: a forma (*nóeses*), a matéria (*hyle*) e o conceito (*nóema*).
- A forma é o momento subjetivo do conhecimento, a luz intelectual que dá sentido ao objeto conhecido, que o determina no seu “ser assim”; a matéria corresponde aos dados sensíveis que não são significativos por si mesmos, mas só depois de revestidos da luz da forma; o conceito é o polo objetivo do conhecimento, o significado ideal da coisa.

Martin Heidegger

Obras: *Ser e tempo, A essência do fundamento, A essência da verdade e Carta sobre o humanismo.*

Doutrinas:

- O homem é a porta de acesso ao ser.

- A existência é esta característica do homem de ser fora de si, diante de si, por seus ideais, por seus planos, por suas possibilidades.
- Uma vez que o homem é compreendido a partir da sua existência, da possibilidade (que lhe é própria) de ser ou não ser ele mesmo, afirma que a essência, isto é, a natureza do homem, consiste na sua existência.

Karl Jaspers

Obras: *Explicação da existência, Razão e existência e A fé filosófica.*

Doutrinas:

- O homem se encontra sistematicamente fora de si, além de si mesmo. Este transcender a situação é a existência.
- A existência não se apresenta como alguma coisa realizada, acabada: ela ainda não é, mas pode e deve ser; se ela atinge o ser – ou se falha – é resultado de escolha, de decisão; não se dá existência senão como liberdade.

Jean-Paul Sartre

Obras: *A imaginação, O ser e o nada, A crítica da razão dialética e A náusea.*

Doutrinas:

- O homem se distingue dos outros seres porque é dotado de consciência.
- Há duas espécies de consciência: a consciência não posicional e a consciência posicional ou reflexiva.
- A consciência não posicional é a consciência imediata do objeto, do ser, cuja realidade ou existência é somente conhecida, não posta, não criada; já a consciência posicional ou reflexiva tem função criativa, é o “eu transcendental”.
- A essência do homem é a liberdade, ou aquilo que constitui (produz) a essência do homem é a liberdade.

- Tudo o que acontece no mundo remonta à liberdade e à responsabilidade da escolha originária; por isso nada do que acontece ao homem pode ser taxado de inumano.

Gabriel Marcel

Obras: *Ser e ter, Homem itinerante e O mistério do ser.*

Doutrinas:

- O homem é um ser encarnado. E ser encarnado é aparecer como corpo, como este corpo, sem poder identificar-se com ele, sem poder distinguir-se dele.
- A encarnação não exprime somente a individualidade como também a participação. Esta se manifesta no sentir; o sentir é participação imediata naquilo que nós habitualmente chamamos sujeito, num ambiente no qual não há fronteiras que o separem.
- O homem deve orientar-se para a descoberta de um sentido para a vida; recusar-se a esclarecer o sentido da vida é renunciar à própria identidade profunda, é dissolver-se no ter.
- Prega uma fenomenologia e uma metafísica da esperança; a esperança estrutura a vida humana, é a abertura vivida do ser encarnado.

Referências

ARISTÓTELES. *De anima*. São Paulo: Editora 34, 2007.

BETTENCOURT, Estevão. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Escola Mater Ecclesiae, 1994.

JOLIVET, Régis. *Tratado de filosofia II: Psicologia*. 2. ed. São Paulo: Agir, 1967.

LERA, Jésus Beltrán. *Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

LOBO, Antônio. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Plátano, s/d.

SANTOS, Mario Vitor (Org.). *Os pensadores, um curso*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

STANGROOM, Jeremy. *Pequeno livro das grandes ideias: Filosofia*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

Capítulo 8

FUNDAMENTOS DE ÉTICA OU FILOSOFIA MORAL

8.1 Conceituação

O termo **ética** é de origem grega – ἦθος (*éthos*) - e pode ser traduzido como “modo de ser”, “caráter”. Daí as expressões “bom caráter” e “mau caráter”.

Já a palavra **moral** vem do latim (*mos, mores*) e significa “costumes”. Por isso, muitos utilizam a expressão “bons costumes” como sinônimo de moral ou moralidade.

De modo geral é comum usar o conceito de ética e moral como sinônimos ou, quando muito, a ética é definida como o conjunto das práticas morais de uma determinada sociedade, ou então os princípios que norteiam estas práticas.

Vamos aqui enumerar algumas definições sobre moral:

- A moral é a ciência que define as leis da atividade livre do homem.
- A moral é a ciência que trata do uso que o homem deve fazer de sua liberdade, para atingir seu fim último.
- A moral é a ciência do bem e do mal.
- A moral é a ciência dos deveres e das virtudes. Entende-se por virtude o hábito de praticar o bem. Virtude opõe-se a vício, que é o hábito de praticar o mal.
- A moral é a ciência da felicidade humana.

8.2 Divisão

Costuma-se dividir, comumente, a moral em duas grandes partes: moral geral e moral especial. A moral geral trata acerca dos princípios primeiros da moral. A moral especial aplica esses princípios universais às diferentes formas da atividade humana.

A moral especial subdivide-se em dois campos: moral pessoal e moral social. A moral pessoal trata a respeito dos deveres do ser humano para com Deus, para consigo mesmo e para com o próximo. Os principais deveres do homem para com o próximo são:

- Deveres para com a pessoa física alheia.
- Deveres para com a pessoa moral alheia.
- Deveres relativos à propriedade alheia.
- Deveres referentes ao trabalho alheio.

Enfim, a moral social aborda a sociedade doméstica (família) e a sociedade civil – vida política, vida econômica e questão social.

8.3 Consciência moral

A consciência moral é a faculdade que o homem possui de julgar as suas ações, decidindo se elas são boas ou más. Noutros termos, a consciência moral é a capacidade que o ser humano possui de discernir o bem do mal. Pode-se dizer ainda que a consciência moral consiste num julgamento prático proferido pela inteligência sobre a honestidade ou desonestidade de cada um dos nossos atos. Todo homem, por mais primitivo e rude que seja, possui uma consciência moral, como possui uma consciência psicológica. Há, basicamente, três espécies de consciência:

- **Consciência Laxa** - também chamada de relaxada, é a que levemente julga não incorrer em erro ou incorrer em

falta leve quando na realidade comete falta grave. Via de regra, a consciência laxa resulta de tibieza.

- **Consciência Escrupulosa** - é a que, por motivos de pouca monta, julga ou receia que tal ação seja errônea, quando de fato não é tal. O escrupuloso vive em angústia quase incessante, pois em tudo vê graves deveres e perigos. Muitas vezes é vítima de estado de alma doentio ou de sistema nervoso abalado.
- **Consciência Reta ou Verídica** - é aquela que se apoia em princípios morais autênticos, declarando lícito ou ilícito o que realmente é tal.

8.4 Principais concepções morais

Os filósofos modernos costumam dividir as concepções morais em três categorias, segundo a maneira pela qual cada um concebe o soberano bem e, por conseguinte, a regra da moralidade. Distinguiremos, então, as três seguintes categorias:

- **Concepções utilitaristas** - aquelas que fazem do prazer individual o critério do bem e do mal. Entre elas destacam-se: o *hedonismo*, teoria de Górgias, Cálicles e Aristipo; o *epicurismo*, sistema de Epicuro; o *utilitarismo*, doutrina de Bentham e Stuart Mill.
- **Concepções sentimentais ou Altruístas** - baseiam-se no princípio de que o soberano bem consiste na satisfação de sentimentos desinteressados e altruístas. Entre elas destacam-se: *a moral da benevolência e da simpatia*, de Hutcheson e Adam Smith; *moral da humanidade*, de Augusto Comte; *moral da piedade*, teoria de Schopenhauer; *moral da solidariedade*, doutrina de Léon Bourgeois; *moral da honra*, de Vigny.
- **Concepções racionais** - doutrinas baseadas no princípio de que o bem soberano consiste na perfeição de nossa natureza racional e que, portanto, exigem que a razão sirva de regra da moralidade. Entre elas destacam-se: *o eudemonismo racional*, de Aristóteles; *a moral estoica*, de Zenão de Citium; *a moral formal*, de Kant.

8.5 Consciência e liberdade

Aristóteles assevera que *“o homem livre é senhor de sua vontade, mas escravo de sua consciência”*. Nessa fórmula do estagirita encontram-se os dois elementos essenciais do ato moral, a saber: consciência e liberdade. Pela consciência, o ser humano sabe o que está fazendo e julga eticamente a sua conduta. Pela liberdade, o homem decide e escolhe seu caminho, constrói sua vida e sua história.

Em virtude da consciência e da liberdade, todo ato humano se torna também um ato moral, passível de um juízo ético, porque se trata de uma atitude sabida e querida. Noutras palavras, trata-se de uma ação em que o ser humano sabe o que está fazendo e quer fazer exatamente aquilo. Porém, só existe responsabilidade no ato moral se o mesmo for realizado consciente e livremente. Em faltando qualquer dos elementos (ou os dois), não há responsabilidade ética no comportamento do indivíduo.

Portanto, só tem sentido julgar eticamente a conduta de uma pessoa se essa for praticada no pleno uso da consciência e da liberdade, ou seja, quando não se tem escolha (liberdade) e/ou uso da razão (consciência) é impossível decidir entre o bem e o mal.

8.6 A problemática dos valores

O homem é um ser moral, um ser que estabelece normas, regras e códigos, bem como um ser que avalia sua conduta a partir de valores definidos. Aristóteles já afirmava: *“A característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais”* (1985, p.15). Assim, as coisas do mundo e as ações sobre o mundo são hierarquizadas de acordo com as noções de bem e de justo que os seres humanos compartilham em um determinado momento, isto é, o homem age no mundo de acordo com valores.

No entanto, um dos grandes problemas da filosofia moral consiste precisamente na concepção sobre os valores. Os dois maiores questionamentos podem ser sintetizados assim: existem ou não valores éticos válidos para todos os seres humanos? Como julgar eticamente a conduta humana, classificando-a em boa ou má, certa ou errada, justa ou injusta? Tentando dar respostas a essas questões, surgiram duas correntes antagônicas entre si: uma acredita que os valores morais são sempre relativos e outra, ao contrário, defende que os valores éticos são objetivos e universais.

O **relativismo ético** – primeira corrente citada – afirma que não há uma base objetiva e universal sobre a qual se possa erguer um sistema moral único, válido para todos os homens. Isso significa que os valores variam no tempo e no espaço, dependendo de cada cultura.

Já a corrente da **ética objetiva**, inspirada no conceito de natureza ou condição humana, afirma ser possível estabelecer um conjunto de valores objetivamente válidos para os seres humanos. Para essa concepção ética humanista objetiva, as aspirações humanas devem ser orientadas apenas por valores objetivamente válidos.

Segundo Bertrand Russell, o princípio ético fundamental pode ser resumido numa única frase: *“A vida feliz é aquela inspirada no amor e guiada pelo conhecimento.”*

Jurgen Habermas desenvolveu uma **ética discursiva**, baseada no diálogo e no consenso entre os sujeitos; ele aposta na linguagem e na capacidade de entendimento entre as pessoas na busca de uma ética universal, fundada em valores válidos e aceitos consensualmente.

Enfim, para Erich Fromm,

Valioso e bom é tudo aquilo que contribui para o maior desdobramento das faculdades específicas do homem e que favorece a vida. Negativo ou mau é tudo que estrangula a vida e paralisa a atividade do homem (Apud COTRIM, 2001, p. 282.)

8.4 A ética na história

- **Na Grécia Antiga**

A partir do século V a. C., teve início, no mundo grego, de uma forma mais sistematizada a preocupação com os problemas éticos. Os **sofistas** enveredaram pelo *relativismo* ou *subjetivismo*, afirmando que o bem e o mal dependem do julgamento pessoal de cada indivíduo. Protágoras sintetizou esta posição na célebre sentença: “*o homem é a medida de todas as coisas*”. Assim, para eles, não existem verdades e normas universalmente válidas.

Contestando os sofistas, **Sócrates** desenvolveu uma ética racionalista, ou seja, fundamentada na razão, que, segundo ele, é a essência do ser humano. Como a razão está acima dos interesses e desejos individuais pode estabelecer regras universais, válidas para todas as pessoas. Portanto, é na razão que se devem fundamentar as normas e costumes morais.

Platão e Aristóteles deram continuidade ao *racionalismo ético* iniciado por Sócrates. Platão defendeu a necessidade de se buscar a ideia do bem absoluto, no mundo perfeito das formas, aprofundando a distinção entre corpo e alma. Já Aristóteles propôs uma ética do meio-termo, onde a virtude consistiria em buscar o equilíbrio entre o excesso e a deficiência. “*Virtus in medio est*” – a virtude está no meio, no centro, na moderação, no equilíbrio, na racionalidade. O estagirita construiu uma ética mais realista, mais próxima do homem concreto, afirmando que o ser humano tende à felicidade, a qual se constitui no fim último de toda pessoa.

No período pós-socrático, surgiram diversas escolas filosóficas, dentre as quais destacam-se o **Epicurismo** e o **Estoicismo**. A primeira afirmou que a felicidade consiste no prazer, sendo que o verdadeiro e maior prazer humano é viver na tranquilidade, livre de todas as preocupações, a chamada *ataraxia*. Por sua vez, a ética estoica se baseia na *apatia*, isto é, ausência ou controle das paixões (emoções), bem como na

aceitação de tudo o que acontece, porque tudo faz parte do plano cósmico da razão universal.

- **Na Idade Média**

O medievo foi profundamente marcado pela ética cristã, que herdou alguns elementos da tradição filosófica grega, adaptando-os ao Cristianismo. Entretanto, dois aspectos diferenciam a ética cristã da grega: o abandono do racionalismo e a emergência da subjetividade.

A ética cristã centrou a busca da perfeição moral no amor e na boa vontade, afastando a ideia de que essa perfeição se alcança pela razão. Ao mesmo tempo, introduziu a concepção de liberdade como livre-arbítrio, isto é, como poder de escolha ou decisão do indivíduo, acentuando o papel da subjetividade humana e dando um caráter pessoal à ética. Os dois maiores expoentes do pensamento cristão, dominante no período medieval, foram **Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino**.

- **Na Idade Moderna**

A Época Moderna caracterizou-se sobremaneira pelo *antropocentrismo* e pelo *racionalismo*. Isso fez com que a reflexão moral se orientasse para uma concepção ética centrada na autonomia humana. Além disso, os pensadores passaram a defender a tese de que a ética deve ser fundamentada em valores oriundos da natureza racional humana e não mais em princípios religiosos. Ocorreu, assim, a *laicização* da moral.

O nome mais expressivo da ética moderna é o do filósofo alemão **Immanuel Kant**, que escreveu duas obras importantes sobre o tema, a saber: *Crítica da razão prática* e *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Para Kant, como a racionalidade é um traço distintivo dos seres humanos, as normas e os valores têm sua origem na razão e são universais, pois a razão humana é legisladora. Ainda segundo ele, somente o ato humano praticado de forma autônoma, consciente e por

dever é que pode ser considerado um ato moral, uma vez que, de acordo com Kant, a única fonte legítima da moralidade é a capacidade racional humana.

- **Na Idade Contemporânea**

Os filósofos contemporâneos reagiram contra o formalismo da ética Kantiana. Um deles foi **Hegel**, que chamou a atenção para o fato de que o conteúdo da moralidade tem um cunho histórico-social, pois resulta da relação entre cada indivíduo e o conjunto da sociedade.

Já para **Marx**, a ética é uma produção social e os valores morais são concebidos a partir das relações sociais de produção existentes numa determinada fase da história humana. Então, segundo ele, a moral seria parte integrante da superestrutura de poder dominante em dada sociedade, cujo objetivo é a manutenção do *status quo*, sendo apresentada em forma de princípios considerados necessários pela ideologia da classe que domina tal sociedade.

Por sua vez, **Nietzsche** entende que o pleno desenvolvimento da liberdade não ocorre, porque existe um elemento repressor na moral racionalista, criticando, assim, o racionalismo ético. A ética proposta por ele funda-se nos desejos e na vontade de potência, que substituiria a velha concepção moral marcada pela disciplina e moderação das paixões e emoções fortes, considerados por Nietzsche impulsos mais propriamente humanos, reprimidos por uma “*moral de rebanho ou moral de escravos*”. Por isso, a sua doutrina ficou conhecida como **transmutação dos valores**.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: UNB, 1985.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 16. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MO SUNG, Jung. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

Capítulo 9

ELEMENTOS DE FILOSOFIA POLÍTICA E SOCIAL

9.1 Conceituação

O substantivo **política** diz respeito à teoria ou ação que se refere aos processos e aos meios a empregar para conseguir ou exercer o poder no Estado. Enquanto o adjetivo **político** designa tudo o que se refere à vida social; é sinônimo de civil, de social.

O termo política é de origem grega: πολιτική (*politiké*). Ele se deriva da palavra πόλις (*pólis*), que significa cidade. Mas, quando se fala em cidade, mister se faz entender a concepção dos antigos gregos acerca de cidade. A *pólis* grega é uma cidade-estado, completamente autônoma, independente, com suas próprias leis, expressas numa constituição escrita, seu governo próprio, sua vida econômica e social. Desta maneira, o πολιτικός (político), o habitante da *pólis* é aquele que vive e participa da sociedade civil organizada, é o típico cidadão.

Então, a Filosofia Política é o estudo da organização social humana; da arte e prática do governo das sociedades humanas. Trata-se, assim, de uma reflexão filosófica sobre o conjunto de tudo o que diz respeito ao Estado e ao governo.

Na Antiguidade e Idade Média, desenvolveu-se um conceito mais idealista de política, como esfera de realização do bem comum. Tal conceito tornou-se clássico e permanece até hoje, mesmo que seja como um ideal a ser alcançado.

No entanto, a partir da Época Moderna, sobretudo desde a Renascença, começou a se esboçar uma concepção mais realista de política, que é bastante utilizada na atualidade. Para o filósofo e jurista italiano contemporâneo, Norberto Bobbio, o conceito moderno de política está estreitamente ligado ao de poder. Esta ligação é enfatizada na definição dada pelos cientistas políticos norte-americanos H. D. Lasswell e A.

Kaplan: “Política é o processo de formação, distribuição e exercício do poder” (Apud COTRIM, 2001, p. 291).

O presente capítulo pretende, exatamente, abordar essas diferentes concepções políticas. Assim, serão aqui apresentadas as principais ideias políticas, desde a Grécia Antiga até os tempos contemporâneos.

9.2 O pensamento político na Grécia antiga

Platão

Natural da cidade de Atenas, Platão (420-347 A.C.) foi discípulo de Sócrates e, após a morte deste, fundou a sua própria escola, denominada de Academia. Ele escreveu o primeiro tratado de Filosofia Política conhecido na história, o livro *A República*. Nessa obra, ele defende a teoria do Estado ideal, isto é, a sociedade perfeita, seguindo o corolário de seu idealismo.

Na concepção idealista de Platão, o Estado deve ser dividido em 3 (três) classes sociais, sendo que cada uma delas deve exercer a sua função específica, para a qual possui uma virtude própria. As três classes do Estado ideal de Platão são: os filósofos ou sábios, os guerreiros ou militares, e os operários ou trabalhadores. Aos filósofos compete a função de governar, aos guerreiros cabe a defesa da sociedade e aos operários a produção dos bens para a subsistência material. A virtude característica dos filósofos é a sabedoria, a dos guerreiros a coragem (ou fortaleza) e a dos operários a temperança. E a virtude geral que rege o Estado é a justiça.

Enfim, Platão entende que a forma de governo ideal é a *aristocracia*, palavra grega que significa **governo dos melhores** ou **governo dos bons**. Para ele, os melhores ou os bons de uma sociedade são os filósofos, os sábios, os intelectuais, porquanto são dotados da virtude da sabedoria, o que os torna aptos para o exercício do poder político. Assim, a aristocracia platônica pode ser traduzida como o governo dos filósofos.

Aristóteles

Aluno da Academia de Platão, Aristóteles (384-322 A.C.) procurou dar ao seu sistema filosófico um caráter mais realista. Ele estudou as constituições de numerosas cidades gregas, bem como suas formas de governo, classificou-as e descreveu a sua organização interna.

A sua obra de interesse nesta área intitula-se *A Política*. Nela, ele apresenta a sua teoria das formas de governo, classificando-as em **lícitas ou justas e ilícitas ou injustas**. As formas lícitas são aquelas que visam ao bem comum. Já as formas ilícitas são as que visam ao bem particular ou individual.

Segundo Aristóteles, as formas de governo lícitas são: monarquia, aristocracia e democracia. A monarquia é o governo de uma só pessoa visando o bem de toda a sociedade. A aristocracia é o governo do grupo dos melhores, que tem por objetivo o bem geral da coletividade. E a democracia é o governo do povo para o benefício do próprio povo.

Todavia, as formas lícitas podem ser corrompidas pelas ilícitas, dando origem a tirania, a oligarquia e a demagogia. A tirania é a corrupção da monarquia. Ocorre quando o governo de uma só pessoa visa apenas o bem individual dela mesma. A oligarquia corrompe a aristocracia, quando o governo do grupo que está no poder defende somente os seus interesses particulares. Finalmente, a demagogia corrompe a democracia, quando o governo dos representantes do povo passa a defender os seus interesses próprios.

Aristóteles esboçou ainda a teoria da origem natural do Estado, baseado na existência do chamado **instinto gregário**, que é a capacidade natural do ser humano de criar comunidade e viver em grupo social. Por essa razão, ele escreveu a famosa sentença: *“O homem é, por natureza, um animal político”*. Isso significa dizer que a natureza humana só se desenvolve plenamente na *pólis*, pois o homem vive na e para a *pólis*.

A teoria da origem natural do Estado foi e continua sendo aceita por inúmeros círculos acadêmicos. Porém, a

partir da modernidade, ela começou a ser questionada e combatida por diversos pensadores, como Hobbes e Marx.

9.3 Cristianismo e Filosofia Política

O advento do Cristianismo trouxe uma nova visão sobre as relações de poder político e de justiça social, fundamentada na fraternidade e na solidariedade humanas. A partir do século II, começa a ser elaborada uma Filosofia Cristã, que pode ser dividida em dois grandes momentos: a Patrística e a Escolástica. A Patrística compreende um período que se inicia no final da Antiguidade e se estende até os primórdios da Idade Média, em torno do século VII. A Escolástica principia ainda na Alta Idade Média, dilatando-se pelo medievo e atingindo o seu zênite no século XIII. O apogeu da Patrística foi atingido por Santo Agostinho e o da Escolástica por Santo Tomás de Aquino.

Agostinho

Africano da cidade de Tagaste, atualmente na Argélia, que então pertencia à chamada África Romana, Santo Agostinho (354-430) converteu-se ao Cristianismo, tornando-se presbítero e, posteriormente, bispo de Hipona. Da sua vasta produção literária a obra que interessa a este estudo é *De civitate Dei (Sobre a cidade de Deus)*, que ele escreveu entre 413 e 427, atendendo sugestão do padre espanhol Orosius.

Na verdade, *A cidade de Deus* é, antes de tudo, uma obra **apologética**, uma defesa da religião cristã em resposta à historiografia pagã. A conjuntura histórica em que foi escrita é particularmente difícil para a civilização romana.

Em 410, os godos chefiados por Alarico saquearam Roma e os refugiados foram em grande número para o Norte da África. Então, a questão da compreensão da Divina Providência na história foi levantada, principalmente, quando muitos dos aristocratas romanos refugiados interpretaram a catástrofe como consequência do abandono dos seus deuses

tradicionais em favor do Deus dos cristãos. Para essa aristocracia decadente, Roma simbolizara a segurança de uma vida civilizada há muito estabelecida.

Desse modo, Agostinho escreveu o livro para defender o Cristianismo em todas as suas frentes. O texto apresenta a teoria social e política do bispo de Hipona, uma reação ao imperialismo romano, uma análise do governo e da sociedade, além de tratar das relações entre Igreja e Estado.

O bispo de Hipona afirma que nenhum Estado terreno pode garantir a segurança contra ataques internos e externos, mas que o governo, não obstante, é estabelecido por Deus. Para ele, os reis devem existir e devem servir a Deus como reis, admitindo, assim, um caráter sagrado distinto no poder soberano do Estado, ao qual foi dada muita importância na Idade Média.

De acordo com o doutor da graça, o Estado mantém a paz e amplia a província do Reino de Deus sobre a Terra. Por conta disso, é necessária alguma forma de Estado, e mesmo a pior tirania tem suas justificativas. Argumenta também que a preocupação correta com a justiça em qualquer Estado deve incluir Deus, embora haja governos sem justiça e que conseqüentemente não passam de uma quadrilha de assaltantes em larga escala.

Agostinho assevera que o Cristianismo, ao ensinar o amor ao próximo através do amor de Deus, ensina na realidade o dever civil e a obediência ao Estado. Entretanto, condena o imperialismo e a tirania das nações fortes sobre as fracas, especialmente quando a paixão pelo governo é apenas uma ânsia de domínio.

Segundo ele, a autoridade civil é ordenada divinamente para homens *"in via"*, na sua marcha para a esperada salvação, após todos os Estados e toda a história. Por isso, ela jamais deve ser destruída, mas, antes, mantida e obedecida.

O bem maior a que almejam todas as sociedades, imperfeitamente justas, através da história, é a paz e a segurança. Esse bem pode ser, momentaneamente, garantido pelos governos. Assim, na concepção agostiniana, os governos

de qualquer espécie devem ser utilizados como meios imperfeitos de manter a paz.

Tomás de Aquino

Santo Tomás (1225-1274) era italiano, nascido no castelo de Roccasecca, nas proximidades de Nápoles. Frade dominicano e professor universitário, ele lecionou em alguns dos maiores centros acadêmicos da Europa, como Nápoles, Roma, Paris e Colônia. É considerado o expoente máximo do pensamento medieval escolástico, recebendo da posteridade o título de **doutor angélico**.

A pena fértil de Tomás de Aquino produziu diversos tratados filosóficos e teológicos, entre comentários e obras originais. As suas doutrinas sociais e políticas acham-se expostas na obra *De regimine principum* (Sobre o regime dos príncipes), dividida em quatro partes, das quais só as duas primeiras são autênticas.

Para Santo Tomás, o Estado é o único instrumento humano legítimo para assegurar o bem comum, porquanto a sua finalidade é a ordem e a justiça. Ele entende que a bondade de um governo não depende da sua forma, mas da fidelidade com que se consagra ao bem comum. Com esta ressalva, a monarquia, a aristocracia e a democracia são consideradas por ele como formas justas de governo.

Ainda segundo ele, o fim da sociedade, para a qual o homem é de sua natureza destinado, é a felicidade geral, obtida por meio da paz e da prosperidade. O governo que não concorrer para esse fim é antissocial, injusto e tirânico, podendo ser deposto ou pela Igreja, desligando os súditos da obediência ao príncipe, ou por uma autoridade constituída pelo povo "*ad tempus*", dentro dos limites da lei. Assevera ele:

Si liberorum multitudo a regente ad bonum commune multitudinis ordinatur, erit regimen rectum et justum, quale convenit liberis. Si vero non ad bonum commune multitudinis sed ad bonum privatum regimen ordinatur, erit regimen injustum et perversum. - *Quando seres livres reunidos em sociedade têm um soberano que zela pelo bem comum da sociedade, o governo é reto, justo, qual convém a homens livres. Quando pelo contrário não é o bem comum,*

mas o individual que o soberano tem em vista nos seus atos, o governo é injusto e mau (Apud FRANCA, 1978, p. 113).

Assim, o doutor angélico introduz o princípio do **direito de resistência** contra a tirania. Pois, para ele, a sociedade livre não deve se submeter aos caprichos de um tirano.

As teorias políticas de Tomás de Aquino colocaram o pensamento europeu num novo plano. Ao legitimar a autonomia dos governantes seculares justos e a racionalidade prudente nas tomadas de decisão, acabou influenciando um número cada vez maior de pensadores, a partir do século XIV. Destarte, o tomismo experimentou, após uma fase de arrefecimento, um notável desenvolvimento, nos séculos XIX e XX, sobretudo nos meios acadêmicos católicos.

9.4 Pensadores políticos da Renascença

Um novo e vigoroso impulso aos estudos de Filosofia Política foram dados na época da Renascença, graças ao conhecimento mais exato das formas de governo, bem como à revolução profunda nos costumes e nas instituições políticas dos novos Estados europeus. São deste período pensadores como Maquiavel, Morus e Campanella, sendo os dois primeiros classificados como juristas por se dedicarem mais intensamente ao estudo da Filosofia Social e Política, enquanto o terceiro é comumente apresentado como naturalista por haver se dedicado exaustivamente às ciências naturais, apesar de também ter deixado um livro sobre política.

Maquiavel

Italiano de Florença, Nicolau Maquiavel (1467-1527) é autor da obra clássica *O príncipe*. Nela, advoga o princípio de que o Estado tem como função regular as tensões e lutas entre as classes sociais – classe dos poderosos e povo. Para ele, a busca do bem comum é uma **ilusão** por causa das lutas e tensões permanentes.

Maquiavel sustentava que todos os homens são conduzidos, exclusivamente, por **motivações egoístas**, sobretudo por **desejos de poder pessoal e de prosperidade material**. Por conseguinte, jamais o chefe do Estado deveria crer, cegamente, na lealdade ou na afeição de seus súditos. E concluía dizendo que, para o príncipe, é mais interessante **ser temido do que ser amado**.

Segundo ele também o objetivo da política é a manutenção do poder. Nesse sentido, Maquiavel foi quem melhor interpretou o chamado **realismo político**. Para ele,

O interesse da conservação dos seus Estados obriga o príncipe a **violar as leis da humanidade, da caridade e da religião**. O essencial é que ele se mantenha na sua autoridade; os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por cada qual (MAQUIAVEL, 1996, p. 126).

Desse modo, Maquiavel inicia o processo de **laicização** da política, separando-a da ética e da religião. Por essa razão, ele é aclamado como o “pai” da moderna ciência política.

Ainda de acordo com Maquiavel, o governante deve fazer aquilo que, a cada momento, lhe parecer conveniente para conservar o seu poder. É a **ética das conveniências**, a “lógica” do poder, através da qual “os fins justificam os meios”.

Morus

Depois de uma brilhante carreira como advogado e presidente da Câmara dos Comuns, o inglês Thomas Morus (1478-1535) foi nomeado Lord Chanceler, em 1529. Não muito depois disso, incorreu no desfavor do rei Henrique VIII, pois não concordava com a intenção do monarca de estabelecer uma igreja nacional sob o domínio do Estado britânico.

Quando, em 1534, recusou-se a prestar o **Juramento da Supremacia**, o qual reconhecia o rei como chefe da igreja da Inglaterra (anglicana), Morus foi encerrado na Torre de Londres. Um ano depois foi julgado, com testemunhos forjados, condenado e decapitado.

A filosofia de Morus está contida em sua *Utopia*, publicada em 1516. Esse livro, que passa por ser uma

descrição de uma sociedade ideal numa ilha imaginária, é na realidade uma denúncia dos terríveis abusos da época: a pobreza e a riqueza imerecidas, as punições drásticas, a perseguição religiosa e a matança insensata da guerra.

Os habitantes de Utopia (os utopianos) possuíam todos os seus bens em comum, trabalhavam somente seis horas por dia, de modo que tivessem tempo para atividades intelectuais e para a prática das virtudes naturais da sabedoria, moderação, fortaleza e justiça. Em sua obra, Morus (1997, p. 59-62) assevera:

Os utopianos convertem em pão os cereais; bebem o suco da uva, da maçã, da pera; bebem também água pura ou fervida com mel e alcaçuz, que possuem em abundância. (...) Os habitantes da Utopia aplicam aqui o princípio da posse comum. Para abolir a ideia da propriedade individual e absoluta, trocam de casa todos os dez anos e tiram a sorte da que lhes deve caber na partilha.

Mormente, na ilha da Utopia, eram tolerados todos os credos religiosos que reconhecessem a existência de Deus e a imortalidade da alma. Em outra passagem do livro, ele escreve:

O fim das instituições sociais na Utopia é de prover antes de tudo às necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito, desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É neste desenvolvimento completo que eles põem a verdadeira felicidade (MORUS, 1997, p. 71).

A despeito da crítica que se faz à obra, de ser conservadora em muitos aspectos, parece justificada a conclusão de que os ideais de humanidade e de tolerância de Morus estavam consideravelmente além daqueles da grande maioria dos homens de sua época.

Campanela

Frade dominicano e continuador do empirismo naturalista de Telésio, Tomás Campanela (1568-1639) acrescenta aos trabalhos físicos de seu predecessor uma filosofia política ou teoria ideal do Estado, análoga à *República*

de Platão e cujos princípios fantásticos são expostos na *Civitas solis* (Cidade do Sol).

Nessa obra, ele expõe a sua utopia teocrático-comunista. Campanella imagina uma república ideal, professando uma religião natural, governada por leis universais, em que, à maneira de Platão, o sábio é, ao mesmo tempo, monarca e sacerdote. Mais tarde, esta sua utopia teocrático-filosófica tomará uma forma teocrático-católica, com o papa à frente da sociedade.

Em que pese a importância das teorias de Campanella no campo das ciências naturais, suas doutrinas sociopolíticas, compiladas na *Civitas solis*, manifestam uma mentalidade acentuadamente fantástica e exageradamente idealista.

9.5 Teóricos do absolutismo

O crescente processo de centralização política verificado na Europa, em fins da Idade Média, proporcionou o surgimento dos Estados nacionais, nos quais o poder concentrava-se excessivamente nas mãos dos reis. Tal fato provocou mudanças na mentalidade e na prática políticas, fazendo com que vários pensadores da Época Moderna se esforçassem para justificar o uso do poder absoluto por parte dos monarcas.

As monarquias absolutistas europeias fundamentavam-se teoricamente nos princípios estabelecidos por pensadores como Jean Bodin, Thomas Hobbes, Hugo Grotius e Jacques Bossuet. Diversos soberanos encontravam a justificação de sua política nesses filósofos, que exprimiam as ideias do tempo em obras sistemáticas e vigorosas.

Jean Bodin

Um dos primeiros filósofos a emprestar apoio às ambições absolutistas dos monarcas foi o francês Jean Bodin (1530-1596). Concordava ele com os filósofos medievais

quanto a estarem os governantes submetidos à lei divina e até reconhecia que o príncipe tinha o dever moral de respeitar os tratados que assinava.

No seu livro *A República*, Bodin nega enfaticamente a um órgão legislativo o direito de impor quaisquer limites ao poder monárquico, dispensando qualquer espécie de parlamento. E ao mesmo tempo em que admite serem tiranos os príncipes que violam a lei divina ou a natural, não concede aos súditos desses príncipes qualquer direito de rebelião contra eles.

Para ele, a autoridade do príncipe vem de Deus e a obrigação suprema do povo é a obediência passiva. A revolução deve ser evitada a todo custo, pois destrói a estabilidade que é a condição necessária do progresso social.

A principal contribuição de Bodin foi a sua doutrina da soberania, que ele definia como “o poder supremo sobre cidadãos e súditos, sem restrições determinadas pela lei”. Com isso queria dizer que o príncipe, que é o único soberano, não está preso a leis feitas pelos homens. Sua autoridade não sofre restrições legais de qualquer espécie – nada, exceto a obediência à lei moral ou natural ordenada por Deus.

Thomas Hobbes

Considerado por muitos o teórico que melhor definiu a ideologia absolutista, o inglês Thomas Hobbes (1588-1679) articulou um sistema lógico e coerente para apresentar a necessidade do Estado absoluto.

O próprio título de sua obra, *Leviatã* (nome do monstro fenício do caos), dá bem a ideia do que para ele seria esse Estado: uma grande instituição todo-poderosa que dominaria todos os cidadãos. “Todas as associações dentro do Estado”, dizia ele, “são meros vermes nas entranhas de Leviatã”.

Hobbes justifica o Estado absoluto apontando-o como a superação do “estado de natureza” (selvageria e barbárie). Para ele, na sociedade primitiva ninguém estava sujeito a leis, tendo tão somente de satisfazer sua avidez intrínseca pelo

poder, pelo interesse próprio. Levando uma “vida solitária, pobre, grosseira, animalizada e breve”, todos estavam permanentemente em guerra entre si – “a guerra de todos contra todos”. O homem era como “um lobo para o homem” (*homo homini lupus*).

Numa fase posterior, os homens dotados da razão, do sentimento de autoconservação e de defesa buscam superar esse estado natural de destruição unindo-se para formar uma sociedade civil (estado de civilização), mediante um **contrato** segundo o qual cada um cede seus direitos ao soberano. Dessa forma, renuncia-se a todo direito de liberdade, nocivo à paz, em benefício do Estado. É a teoria da **origem contratual do Estado**, que inaugura a corrente **contratualista**.

Hobbes conclui que a autoridade do Estado deve ser absoluta, a fim de proteger os cidadãos contra a violência e o caos da sociedade primitiva, motivo pelo qual os homens se unem politicamente, organizando-se num Estado absoluto e vivendo felizes tanto quanto permite a condição humana. Ele afirma ainda que “*é lícito ao rei governar despoticamente, já que o próprio povo lhe deu o poder absoluto*”.

Hugo Grotius

Em certo sentido, o pensador holandês Hugo Grotius (1583-1645) também pode ser considerado um expoente do absolutismo, embora para ele a questão do poder dentro do Estado fosse mais ou menos secundária em relação à questão mais ampla das relações entre os Estados.

Vivendo durante o período da revolta dos Países Baixos e da Guerra dos Trinta Anos, Grotius sentiu a necessidade de um conjunto de normas que reduzissem a um padrão de razão e de ordem as relações dos governos entre si. Escreveu sua famosa obra *Do direito da paz e da guerra* para provar que os princípios elementares da justiça e da moralidade deviam prevalecer entre as nações.

Extraíu alguns desses princípios do “direito das gentes” romano (*jus gentium*) e outros do direito natural da Idade Média. Tão bem expôs sua causa que tem sido

considerado desde então como um dos principais fundadores do direito internacional.

A aversão de Grotius pela turbulência política também o inspirou a defender o governo absoluto. Não via como a ordem poderia ser preservada dentro do Estado a não ser que o governante possuísse autoridade ilimitada. Sustentava que, no começo, o povo se submetera voluntariamente ao soberano ou fora obrigado a submeter-se à força superior; mas em qualquer um dos casos, uma vez que se estabeleceu um governo, tinha de obedecer a ele sem contestação.

Jacques Bossuet

Bispo da Igreja Católica e ardoroso nacionalista francês, Jacques Bossuet (1627-1704) cuidou da educação do filho do rei de França Luís XIV, escrevendo *Memórias para a educação do delfim* e *Política segundo a Sagrada Escritura*, obras em que estabeleceu o princípio do **absolutismo de direito divino**, isto é, a teoria segundo a qual o poder real emana de Deus.

De acordo com Bossuet, a autoridade do rei é sagrada, pois ele age como ministro de Deus na terra. “*O trono do rei*”, assevera ele, “*é o trono do próprio Deus*”. Os monarcas são personagens sacralizadas, unidas com o óleo santo. Por isso, rebelar-se contra eles é rebelar-se contra Deus mesmo.

A teoria de Bossuet influenciou sobremaneira os reis franceses da dinastia Bourbon, Luís XIV, Luís XV e Luís XVI, dando-lhes subsídios para incorporar a noção de “direito divino” à autoridade real. “*Aquele que deu reis aos homens quis que eles fossem respeitados como seus representantes*”, afirmava Luís XIV, inspirado nas doutrinas de Bossuet.

9.6 O Iluminismo

O termo Iluminismo no sentido aqui empregado é designativo do movimento filosófico racionalista, científico e político iniciado na segunda metade do século XVII e que dominou a Europa durante o século XVIII. Esse período entrou

para a história como “Século das Luzes” – em francês, “*Siècle des Lumières*”.

Via de regra, os filósofos iluministas combatiam o chamado **antigo regime absolutista**, defendendo as ideias liberais. A atmosfera cultural setecentista – conhecida como Iluminismo – fundamentava-se nas bases racionais e otimistas assentadas pelos pensadores da revolução intelectual do século XVII.

O ideário iluminista acabou provocando diversos movimentos revolucionários, os quais derrubaram o Estado absolutista e implantaram o Estado liberal. As atuais democracias liberais se apoiam nesse ideário.

John Locke

Natural da Grã-Bretanha, John Locke (1632-1704) foi um dos principais representantes da revolução ideológica iluminista, além de ter sido um dos mais importantes teóricos da corrente empirista inglesa.

No campo sociopolítico, escreveu o livro *Dois tratados sobre o governo civil*, onde defende a teoria do Estado liberal. Segundo ele, o Estado deve regular as relações entre os seres humanos e atuar como juiz nos conflitos sociais. Também para ele, cabe ao Estado garantir a segurança e os direitos naturais do indivíduo, como o direito de propriedade e a liberdade.

De acordo com Locke, que foi contemporâneo da Revolução Gloriosa na Inglaterra, os homens possuem a vida, a liberdade e a propriedade como direitos naturais. Para preservar esses direitos, deixaram o estado de natureza (a vida mais primitiva da humanidade) e estabeleceram um contrato entre si, criando o governo e a sociedade civil.

Assim, os governos teriam por finalidade respeitar os direitos naturais e, caso não o fizessem, caberia à sociedade civil o **direito de rebelião** contra o governo tirânico. Em síntese, demolia-se o sustentáculo do Estado absolutista, intocável e acima da sociedade civil.

Desse modo, o filósofo negou o direito dos governantes ao autoritarismo e à aplicação do direito divino, além de outras prerrogativas fundamentadas em preconceitos. Com sua obra, Locke definiu as bases da democracia liberal individualista, que inspiraria textos clássicos da história ocidental, como a Constituição dos Estados Unidos da América de 1787 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, ao tempo da Revolução Francesa, mormente que serviria de referência à instituição dos Estados liberais contemporâneos.

Montesquieu

Barão de Montesquieu (1689-1755) é o título nobiliárquico de Charles Secondad, filósofo francês e autor da célebre obra *O espírito das leis*. Nela sistematiza a teoria da divisão “tripartite” de poderes (legislativo, judiciário e executivo), esboçada anteriormente por Locke.

Para ele, não cabe ao Estado realizar os planos divinos, mas garantir aos cidadãos a liberdade, por meio de uma divisão equilibrada dos poderes. Afirma ele que *“tudo estaria perdido se o mesmo homem ou a mesma corporação (...) exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as desavenças dos particulares”*. E completa: *“só se impede o abuso do poder quando pelas disposições das coisas só o poder detém o poder”*.

Em outro livro, *Cartas persas*, Montesquieu satiriza severamente as estruturas sociais europeias e ironiza os costumes vigentes durante o reinado de Luís XIV, na França.

Sem dúvida, as ideias deste pensador foram decisivas para o processo de descentralização do poder político, até então demasiadamente concentrado nas mãos de monarcas absolutistas. Assim como os princípios por ele defendidos serviram de base para implantação dos atuais Estados democráticos de direito.

Voltaire

François Marie Arouet era o verdadeiro nome de Voltaire (1694-1778), pensador francês que defendia uma

monarquia esclarecida, isto é, um governo baseado nas ideias dos filósofos. Alguns monarcas europeus tentaram aplicar isso em seus países e ficaram conhecidos como “déspotas esclarecidos”.

Efetivamente, Voltaire entendia que não era necessário acabar a forma monárquica de governo, mas apenas impor limites e restrições à autoridade real por meio de uma **monarquia constitucional e parlamentarista**. Dessa maneira, os reis não teriam poder absoluto, pois regeriam a nação sob uma constituição (império da lei) como chefes de Estado, mas o governo seria exercido em sua plenitude pelo Parlamento (Parlamentarismo).

Em seu livro, *Cartas inglesas*, criticou severamente a Igreja Católica e os resquícios feudais existentes na sociedade, como a servidão. Apesar disso, foi **deísta**: acreditava na presença de Deus na natureza e no homem, bastando a razão para encontrá-lo. Propugnou a tese do Estado laico e da sociedade secularizada, ou seja, a separação radical entre Igreja e Estado, bem como uma sociedade guiada por princípios racionais e não religiosos.

Voltaire foi um ardoroso defensor das liberdades individuais – liberdade de consciência, liberdade de culto, liberdade de pensamento e expressão, etc. Tornou-se célebre um pensamento seu que diz: “*Posso não concordar com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo*”.

Rousseau

Originário da Suíça, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é considerado um dos maiores pensadores da modernidade. Entre as suas obras, destaca-se *Do contrato social*, na qual expõe a teoria da vontade geral, segundo a qual somente o povo é a fonte legítima da soberania do Estado. Assim, ele defende a democracia como forma de governo.

Porém, na concepção de Rousseau, a verdadeira democracia deve ser direta e participativa. Isso significa que o povo, enquanto fonte legítima e única de soberania, deve gerir

diretamente o Estado, participando de todas as decisões. Nessa visão política, exclui-se a representatividade, a delegação do poder (soberania) popular a representantes eleitos, porquanto a democracia não é representativa, mas participativa e direta.

Em certa medida, Rousseau constituía uma exceção entre os iluministas, porque criticava a burguesia e a propriedade privada. Segundo ele, essa era a raiz das infelicidades e desgraças humanas. Para ele, o homem em estado de natureza era sempre o mesmo, em qualquer região do mundo. Era sua livre vontade que originava a sociedade humana, e as leis eram a expressão dessa livre vontade.

Portanto, na sociedade ideal de Rousseau, a vontade do povo deve expressar-se sempre mediante o voto. E essa vontade, necessariamente justa, deve prevalecer sobre qualquer outra consideração. Esta teoria teve grande sucesso entre as camadas populares e a pequena burguesia, pois atendia às expectativas de um Estado democrático. Mais tarde, durante a Revolução Francesa, ela serviria de bandeira aos movimentos populares mais radicais.

A Enciclopédia

Organizada pelo matemático Jean d’Alembert (1717-1783) e pelo filósofo Denis Diderot (1713-1784), a *Enciclopédia* constitui um resumo do pensamento iluminista.

As ideias que nortearam sua elaboração foram: a valorização da razão (racionalismo), como substituta da fé; a valorização da atividade científica, apresentada como meio para se alcançar um mundo melhor; a crítica à Igreja Católica, ao clero, pelo comprometimento com o Estado absolutista; o predomínio do deísmo, crença em Deus como força impulsionadora do universo; a concepção de governo como fruto de um contrato entre governantes e governados.

Constituída de 35 (trinta e cinco) volumes, contou com o trabalho de 130 (cento e trinta) colaboradores, os quais escreveram verbetes (ou artigos) a respeito dos mais diversos temas. Por exemplo: Montesquieu contribuiu com um artigo

sobre estética; Rousseau discorreu acerca de música; e Voltaire escreveu a respeito de filosofia, religião e literatura.

Embora pretendesse mostrar a unidade íntima entre a cultura e o pensamento humano, as opiniões de seus autores divergiam muito. Dessa forma, a *Enciclopédia* acabou sendo principalmente um instrumento divulgador dos ideais liberais do Iluminismo.

9.7 Filosofia liberal

Em conjunto com as grandes transformações econômicas, políticas e sociais do final do século XVIII e início do século XIX, surgiram teorias que buscavam justificar e regular a ordem capitalista burguesa que se estabelecia. Essas teorias foram denominadas de Filosofia Liberal ou Liberalismo.

Em grande parte, as doutrinas liberais estão fundamentadas no Iluminismo, no pensamento dos teóricos iluministas. Todavia, os filósofos do Liberalismo procuram fazer uma espécie de aplicação das teses da Ilustração às áreas da política e da economia. Assim, acabam provocando o surgimento de um novo ramo da ciência – a **economia política**.

Smith

Pensador escocês, considerado o “pai” ou fundador da teoria econômica clássica, Adam Smith (1723-1790) escreveu uma obra referencial intitulada *A riqueza das nações*.

Nesta obra, ele preconiza o liberalismo econômico, caracterizado pela livre iniciativa, a livre concorrência e a abertura de mercados; tal doutrina pode muito bem ser sintetizada pela famosa fórmula francesa: *“laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même”* (deixai fazer, deixai passar, que o mundo anda por si mesmo). É mister recordar que, na sua época, o Estado absolutista exercia um ferrenho controle e uma constante intervenção na economia, bem como a política

de monopólios fechava mercados, impedindo o livre trânsito de mercadorias e capitais.

Smith também combateu o trabalho escravo, afirmando que a principal fonte de riqueza de um país é o trabalho livre realizado pelo seu povo. No seu tempo, a mão de obra escrava era utilizada em larga escala nas colônias do Novo Mundo e da África, mas também em menor escala nalgumas regiões do continente europeu. As suas ideias foram utilizadas na luta contra o tráfico de escravos e pela abolição da escravidão, durante o século XIX. Por outro lado, serviram mormente como instrumento ideológico para a burguesia capitalista, interessada em explorar ao máximo o trabalho dos operários em troca de baixíssimos salários.

Ainda para ele, a divisão do trabalho passava a ser elemento essencial para o crescimento da produção e do mercado. Sua aplicação eficaz dependia da livre concorrência, que forçaria o empresário a ampliar a produção, buscando novas técnicas, aumentando a qualidade do produto e baixando ao máximo os custos de produção. O conseqüente decréscimo do preço final favoreceria a lei natural da oferta e da procura, viabilizando o sucesso econômico geral.

Segundo Smith, não cabe ao Estado intervir na economia, competindo-lhe somente zelar pela propriedade e pela ordem, já que a harmonização dos interesses individuais ocorreria por uma espécie de “mão invisível”, levando ao bem-estar coletivo.

Mill

Intelectual e escritor inglês, John Stuart Mill (1806-1873) é um dos defensores do liberalismo político ou democracia liberal, em que os cidadãos delegam o seu poder de governar a terceiros, seus representantes, para que eles gerenciem o Estado.

Entre outras obras, ele escreveu *O governo representativo*, onde advoga a ideia do sistema de representação proporcional. Ele ainda sustenta a tese do Poder Legislativo bicameral, isto é, duas câmaras ou casas

legislativas. Na sua concepção, somente assim se poderia evitar a aprovação de uma lei injusta ou que viesse a favorecer uma pequena minoria em detrimento da grande maioria da população.

Para Stuart Mill, o governo representativo deve ter a função de observar e controlar os administradores do Estado, tornando seus atos conhecidos pelo público e conduzindo uma completa exposição e justificação de todos aqueles atos que fossem considerados condenáveis. Se os homens que constituíssem o governo abusassem de seu mandato ou o cumprissem de modo contrário ao deliberado pela nação, eles deveriam ser expulsos do gabinete e seus sucessores deveriam ser, expressa ou virtualmente, nomeados.

De acordo com Mill, a “máquina política” não age por si mesma, ela precisa ser operada por homens. E, para que isto aconteça, a população deve escolher a forma de governo, assim como desejar e ser capaz de manter o sistema em funcionamento, para que possa atingir os objetivos.

Por fim, um detalhe importante na vida de John Stuart Mill. No ano de 1865, ele foi eleito membro do Parlamento da Inglaterra pelo distrito de Westminster. E, em 1867, propôs no Parlamento o voto político extensivo às mulheres, mas infelizmente não teve sucesso em seu intento.

9.8 O Socialismo

A consolidação do capitalismo com a Revolução Industrial provocou a emergência da questão social, em virtude das precárias e desumanas condições de vida da classe operária nascente. Logo surgiram críticos do sistema capitalista, que propunham reformulações sociais e políticas, bem como a construção de um mundo mais justo – os teóricos socialistas, que se dividiram em grupos distintos, a saber, o socialismo utópico e o socialismo científico.

Socialismo Utópico

Os primeiros socialistas a formularem críticas ao progresso industrial e a sociedade burguesa ainda o fizeram impregnados de valores liberais. De forma geral, pode-se considerar o socialismo utópico como uma manifestação de oposição romântica aos novos tempos, produto da decepção em relação aos resultados da “razão” iluminista na Revolução Francesa e do progressismo da Revolução Industrial.

Atacando a grande propriedade, mas tendo, em geral, muita estima pela pequena, esses teóricos acreditavam que pudesse haver um acordo entre as classes. Mormente elaboravam soluções que não chegavam, porém, a constituir uma doutrina, e sim modelos idealizados. Dentre eles, destacam-se Claude de Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen.

Revolucionário francês de 1789 educado por D’Alembert, **Saint-Simon** (1760-1825) teve uma formação racionalista, como a maioria de seus contemporâneos. Abriu mão de seu título aristocrático de conde e propôs a formação de uma sociedade onde não houvesse ociosos (nobreza, clero, magistrados, etc.), nem tampouco a exploração do homem pelo homem.

Filho de comerciantes franceses, **Fourier** (1772-1837) absorveu algumas ideias de Rousseau, sobretudo aquelas contrárias a propriedade privada. Acreditava ser possível reorganizar a sociedade com a criação dos “*falanstérios*”, fazendas coletivistas agroindustriais. Porém, nunca conseguiu empresários interessados em financiar seu projeto, apesar de alegar que os falanstérios superariam a desarmonia capitalista, surgida da divisão do trabalho e do papel anárquico exercido pelo comércio na sociedade.

Administrador de uma fábrica de algodão em Manchester, na Inglaterra, **Owen** (1771-1858) pôde observar de perto as condições desumanas dos trabalhadores e revoltou-se com as perspectivas advindas do progressismo industrial. Apontando a impossibilidade de se formar um ser humano superior no interior de um sistema egoísta e explorador, buscou a criação de uma comunidade ideal, de

igualdade absoluta. Chegou a aplicar suas ideias na Escócia, implantando uma comunidade de alto padrão, em que as pessoas trabalhavam dez horas por dia e tinham um elevado nível de instrução. No fim da vida, dedicou-se intensamente à organização das *trade unions*.

Socialismo Científico

Paralelamente às propostas do socialismo utópico, que procuravam conciliar numa sociedade ideal os princípios liberais e as necessidades emergentes do operariado, surgiu o socialismo científico. Mediante a análise dos mecanismos econômicos e sociais do capitalismo, seus ideólogos propunham compreender a realidade e transformá-la. O socialismo científico constituía, assim, uma proposta revolucionária do proletariado.

Seu maior teórico foi **Karl Marx** (1818-1883), cuja obra mais conhecida, *O capital* (1867), causou uma revolução na economia e nas ciências sociais em geral. Sem dúvida, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Em muitas de suas obras, Marx contou com a colaboração de um grande amigo, **Friedrich Engels** (1820-1895), autor de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Em *Uma contribuição à crítica da Economia Política* (1859), encontra-se o cerne da teoria política de Marx: da dinâmica dos relacionamentos econômicos capitalistas emergem as classes sociais – preeminentemente trabalhadores (proletários) e capitalistas (burgueses) – e com a estrutura de classes surge toda uma teia de interesses conflitantes dentro da qual se realiza a vida política. Nenhuma avaliação do fenômeno político pode alegar exatidão a não ser que se inclua um esclarecimento completo dos interesses econômicos dos participantes.

A teoria política de Marx não é do tipo convencional – uma teoria das exigências humanas ou natureza humana, uma teoria do Estado e cidadania, uma teoria de justiça, lei e direitos. Trata-se, de preferência, de uma teoria da estrutura

na qual as próprias instituições, o comportamento e as ideias políticas surgem; estrutura que, como ele disse, “condiciona” esses fenômenos e à qual se “adaptam”.

Segundo Marx e Engels, no livro *A ideologia alemã*, o Estado é, na realidade, a forma de organização que a burguesia se dá no sentido de garantir seus interesses. Afirmam eles:

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado pouca a pouco pelos proprietários privados por meio dos impostos, termina por ficar completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública (...). Pela emancipação da propriedade privada com relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas tal Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses, tanto em seu interior como externamente (...). O Estado, pois, é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período (2005, p. 98).

Em *Trabalho assalariado e capital* (1849), Marx e Engels asseveram:

A melhor forma de Estado é aquela em que os antagonismos sociais não se encontram esfumados, não são comprimidos pela força, isto é, superficial e artificialmente. A melhor forma de Estado é aquela em que os antagonismos lutam abertamente e encontram sua solução (apud *O pensamento vivo de Marx*, 1985, p. 62).

O socialismo científico – também chamado de **marxismo** – defende a ideia de que toda sociedade é determinada, em última instância, pelas suas condições socioeconômicas, a chamada **infraestrutura**. Adaptadas a ela, as instituições, a política, a ideologia e a cultura como um todo compõem o que Marx chamou de **superestrutura**.

Na análise marxista, o agente transformador da sociedade é a **luta de classes**, o antagonismo entre explorados e exploradores. Resultado da estrutura produtiva, especialmente da existência da propriedade privada, tais classes, ao longo da história, apresentam interesses opostos, o que induz às lutas, às transformações sociais.

Marx considerava inevitável a ação política do operariado, a **Revolução Socialista** contra a ordem capitalista e a sociedade burguesa, a qual inauguraria a construção de uma nova sociedade. Num primeiro momento, seriam instalados o controle do Estado pela ditadura do proletariado e a socialização dos meios de produção, eliminando a propriedade capitalista. Numa etapa posterior, a meta seria o **comunismo**, que representaria o fim de todas as desigualdades sociais e econômicas, inclusive do próprio Estado.

Marx elaborou suas análises com base no **método dialético**, pelo qual o desenvolvimento de contrários – *tese e antítese* – resulta em uma unidade transformada – *síntese*. Este método também é conhecido como *dialética hegeliana*, em razão de haver sido criado pelo filósofo alemão Hegel.

Efetivamente, Karl Marx foi o maior teórico político do capitalismo. A sua dedicação a esse assunto durante quarenta anos foi surpreendente. Ninguém se aproximou – nem remotamente – da realização de Marx: uma teoria geral da sociedade e da transformação social, bem como uma teoria particular da sociedade capitalista.

9.9 O Anarquismo

De origem grega, a palavra anarquismo não significa desordem e sim ausência de domínio político autoritário. Por essa razão, os teóricos anarquistas discutiram a possibilidade de consolidar uma sociedade na qual o homem se afirmaria através de uma ação própria num contexto sociopolítico de liberdade. Eles rejeitavam qualquer autoridade, porque viam nela a fonte exclusiva dos males humanos. Também não admitiam o Estado e sua organização burocrática, considerando-os responsáveis pela consolidação da ordem política, econômica e social da burguesia.

Entre seus precursores destaca-se **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865). Em seu livro, *O que é a propriedade*, vale-se dos pressupostos do socialismo utópico para criticar os

abusos do capitalismo, enfatizando o respeito à pequena propriedade e propondo a criação de cooperativas e de bancos que concedessem empréstimos sem juros aos empreendimentos produtivos, além de crédito gratuito aos trabalhadores. Ao propor a criação de uma sociedade sem classes, sem exploração, uma sociedade de homens livres e iguais, Proudhon defendia também a destruição do Estado, substituindo-o por uma “república de pequenos proprietários”, e inaugurava o anarquismo.

As propostas reformistas de Proudhon inspiraram Leon Tolstói (1828-1910), Peter Kropotkin (1842-1921) e, principalmente, **Mikhail Bakunin** (1814-1876), que se tornou o líder máximo do anarquismo.

O movimento anarquista acredita que o homem deve viver sem Estado, a partir de uma gestão comunitária, ou seja, por meio da cooperação. Em livre associação, os indivíduos seriam capazes de produzir e distribuir a riqueza produzida de acordo com suas necessidades, a partir da base.

De modo geral, os teóricos anarquistas propunham a educação, a rebelião e a revolução como formas de atuar. Em relação à educação, propunham a construção de uma escola livre de vínculos com a sociedade, a fim de desenvolver um homem sem inibições e apto para agir.

O anarquismo e o marxismo coincidem quanto ao objetivo final: atingir o comunismo, estágio em que não mais existiriam divisões de classes, exploração, nem mesmo o Estado. Entretanto, para os marxistas, antes dessa meta faz-se necessária uma fase intermediária socialista em que um Estado revolucionário – **ditadura do proletariado** – aplicaria medidas prolongadas, visando o comunismo. Já para os anarquistas, tendo como alvo erradicar o Estado, as classes, as instituições e as tradições, o comunismo seria instalado imediatamente.

9.10 O Humanismo integral

Surgida no século XX, a teoria do Humanismo Integral teve em Jacques Maritain seu principal autor e divulgador.

Jacques Maritain, literato e filósofo neotomista francês, nasceu em Paris, no ano de 1882. Vinculado na primeira juventude ao socialismo revolucionário, converteu-se ao catolicismo em 1906, com sua esposa Raïssa, influenciado por Léon Bloy, tornando-se, desde então, o expoente máximo do neotomismo no século XX.

Maritain refletiu muito e apaixonadamente sobre a situação da sociedade moderna, sua cultura, seus ideais, sua condição moral, política e religiosa. Como fruto dessas reflexões nasceu a sua célebre teoria do **Humanismo Integral**, que alcançou ressonância máxima no campo da filosofia político-social. O arguto pensador cristão faleceu em Toulouse (França), no ano de 1973, após uma profícua existência e uma fértil produção intelectual.

Na célebre obra *Humanismo integral*, que veio a lume pela primeira vez no ano de 1936, sendo publicada no Brasil pela Companhia Editora Nacional, em 1945, Maritain propõe dar ao termo Humanismo uma significação nova, elucidada pelos pensamentos de Aristóteles e Tomás de Aquino. Aqui é importante trazer a definição maritanista de humanismo, apresentada em seu livro mais famoso:

O humanismo tende essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente humano, e a manifestar sua grandeza original, fazendo-o participar de tudo o que, na natureza e na história (...) o possa enriquecer; suas exigências são exaustivas, levando o homem a desenvolver suas virtualidades intrínsecas, suas forças criativas e a vida da razão, se esforçando também a transformar as forças do mundo físico em instrumentos de sua liberdade (MARITAIN, 1945, p. 298).

Em 1936, quando Maritain publicou seu livro pela primeira vez, o humanismo era socialista ou não era humanismo. Maritain rejeita esse humanismo em voga, ainda que nele reconheça o mérito de propor questões essenciais. Todavia, visto que o aristotelismo e o tomismo afirmam a

primazia do espírito no homem, é necessário regenerar a noção de humanismo, atribuindo o maior quinhão àquilo que, na ordem do humano, ultrapassa ou transcende o humano ou, em todo caso, não se reduz a ele: seu espírito.

O Humanismo deve ter fonte e alcance espirituais, se não quisermos ver o homem afundar no biológico ou no social. Mas também deve desenvolver uma filosofia prática, ou seja, princípios de ação. O Humanismo Integral de Maritain é cristão. Concebe a ação do homem numa perspectiva espiritual, e não materialista, como fazia o socialismo.

O Humanismo Maritainista apresenta quatro conceitos fundamentais: homem como pessoa, lei natural, direitos humanos e bem comum. O primeiro conceito fundamental no Humanismo de Jacques Maritain é este: o ser humano é concebido com uma dignidade humana, ou seja, é uma pessoa humana. O ser humano é pessoa por não ser objeto nem animal, mas ser dotado de racionalidade e vontade, e é pessoa humana porque também é dotado de uma individualidade, isto é, forma um todo completo em si, uma vez que possui valores humanos e um espírito digno de respeito e liberdade. Sobre esse princípio fundamental, explica Maritain:

Ao afirmar que um homem é uma pessoa, queremos significar que ele não é somente uma porção de matéria (...) O homem é um indivíduo que se sustenta e se conduz pela inteligência e pela vontade (...) Não existe apenas uma existência física, há nele uma existência mais rica e mais elevada, que o faz superexistir em conhecimento e amor (MARITAIN, 1967, p. 16).

O ser humano é um todo em si, mas é um todo aberto, que precisa viver em sociedade, pelas próprias necessidades naturais, pois, segundo afirma Maritain, *“o valor da pessoa, sua liberdade, seus direitos, pertencem à ordem das coisas naturalmente sagradas”* (IDEM, ibidem, p. 17).

Pressupondo, destarte, que os seres humanos possuem uma natureza comum, é consequente a ideia de que há uma lei natural a indicar os propósitos à ação dos seres humanos, o que é o segundo conceito fundamental do Humanismo Maritainista. Esse direito natural implica direito à vida, à saúde, ao trabalho digno, à educação, à não exploração,

dentre outros. É referente a uma ordem superior das coisas, que até mesmo antecede qualquer formação social. São os preceitos da natureza humana que, se forem seguidos, fazem a sociedade ter uma vida pacífica, com amizade e fraternidade entre seus membros. Nesse sentido, Maritain assevera:

Há, em virtude mesmo da natureza humana, uma ordem ou disposição que a razão humana pode descobrir, e segundo a qual a vontade humana deve agir a fim de se pôr de acordo com os fins necessários do ser humano. A lei não escrita ou o direito natural não é outra coisa (IDEM, *ibidem*, p. 59).

O direito natural, além de princípio formador de qualquer lei que exista, uma vez que é constituído pelos “princípios fundamentais” de que se serve o direito positivo, também é a base dos direitos humanos, terceiro conceito fundamental. A força dos direitos humanos reside no seu fundamento, que é a igual dignidade de todos os seres humanos, desde sua concepção até sua morte natural. E o Humanismo é, em última análise, o respeito aos direitos do ser humano. Tudo derivando da ordem superior que é o direito natural.

Os direitos humanos se referem à interpretação que as leis humanas tentam fazer da lei natural. É preciso, pois, que a sociedade, ao promover as leis que regularão as relações entre as pessoas, atente para que elas não estejam em desacordo com o direito natural.

E, por fim, o quarto conceito humanista aqui abordado é o de bem comum. Por bem comum entende-se a própria vida feliz em comunidade. Em termos humanistas, pode-se afirmar que o bem comum é o próprio objetivo de uma sociedade orientada para os princípios humanos, é o resultado prático da aplicação dos direitos naturais. O bem comum implica respeito aos seres humanos. No Humanismo Cristão de Maritain somente o ser humano tem dignidade, porque é filho de Deus, e por isso cada indivíduo tem de ser respeitado por todos os outros, seus iguais.

Cabe ao Estado o fomento do bem comum e da ordem pública. Nunca, porém, o Estado pode ficar superior ao ser humano. O Estado é uma criação humana, ele não tem

dignidade própria, é apenas um instrumento do ser humano, que tenta possibilitar que este atinja seu fim como pessoa humana, através do bem comum. Maritain esclarece bem este ponto:

O homem supera a comunidade política segundo as coisas que, nele e dele, originárias que são da orientação da própria personalidade para o absoluto, dependem, quanto à sua própria essência, de algo mais alto que a comunidade política, e dizem respeito à contemplação – supranatural – da pessoa como pessoa (IDEM, *ibidem*, p. 27).

Logo, a finalidade do ser humano não é satisfazer as necessidades do Estado, mas ao contrário. Como foi dito, é o Estado que existe para satisfazer as necessidades coletivas humanas. O fim da pessoa humana, ao menos durante a vida terrena, é utilizar sua liberdade, respeitando os outros, e desenvolver, assim, cada vez mais, seu espírito.

9.11 O Neoliberalismo

O neoliberalismo é uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social (tipo as sociais-democracias). Surgiu na Europa e América do Norte, logo após a Segunda Guerra. Seu principal ideólogo é o austríaco Friedrich Hayek, com a obra *O caminho da servidão*, escrita em 1944. Hayek foi seguido em suas teorias pelos norte-americanos Milton Friedman e Robert Lucas.

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. Todavia, as doutrinas neoliberais sobre os perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado não lograram êxito de imediato, pois, durante as décadas de 1950 e 1960, o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro – apresentando o crescimento mais rápido da História.

Somente nos anos 70 do século XX as coisas começaram a mudar. Em 1973, o modelo econômico do pós-guerra enfrentou uma grande crise e todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno, pois, segundo os seus defensores, a raiz da crise não foi outra senão o poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que corroe as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

O tratamento apresentado pelos “terapeutas” neoliberais foi claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A meta suprema de qualquer governo deveria ser a estabilidade monetária. Para tanto seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar social, além da restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um “exército” de reserva de trabalhadores, para quebrar a força dos sindicatos.

Ademais, reformas fiscais seriam imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Noutros termos, isso significa reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e “saudável” desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas.

É claro que a implantação desse programa não se realizou do dia para a noite. Só ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Foi eleito, na Inglaterra, o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em aplicar o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Helmut Kohl derrotou o regime social liberal de Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar social escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schbitten. Em seguida, quase todos os

países do Norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita.

De acordo com os teóricos capitalistas, o neoliberalismo tende a levar a sociedade humana à globalização. Nas últimas décadas do século XX, os Estados começaram a abandonar, gradativamente, as barreiras tarifárias que protegiam sua produção da concorrência estrangeira e se abriram ao fluxo internacional de mercadorias e capitais. Essa unificação foi facilitada pela revolução nas tecnologias da informação. O volume das trocas mundiais aumentou 12 vezes desde a última guerra mundial, estimulado pela queda de barreiras. Esse aumento se deve à maior abertura dos países ao capital estrangeiro, à sofisticação do mercado financeiro e à fantástica velocidade das transações, possibilitada pelas inovações nas telecomunicações e na informática.

A migração quase instantânea do dinheiro fortalece o “capital volátil”. Ele é assim chamado porque, ao primeiro sinal de instabilidade econômica ou política no país, é resgatado pelo investidor estrangeiro, provocando uma crise – que pode alastrar-se para outras nações em “efeito dominó” por causa da enorme integração das economias mundiais. Essa acentuada flexibilidade econômica provocada pela globalização fez com que os estudiosos definissem a fase atual do capitalismo como sendo de “acumulação flexível”.

Contudo, sob o ponto de vista social, a outra ponta do processo de globalização faz com que a flexibilidade apresente duas consequências marcantes. Primeiramente, pressões mais fortes dos empregadores sobre a força de trabalho, enfraquecida pelo aumento do desemprego nos países avançados do capitalismo. É o chamado “desemprego estrutural”, que ameaça também as economias emergentes. A segunda consequência é a reestruturação da classe operária em dois blocos distintos: um núcleo de trabalhadores estáveis e qualificados e uma mão de obra periférica, flutuante, de qualificações menores e mais limitadas, submetida ao acaso da conjuntura.

9.12 Algumas considerações e reflexões

Depois de tudo o que foi aqui abordado a respeito de filosofia política e social, algumas considerações são cabíveis, neste espaço conclusivo. Afinal, todas as teorias aqui apresentadas acerca da temática em tela são por demais instigantes e provocam um incomum senso crítico, que leva, inevitavelmente, ao desenvolvimento da consciência cidadã e participativa. Por isso, as considerações e reflexões a seguir podem ser, extremamente, úteis e necessárias para a formação de uma nova visão, uma nova mentalidade e uma nova postura referentes ao assunto em foco.

Inicialmente, faz-se mister uma séria reflexão sobre a etimologia (origem) de dois termos sumamente importantes e largamente utilizados na atualidade, a saber, democracia e república.

A palavra **democracia** é de origem grega (δημοκρατία) e significa, literalmente, governo do povo, ou seja, o poder de governar, gerir, administrar está nas mãos da população como um todo. Já o termo **república** é de origem latina e o seu sentido quer expressar *a coisa pública, aquilo que é do povo*. O vocábulo se forma pela junção de duas palavras em latim: *res, rei* (=coisa) + *publicus, publici* (=público, popular, aquilo que é do povo).

Ora, a partir do sentido original das palavras democracia e república pode-se repensar ou rever a atual práxis política nos regimes ditos democráticos e/ou republicanos. Um governo onde o poder de gerir está, genuinamente, com o povo, ou um regime em que o Estado é considerado, verdadeiramente, coisa pública pressupõe um alto nível de consciência política da população, bem como um elevado grau de cidadania e participação popular.

Isso equivale a dizer que, em regimes democráticos e/ou republicanos, política é exercício de cidadania plena tendo em vista o bem comum. Noutros termos, todo cidadão é político, enquanto partícipe da sociedade civil organizada e membro construtor dos destinos do Estado. Desse modo, todos os cidadãos em conjunto, agindo coletivamente, são

responsáveis pelo bem-estar social e têm o direito e o dever cívico/social de trabalhar na gestão da coisa pública.

Com isso, fica claro, que a política **não deve ser compreendida como uma profissão específica**, que conta com profissionais especializados na área – **os políticos** -, os quais são os únicos capazes de conduzir o Estado. Não, absolutamente não. A política deve ser entendida, antes de tudo, como a promoção do bem geral, que é responsabilidade de todos os cidadãos. Necessário se faz acabar com a ideia – bem pouco democrática e republicana – de que política é coisa de político. Na realidade, todo cidadão é político e responsável pela gestão da coisa pública.

Assim, um dos primeiros passos para a legítima democratização e/ou republicanização do regime deve ser a **desprofissionalização da política**. Urge a implementação de mecanismos para desprofissionalizar a atividade política, purgando-a de erros e vícios seculares. Somente dessa maneira, desapareceria a figura do **profissional da política** (ou político profissional), que se instala no poder em caráter quase vitalício, nele permanecendo por longos anos e deixando-o como herança “dinástica” a filhos e netos. E isso porque se trata de “*coisa pública*”. Ou seria “*coisa nostra*”? Este é outro erro crasso em política: confundir o ente público com o patrimônio privado.

Para desprofissionalizar a atividade política, um dos mecanismos a ser implementado é a **não remuneração**, pondo um fim aos altíssimos salários pagos aos “profissionais da política”, que acabam gerando espécies de classes (ou castas) privilegiadas, vistas pela população como verdadeiras “parasitas” ou “sanguessugas” do dinheiro público. A atividade política deve ser compreendida como uma prestação de serviço à comunidade, à pátria, e, nesse sentido, não precisa ser remunerada ou paga. **Aquele que presta serviços com vistas ao bem comum não deve receber salário por isso**, porquanto está realizando uma obrigação cívica, um dever de cidadania, um bem à sociedade.

Outra medida que se deve implementar, tendo em vista a desprofissionalização da atividade política, é a diminuição do tempo do mandato. Aquele que está prestando

serviço na gestão da coisa pública ou legislando para o Estado não deve permanecer por muito tempo no poder. Tampouco deve reeleger-se indefinidamente para continuar novos mandatos. Pelo contrário, o exercício de cargo público através de delegação por voto **não deve exceder a dois anos de mandato, sem direito a recondução imediata** (reeleição). Dessa forma, põe-se em prática o princípio da alternância de poder, limitando-se – ou até mesmo excluindo-se totalmente – certos vícios e distorções antidemocráticos.

Finalmente, um terceiro elemento fundamental no processo de desprofissionalização da política é a intensificação da participação ativa e efetiva dos cidadãos todos no exercício político. Para tanto, medidas legais devem ser adotadas no sentido de levar a população a assumir a sua responsabilidade cívico-social, exercendo funções públicas por delegação de poder através do voto. Desse modo, todo cidadão e cidadã de maior idade teria o compromisso político para com o Estado de exercer, durante um ou dois anos, um cargo público, como vereador, prefeito, governador, deputado, senador, presidente, secretário (municipal ou estadual), ministro de Estado, enfim, como gestor ou legislador da coisa pública, passando pela experiência do exercício da cidadania plena e prestando relevantes serviços ao bem comum, ao bem-estar geral de toda a sociedade.

Portanto, com base nessas reflexões, pode-se concluir que, nos regimes democráticos e/ou republicanos, faz-se necessário um urgente processo de desprofissionalização da atividade política, a fim de que o poder seja, efetivamente, exercido por todos os cidadãos, como prestação de serviços à pátria, à comunidade, e o Estado seja, realmente, coisa pública. Destarte, para a incrementação desse processo, mister se faz a extinção da prática de pagamento de salário a quem exerce cargo público nos poderes executivo e legislativo, bem como a redução do tempo de mandato político para, no máximo, dois anos. Só assim a política deixará de ser encarada como profissão desempenhada por uma “classe” específica de profissionais – os políticos – e passará a ser entendida como uma forma de serviço que todo cidadão deve prestar à sua comunidade, um tipo de exercício de cidadania plena, cujo objetivo maior é o bem comum.

Referências

AGOSTINHO. *A cidade de Deus (2 volumes)*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora UNB, 1985.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FRANCA, Pe. Leonel. *Noções de história da filosofia*. 22. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. In: Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

_____. *Os direitos do homem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. In: **O pensamento vivo de Marx**. São Paulo: Martin Claret, 1985.

MORUS, Thomas. *Utopia*. In: Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PLATÃO. *A república*. In: Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

REDHEAD, Brian (org.). *O pensamento político de Platão à OTAN*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Capítulo 10

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA

10.1 Definição

A História da Filosofia é a exposição crítica e metódica dos principais sistemas e das mais importantes escolas filosóficas. Crítica, porque realiza um juízo, uma reflexão, acerca do pensamento humano. Metódica, porque segue métodos rigorosos na sua investigação (como o método cronológico, método racional). Ela é importante, pois facilita a compreensão das diferentes doutrinas; prepara o caminho à refutação do erro; previne a inteligência contra os desvios possíveis na investigação da verdade; enfim, fortalece a convicção na certeza das verdades fundamentais da Filosofia.

10.2 Divisão

Pode-se dividir naturalmente toda a história do pensamento em 5 (cinco) grandes fases.

a) **Filosofia Oriental** - é a parte da História da Filosofia que estuda as manifestações filosóficas no Extremo Oriente Antigo.

Focos de Irradiação

Os primeiros vestígios da Filosofia apareceram na Ásia. As primitivas tradições religiosas, fixadas com o tempo em livros sagrados, excitaram nas inteligências a dúvida e, com a dúvida, a especulação racional.

Dos grandes impérios asiáticos os que mais se avantajaram na cultura literária e religiosa e os que maior

cópia de documentos nos legaram de sua atividade intelectual foram a Índia e a China, que, por isso, tornaram-se os dois grandes focos de irradiação da Filosofia Oriental.

Características

A Filosofia Oriental como um todo apresenta 3 (três) características marcantes:

a) Meditação Transcendental - é o grande meio de libertação da dor e das paixões. Através dela, entra-se em plena harmonia com o cosmos, com a energia cósmica que rege o universo inteiro, denominada *Atman* (= *alma do mundo*). Assim, pela meditação, supera-se o desejo e aniquila-se a existência, atingindo-se o “*nirvana*”, estado final de extinção completa do ser, única felicidade a que deve aspirar o homem. *Nirvana* é a absorção da própria individualidade na existência divina, a imersão do “eu” no *Braman*, no *Atman*, como favila, que volve ao fogo universal.

b) Panteísmo - é a doutrina segundo a qual a essência divina se encontra em todas as coisas. Tudo contém a essência da divindade, confunde-se Deus com o mundo.

De acordo com o pensamento oriental a divindade, o ente supremo, é a realidade única, indivisível, incriada, eterna. Dela, como de alma universal do mundo, nascem as almas individuais de todas as coisas, centelhas do fogo divino. Assim, tudo o que não é divino não existe.

c) Harmonia Psicossomática - é a perfeita integração entre corpo e alma. A vida psíquica (mente, alma) deve harmonizar-se plenamente com a vida somática (corpo), a fim de que a pessoa como um todo atinja a felicidade e a libertação (*nirvana*) seja completa.

Correntes, representantes e obras

As principais correntes da Filosofia Oriental são: Bramanismo, Budismo, Taoísmo e Confucionismo.

A palavra Bramanismo deriva-se do termo *Braman*, expressão com a qual se designava a divindade. Esta corrente

encontra sua máxima expressão literária nos Livros Sagrados dos *Vedas*. Um dos mais conhecidos sistemas Bramanistas é a *Yoga*.

O Budismo deriva-se de Buda, palavra que significa “o iluminado”. Esse título foi atribuído ao príncipe indiano Sidarta Gautama, que, aos 29 anos, renunciou ao luxo, às comodidades e aos prazeres da corte para consagrar-se, no retiro de um deserto, à meditação e ao estudo. Os livros canônicos do Budismo foram reunidos sob o título “*Tripitaka*”. São também doutrinas fundamentais do Budismo a abolição de castas e a metempsicose (transmigração das almas).

O Taoísmo deriva o seu nome da obra *Tao-te-King* (razão primordial) do pensador chinês Lao-Tsé. Essa corrente estabelece uma Razão Suprema como norma absoluta de toda atividade moral, bem como combate os desmandos e a corrupção da sociedade de seu tempo.

Finalmente, o Confucionismo, que é uma corrente cujas doutrinas são verdadeiras máximas morais acerca das relações sociais e familiares. Ensina o desprezo pelas riquezas e pelas honrarias. Prega também o amor ao próximo e a piedade filial. As obras onde estão contidas as teorias confucionistas são: *Y-King*, *Ta-hioe* e *Tchoung-young*. O maior representante dessa corrente é o filósofo chinês Kong-Fu-Tsé, denominado de Confúcio, daí o nome Confucionismo.

b) Filosofia Grega - é o estudo a respeito da Filosofia na Grécia Antiga.

Filosofia Pré-Socrática

Pré-socráticos são os filósofos anteriores a *Sócrates*, que viveram na Grécia por volta do século VI A.C., considerados os criadores da filosofia ocidental. Essa fase, que corresponde à época de formação da civilização helênica, caracteriza-se pela preocupação com a natureza e o cosmos. Ela inaugura uma nova mentalidade, baseada na razão, e não mais no sobrenatural e na tradição mítica. As escolas jônica (ou escola

de Mileto), eleática, atomista e pitagórica são as principais do período.

Os físicos da Jônia, como Tales de Mileto (624a.C.-545a.C.), Anaximandro (610a.C.-547a.C.), Anaxímenes (585a.C.-525a.C.) e Heráclito (540a.C.-480a.C.), procuram explicar o mundo pelo desenvolvimento de uma natureza comum a todas as coisas e em eterno movimento. Heráclito, considerado o mais remoto precursor da *dialética*, afirma a estrutura contraditória e dinâmica do real. Para ele, tudo está em constante modificação. Daí sua frase: “*não nos banhamos duas vezes no mesmo rio*”; já que nem o rio e nem quem nele se banha é o mesmo em dois momentos diferentes da existência.

Os pensadores de Eléia, como Parmênides (515a.C.-440a.C.) e Zenão (504 A.C. - ?), ao contrário de Heráclito, dizem que o ser é unidade e imobilidade e que a mutação não passa de uma aparência. Para Parmênides, o ser é ainda completo, eterno e perfeito.

Os atomistas, como Leucipo e Demócrito (460a.C.-370a.C.), sustentam que o universo é constituído de átomos eternos, indivisíveis e infinitos, reunidos aleatoriamente.

Pitágoras (580a.C.-500a.C.) afirma que a verdadeira substância original é a alma imortal, que preexiste ao corpo e no qual se encarna como em uma prisão, como castigo pelas culpas da existência anterior. O pitagorismo representa a primeira tentativa de apreender o conteúdo inteligível das coisas, a essência, prenúncio do mundo das ideias de Platão.

Filosofia Clássica

De 470a.C a 320a.C., a Filosofia da Grécia Antiga teve nos sofistas, em Sócrates, Platão e Aristóteles seus principais expoentes. Eles se distinguem pela preocupação metafísica, ou procura do ser, e pelo interesse político em criar a cidade harmoniosa e justa, que tornasse possível a formação do homem e da vida de acordo com a sabedoria. Esse período corresponde ao apogeu da democracia e é marcado pela hegemonia política de Atenas.

Os sofistas, filósofos contemporâneos de Sócrates, como Protágoras de Abdera (485a.C.-410a.C.) e Górgias de Leontinos (485a.C.-380a.C.), acumulam conhecimento enciclopédico e são educadores pagos pelos alunos. Pretendem substituir a educação tradicional, destinada a formar guerreiros e atletas, por uma nova pedagogia, preocupada em formar o cidadão da nova democracia ateniense. Com eles, a arte da retórica – falar bem e de maneira convincente a respeito de qualquer assunto – alcança grande desenvolvimento.

Conhecido somente pelo testemunho de Platão, já que não deixou documento escrito, Sócrates (470a.C.-399a.C.) desloca a reflexão filosófica da natureza para o homem e define, pela primeira vez, o universal como objeto da Ciência. Dedicar-se à procura metódica da verdade identificada como o bem moral. Seu método se divide em duas partes. Pela ironia (*eironéia*, do grego: perguntar), ele força seu interlocutor a reconhecer que ignora o que pensava saber. Descoberta a ignorância, Sócrates tenta extrair do interlocutor a verdade contida em sua consciência (método denominado *maieutica*, do grego: parto).

Discípulo de Sócrates, Platão (427a.C.-347a.C.?) afirma que as ideias são o próprio objeto do conhecimento intelectual, a realidade metafísica. Para melhor expor sua teoria, utiliza-se de uma alegoria, o mito da caverna, no qual a caverna simboliza o mundo sensível, a prisão, os juízos de valor, onde só se percebem as sombras das coisas. O exterior é o mundo das ideias, do conhecimento racional ou científico. Feito de corpo e alma, o homem pertenceria simultaneamente a esses dois mundos. A tarefa da Filosofia seria a de libertar o homem da caverna, do mundo das aparências, para o mundo real, das essências. Platão é considerado o iniciador do *idealismo*.

Aluno de Platão, Aristóteles (384a.C.-322a.C.) aperfeiçoa e sistematiza as descobertas de Platão e Sócrates. Desenvolve a lógica dedutiva clássica (formal), que postula o encadeamento das proposições e das ligações dos conceitos mais gerais para os menos gerais. A lógica, segundo ele, é um instrumento para atingir o conhecimento científico, ou seja,

aquilo que é metódico e sistemático. Ao contrário de Platão, afirma que a ideia não possui uma existência separada – ela só existe nos seres reais e concretos. Desta forma, inaugura o *realismo*.

Filosofia Pós-socrática

De 320a.C. até o início da Era Cristã, as correntes filosóficas do ceticismo, cinismo, epicurismo e estoicismo traduzem a decadência política e militar da Grécia.

Primeira grande corrente filosófica após o aristotelismo, o ceticismo, que tem em Pirro (365a.C.-275a.C.) seu principal representante, afirma que as limitações do espírito humano nada permitem conhecer seguramente. Assim, conclui pela suspensão do julgamento e permanência da dúvida. Ao recusar toda afirmação dogmática, prega que o ideal do sábio é o total despojamento, o perfeito equilíbrio da alma, que nada pode perturbar.

Os cínicos, como Diógenes (413a.C.-323a.C.) e Antístenes (444a.C.-365a.C.), desprezam as convenções sociais para levar uma vida natural primitiva. Afirmam que só a virtude, por libertar o homem do desejo de possuir bens materiais, pode purificá-lo.

Epicuro (341a.C.-270a.C.) e seus seguidores, os epicuristas, viam no prazer, obtido pela prática da virtude, o bem. O prazer consiste no não sofrimento do corpo e na não perturbação da alma.

Os estóicos, como Sêneca (4a.C.-65d.C.) e Marco Aurélio (121-180), que se opõem ao epicurismo, pregam que o homem deve permanecer indiferente a circunstâncias exteriores, como dor, prazer e emoções. Procuram submeter sua conduta à razão, mesmo que isso traga dor e sofrimento, e não prazer.

No século III da Era Cristã, Plotino (205-270) pensa o platonismo na perspectiva histórica do Império Romano. As doutrinas neoplatônicas têm grande influência sobre os pensadores cristãos.

c) Filosofia Patrística - é um estudo sobre as primeiras especulações filosóficas cristãs, realizadas pelos fundadores (ou pais) da filosofia cristã, chamados de Santos Padres - daí o termo Patrística (do latim "*patris*" = pai).

Conceituação

A Patrística é a Filosofia dos Santos Padres da Igreja. Entende-se por Santos Padres os "pais" ou fundadores da Filosofia Cristã. O termo Patrística é derivado do vocábulo latino "*patris*", que significa pai. Ela se desenvolveu no período compreendido entre os séculos II e VIII da Era Cristã.

Os Padres não tratam fundamentalmente de questões filosóficas. São expositores do dogma revelado, apologetas, que recorrem à Filosofia todas as vezes que esta lhes pode ministrar esclarecimento ou confirmação da doutrina cristã. No entanto, esses primeiros pensadores cristãos constituíram um conjunto complexo e sistemático de doutrinas, que serviu de base à Escolástica e aos filósofos posteriores.

Características Gerais e Doutrinas

Desenvolvendo-se num ambiente saturado de cultura helênica, a Filosofia Patrística havia naturalmente de vazar os seus pensamentos nos moldes clássicos dos mais ilustres filósofos gregos. Dentre estes, sobretudo Platão atrai as simpatias gerais. As razões dessa preferência deixam-se facilmente perceber. Por este tempo, Platão era o mais estudado e seguido dos grandes pensadores gregos.

Além disso, no fundador da Academia encontram-se muitos ensinamentos morais e teológicos que, à primeira vista, mais facilmente se harmonizam com os preceitos evangélicos. Por esta razão, Platão entra com tão larga contribuição nos trabalhos filosóficos dos primeiros escritores cristãos, que se poderia chamar "platônica" a sua filosofia.

As questões tratadas pela Filosofia Patrística são, principalmente, de natureza moral, teológica, psicológica e cosmológica. As questões morais são tratadas em toda a

amplidão. O fim do homem, a felicidade, e os meios de alcançá-la, as virtudes, são objeto de largos estudos.

Entre as questões de ordem especulativa, cabe a primazia às teológicas, seguidas das psicológicas e das cosmológicas. As teses preferencialmente desenvolvidas são: existência, natureza e atributos de Deus, transcendência divina, natureza e faculdades da alma humana, espiritualidade, imortalidade e liberdade da alma humana, origem do conhecimento, criação do universo e Providência Divina no governo das criaturas.

Principais Representantes

Entre os gregos destacam-se: Aristides, Justino, Taciano, Atenágoras, Teófilo de Antioquia, Irineu, Hipólito, Atanásio, Gregório de Nazianzo, Basílio e Gregório de Nissa.

Na Escola de Alexandria: Panteno, Clemente e Orígenes.

Entre os latinos: Minúcio Félix, Tertuliano, Arnóbio, Lactâncio, Hilário de Poitiers, Ambrósio e, sobretudo, Agostinho.

Agostinho de Hipona

Sem dúvida, o vulto de maior envergadura da Filosofia Patrística foi Agostinho. Nasceu em Tagaste, na Numídia, no ano 354. Quando contava 33 anos, converteu-se ao Cristianismo, ouvindo os sermões de Ambrósio, bispo de Milão. Em 395, foi eleito bispo de Hipona, no Norte da África. Morreu em 430.

Suas obras principais são: *Confissões*, *Contra os Acadêmicos*, *Sobre a Imortalidade da Alma*, *Sobre o Livre-arbítrio*, *Sobre a Trindade* e *A Cidade de Deus*.

Deus e a alma humana são o centro das especulações de Agostinho. Ele é principalmente teólogo e psicólogo.

Segundo o bispo de Hipona, Deus é infinito, eterno e inefável, não podendo a inteligência humana compreendê-Lo. Na mente divina existem as razões eternas, as ideias imutáveis de todas as realidades contingentes.

Defende com vigor a substancialidade, espiritualidade e imortalidade da alma humana. Mostra-se, porém, um pouco hesitante ao tratar da união entre a alma e o corpo. A alma é dotada de múltiplas faculdades, sendo que a primeira e mais importante é a vontade. Contra o Ceticismo defende a existência da certeza. Propõe a teoria do *iluminismo agostiniano* para explicar o progresso do conhecimento.

Cria a Filosofia da História. Na sua obra imortal, *A cidade de Deus*, mostra o desenvolvimento do plano divino no progresso que preside a história da humanidade. Para execução desse plano concorrem livremente bons e maus como instrumentos nas mãos da Providência Divina.

d) Filosofia Medieval - estuda as manifestações filosóficas na Idade Média. É também conhecida como **escolástica**, termo derivado de escola.

A Escolástica

Ensino filosófico que foi dado na Europa do século X ao século XVI e que consistia em religar os dogmas cristãos e a Revelação à filosofia tradicional, num formalismo completo, no plano do discurso. Esse ensino era fundado nos conceitos gramaticais, lógicos, silogísticos e ontológicos provindos de Aristóteles.

Anselmo

Abade beneditino (Aosta, 1033 – Cantuária, 1109) de Santa Maria do Bec, na Normandia (1078), tornou-se arcebispo de Cantuária em 1093; foi exilado algum tempo. Sua teologia afirma que o conhecimento, embora necessário à crença, não

constitui nem o ponto de partida nem o ponto de chegada da fé, pois esta é sinônimo de amor e de contemplação de Deus.

Santo Anselmo deve grande parte de sua reputação a uma prova da existência de Deus que ele supôs ter encontrado, e que expôs da seguinte forma: temos em nós a ideia de um ser perfeito; ora, a perfeição absoluta implica a existência; logo, o ser perfeito existe. Essa argumentação é também chamada de prova ontológica.

Abelardo

Teólogo e filósofo francês (Le Pallet, 1079 - prelazia de Saint-Marcel, 1142), aluno de Anselmo, foi a Paris, amou Heloísa, sobrinha do Cônego Fulbert, mas este mandou castrá-lo. A correspondência dos dois amantes é uma das mais belas obras da Idade Média.

Abelardo distingue, na *Dialética*, as palavras dos conceitos universais e vê na sua articulação o fundamento do significado da linguagem. Sua obra teológica provocou polêmicas.

Alberto Magno

Teólogo e filósofo alemão (Lauingen, Suábia, 1200 – Colônia, 1280). Admitido na Ordem dos Dominicanos, ensinou na Alemanha e em Paris. Profundamente influenciado pelo pensamento de Aristóteles (cuja obra, nesse meio tempo, foi proibida pela Igreja) e convencido de que “somente a experiência leva à certeza”, estudou as ciências naturais. Considerava que existem ao mesmo tempo uma natureza e uma sobrenatureza cujos respectivos conhecimentos não se contradizem.

A teologia por ele elaborada procede de uma visão platônica do universo que ele sobrepõe à filosofia de Aristóteles. Dessa forma, Alberto Magno alimentou numerosas controvérsias e abriu caminho a vários discípulos, dos quais o mais célebre foi Tomás de Aquino.

Tomás de Aquino

Filósofo e teólogo italiano (Castelo de Roccasecca, nos arredores de Aquino, no Norte do Reino de Nápoles, 1225 - Abadia de Fossanova, 1274). Chamado de *Doctor Angelicus* em razão da santidade de sua vida, Tomás ingressou na Ordem dos Dominicanos em 1240 ou 1243. Estudou, depois, em Nápoles, Paris e Colônia, tendo sido aluno de Santo Alberto Magno. Mais tarde, mestre em Teologia, ensinou na Universidade de Paris, no *Studium* da Cúria Romana (1256-1259), novamente em Paris (1269) e, por fim, em Nápoles. Morreu em viagem, a caminho do Concílio de Lyon, do qual iria participar.

O pensamento de Santo Tomás caracteriza-se, sobretudo, por conciliar a filosofia de Aristóteles com o Cristianismo, tendo também recebido alguma influência de Platão, de filósofos árabes, judeus e de Santo Agostinho. Há, no entanto, ante este último e Santo Tomás, uma diferença básica: em Santo Agostinho predomina a “ordem do coração”; em Santo Tomás, a “ordem da razão”.

Com seu realismo metafísico, Santo Tomás recuperou o prestígio do pensamento aristotélico; estabeleceu a diferença entre filosofia e teologia, mas conciliou a fé e a razão. Segundo Santo Tomás, não pode haver incompatibilidade entre esses dois domínios. A razão deve operar livremente, sem temer encontrar algo contrário à fé. Mas poderá deparar-se com verdades inacessíveis. Por isso mesmo, segundo o filósofo, as verdades estritamente filosóficas não são contrárias à fé e tampouco são indiferentes a ela.

Santo Tomás imprimiu rigorosa unidade em sua filosofia, tratando isoladamente as diferentes questões, mas unindo-as em sólida síntese: em todos os domínios (ético, jurídico, político, social), as doutrinas tomistas são consequência de seu pensamento metafísico e teológico, onde cada ordem de realidade ocupa determinado lugar numa hierarquia que tem Deus como primeiro princípio e fim último.

Santo Tomás foi canonizado, em 1323, e proclamado doutor da Igreja, em 1567. Posteriormente, o papa Leão XIII faria de sua filosofia o pensamento oficial da Igreja Católica. Na

enorme obra que deixou destacam-se: *De ente et essentia*, *Summa contra gentiles* e *Summa theologica*.

e) Filosofia Moderna - estuda a Filosofia nas épocas Moderna e Contemporânea, desde a Renascença, no século XV, até as atuais correntes de pensamento.

Os primórdios

A desintegração das estruturas feudais, as primeiras grandes descobertas da Ciência – como o heliocentrismo de Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, a lei das órbitas planetárias de Kepler – e a ascensão da burguesia assinalam a crise do pensamento medieval e a emergência do Renascimento. Em contraste com a filosofia medieval, religiosa e submissa à autoridade da Igreja, a filosofia moderna sofre um processo de laicização crescente. Representada por leigos que procuram pensar de acordo com as leis da razão e do conhecimento científico, caracteriza-se pelo antropocentrismo – atitude que consiste em considerar o homem como centro do universo – e pelo humanismo.

O único método aceitável de investigação filosófica é o que recorre à razão. René Descartes (1596-1650), criador do cartesianismo, é considerado o fundador da filosofia moderna. Ele inaugura o racionalismo, doutrina que privilegia a razão, considerada fundamento de todo o conhecimento possível. Dentro dessa corrente destacam-se também Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716).

Ao contrário dos antigos pensadores que partiam da certeza, Descartes parte da dúvida metódica, que põe em questão todas as supostas certezas. Ocorre a descoberta da subjetividade, ou seja, o conhecimento do mundo não se faz sem o sujeito que conhece. O foco é deslocado do objeto para o sujeito, da realidade para a razão. O percurso da dúvida cartesiana descobre o ser pensante (“Penso, logo existo”).

Além do racionalismo, as duas principais correntes da filosofia moderna são o empirismo e o idealismo, movimentos que têm relação com a ascensão econômica e social da burguesia e com a Revolução Industrial.

No século XVII, o inglês Francis Bacon (1561-1626) critica o método dedutivo da tradição escolástica, que parte de princípios considerados como verdadeiros e indiscutíveis, e esboça as bases do método experimental, o empirismo, que considera o conhecimento como resultado da experiência sensível. Na mesma linha, estão os pensamentos de Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). O empirismo pode ser considerado precursor do positivismo.

Século XVIII

O racionalismo cartesiano e o empirismo inglês preparam o surgimento do iluminismo, no século XVIII, caracterizado pela defesa da Ciência e da racionalidade crítica, contra a fé, a superstição e o dogma religioso. Contemporâneo da Revolução Industrial, representa os interesses da burguesia intelectual da época e influencia a Revolução Francesa.

Os principais nomes do movimento são Voltaire (1694-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Immanuel Kant (1724-1804) deseja fazer a síntese do racionalismo e do empirismo, a partir de uma análise crítica da razão. Supera esses dois movimentos ao afirmar que o conhecimento só existe a partir dos conceitos de matéria e forma: a matéria vem da experiência sensível e a forma é dada pelo sujeito que conhece.

O idealismo, a terceira grande corrente da filosofia moderna, consiste na interpretação da realidade exterior e material a partir do mundo interior, subjetivo e espiritual. Isso implica na redução do objeto do conhecimento ao sujeito conhecedor. Ou seja, o que se conhece sobre o homem e o mundo é produto de ideias, representações e conceitos elaborados pela consciência humana.

Um dos principais expoentes do idealismo é Friedrich Hegel (1770-1831). Para explicar a realidade em constante processo, Hegel estabelece uma nova lógica, a dialética. Defende que todas as coisas e ideias morrem. Essa força destruidora é também a força motriz do processo histórico.

Século XIX

O positivismo de Auguste Comte (1798-1857) considera apenas o fato positivo (aquele que pode ser medido e controlado pela experiência) como adequado para o estudo. É uma reação contra o idealismo e as teorias metafísicas do pensamento alemão. O método é retomado no século XX, no neopositivismo, cujo principal representante é Ludwig Wittgenstein (1889-1951).

Ainda no século XIX, Karl Marx (1818-1883) utiliza o método dialético e o adapta à sua teoria, o materialismo histórico, que considera o modo de produção da vida material como condicionante da História. O marxismo critica a filosofia hegeliana (“não é a consciência dos homens que determina o ser social, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”) e propõe não só pensar o mundo, mas transformá-lo. Assim, formula os princípios de uma prática política voltada para a revolução. Ganha força com a vigência do socialismo em vários países, como a União Soviética, onde era a filosofia oficial.

Nessa época, surgem também nomes cuja obra permanece isolada, sem filiar-se a uma escola determinada, como é o caso de Friedrich Nietzsche (1844-1900). Ele formula uma crítica aos valores tradicionais da cultura ocidental, como o cristianismo, que considera decadente e contrário à criatividade e espontaneidade humana. A tarefa da filosofia seria, então, a de libertar o homem desta tradição.

No fim do século XIX, o pragmatismo defende o empirismo no campo da teoria do conhecimento e o utilitarismo no campo da moral. Valoriza a prática mais do que a teoria e dá mais importância às consequências e efeitos da ação do que a seus princípios e pressupostos.

Filosofia Contemporânea

No século XX, vários pensadores reinterpretam o marxismo, como Georg Lukács (1885-1971), Henri Lefebvre (1905-1991), Antonio Gramsci (1891-1937), Louis Althusser

(1918-1990), Michel Foucault (1926-1984) e os filósofos ligados à Escola de Frankfurt.

Paralelamente, Edmund Husserl (1859-1938) inicia a Fenomenologia, que tenta superar a cisão entre racionalismo e empirismo. Consiste no estudo descritivo dos fenômenos, ou seja, das coisas como são percebidas pela consciência. Seus seguidores são Martin Heidegger (1889-1976), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e os filósofos do existencialismo, como Jean-Paul Sartre (1905-1980), que consideram a existência humana (identificada com a liberdade) o primeiro objeto da reflexão filosófica (“a existência precede a essência”).

Com os avanços da ciência e da tecnologia, bem como o maior domínio do homem sobre a natureza, a Epistemologia, estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências, alcança grande desenvolvimento.

O estruturalismo surge a partir da pesquisa de duas ciências humanas: a Linguística, com Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Roman Jakobson (1896-1982), além da Antropologia, com Claude Lévi-Strauss (1908-2009). O estruturalismo opõe-se ao historicismo e parte do princípio de que há estruturas profundas comuns às várias culturas, que precisam ser investigadas independentemente dos fatores históricos.

Referências

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FRANCA, Pe. Leonel. **Noções de história da filosofia**. 22. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

PADOVANI, Umberto. **História da filosofia**. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981.



Intelectual proficiente e de reconhecidos méritos, o professor Álvaro já conseguiu inscrever definitivamente o seu nome entre os gigantes das letras e das ciências em nosso Estado, destacando-se no mundo acadêmico por sua admirável erudição e vasta produção. De fato, são 11 (onze) livros, além de inúmeros artigos, crônicas e ensaios. Este é o seu décimo segundo livro publicado.

*Sérgio Teixeira Costa
Reitor do IFAL*

Estamos perante um autor que sabe utilizar como ninguém o seu poder criativo, para fazer despertar as consciências e abrir os olhos de muita gente para algumas situações de índole social, que, infelizmente e apesar da carga negativa que as envolve, ainda grassam nas sociedades atuais. Falo de questões como ética, violência e quimiodependência, entre outras.

*Anselmo Lúcio Aroucha Santos
Diretor Geral – IFAL Câmpus Satuba*

O professor Álvaro Queiroz é um dos autores mais produtivos do Estado de Alagoas. Ao longo de sua vida ele tem desempenhado um papel importante como historiador, pesquisador e educador, com motivação original para abordar e escrever temáticas relevantes para o desenvolvimento intelectual de outros pesquisadores e leitores aficcionados pela filosofia e pela história das Alagoas.

*Prof. Dr. Liércio Pinheiro de Araújo
Coordenador do Curso de Psicologia do
Centro Universitário CESMAC*

ISBN: 978-85-64320-05-5